

**ROBERTA GARCIA ALVES**

**ENSAIOS SOBRE UMA PSICOLOGIA SOCIAL  
COMPORTAMENTALISTA RADICAL A PARTIR DE  
CELSO PEREIRA DE SÁ (1970-1990)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO  
EM PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS**

**2021**

**ROBERTA GARCIA ALVES**

**ENSAIOS SOBRE UMA PSICOLOGIA SOCIAL  
COMPORTAMENTALISTA RADICAL A PARTIR DE  
CELSO PEREIRA DE SÁ (1970-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação do Professor Dr. Rodrigo Lopes Miranda.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM  
PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS  
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Católica Dom Bosco  
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

A474e Alves, Roberta Garcia

Ensaio sobre uma psicologia social comportamentalista  
radical a partir de Celso Pereira de Sá (1970-1990)/  
Roberta Garcia Alves; Orientação Profº Dr. Rodrigo  
Lopes Miranda. -- Campo Grande, MS : 2021.  
166 p.: 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2021  
Inclui bibliografia da p. 104 até a p. 117

1. Sá, Celso Pereira de. 2. Controle social. 3. História  
- Psicologia. 4. Psicologia social - Miranda, Rodrigo  
Lopes. I. Título.



A dissertação apresentada por **Roberta Garcia Alves**, intitulada “**Ensaio sobre uma Psicologia Social Comportamentalista Radical a partir de Celso Pereira De Sá (1970-1990)**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **aprovada**.

**Rodrigo Lopes Miranda**, como presidente da banca, assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.

### **BANCA EXAMINADORA**

A photograph of four handwritten signatures in blue ink. From left to right, the signatures are: 'Rodrigo Lopes Miranda', 'Luciane Pinho de Almeida', 'Lucas Ferraz Córdova', and 'Carolina Laurenti'.

---

**Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda – UCDB**  
**(orientador)**

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida –  
UCDB

Prof. Dr. Lucas Ferraz Córdova – UFMS  
Profa. Dra. Carolina Laurenti – UEL

Campo Grande - MS, 2 de julho de 2021

## **DEDICATÓRIA**

A Celso Pereira de Sá e a todas as pesquisadoras periféricas.

## AGRADECIMENTOS

Não fossem os padrões normativos que obrigatoriamente devo acolher, esta seção seguramente não se chamaria “agradecimentos”. Agradecer não parece ser um ato suficiente ao tamanho da importância das pessoas e experiências que possibilitaram esta pesquisa e essa pesquisadora se tornarem o que são. Prefiro que esta seção seja sobre o amor que recebi na minha formação como gente, como pesquisadora, como psicóloga e primordialmente como professora. Obviamente, não terei espaço suficiente para citar a todos que merecem crédito por aturar-me em meio a uma pandemia sem precedentes. Peço licença, portanto, a todos que estiveram por mim para que eu estivesse aqui e peço desculpas antecipadas caso seu nome tenha sido esquecido: Isloany, Yasmin, Dayara, Marina, Adrianna, Cristian, Júnior Flores, Júlia, Gabriela e Krisley. Peço licença também a minha noiva, Eliza, que me amou, ora dando meus espaços para escrever, ora ouvindo aflições que não são em nada cotidianas para ela.

Agradeço profundamente todos os membros da Banca Examinadora pelo carinho e atenção que devotaram a mim e análise de meu texto, bem como os comentários que fizeram sobre sua relevância. Também agradeço ao Prof. Dr. Fernando Polanco, ao Prof. Dr. Diego Mansano Fernandes e à Prof. Dra. Ana Maria Jacó-Vilela pelas contribuições inestimáveis que fizeram ao meu trabalho.

\*\*\*

Acredito ser necessário regressar aos meus primeiros amores; a sala de aula, a lousa e uma audiência de alunos. **Meus pais** ministrando aula enquanto seguravam **minha irmã mais velha** no colo ou enquanto algum aluno deles me distraía, às vezes até me fazendo dormir. Eu cresci tropeçando em pilhas imensas de provas e atividades de alunos, assistindo os afazeres infinitos de um casal que ministrava aulas de Língua portuguesa de manhã, a tarde e à noite. Com esse amontoado de alunos, era corriqueiro as pessoas cumprimentarem meus pais feito dois prefeitos onde quer que estivéssemos. Vez ou outra se detinham em uma longa e afetuosa

conversa com alguma dessas pessoas, o que terminava comigo perguntando quem eram aqueles. Meu pai, sempre rindo, respondia: “não faço a menor ideia! Provavelmente algum aluno dessa vida”.

Enquanto fui crescendo, ia ouvindo os arranca-rabos que aconteciam – com alunos, diretoras, pais, outros professores, secretário de educação... Ouvia também o choro do descrédito, de quem, por vezes, não tinha mais voz para lecionar. O desespero do fechamento de notas preparou terreno para minha estreia: “corrige aquele bloco de provas ali pra mim, por favor, você é boa em redação”. E assim, pela primeira vez, no alto dos meus 14 anos, performei o ritual de emaranhar-me nas pilhas de prova, marcando-as com a caneta de tinta vermelha que a professora do meu colégio tantas vezes me proibira de usar. Acho que ali meus pais me ensinaram o amor pela palavra e o amor pelo ofício de ser professora.

\*\*\*

Cheguei na sessão perguntando para minha psicóloga “será que é normal amar o **orientador** da gente como quem ama um amigo? Todas as representações da relação orientador-orientando são envoltas em ressentimento, inimizade, abuso moral e afins”. Ri muito nessa sessão (e chorei um pouquinho também – o alívio de me perceber cuidada e amada genuinamente tem seus poderes). Foi o dia em que eu entendi que tudo bem amar o Rodrigo, afinal de contas, seria impossível não o amar. E pensar que tudo começou comigo fazendo uma coisa que o Rodrigo costuma chamar de *alunice*. Enviei meu TCC para ele e marcamos uma reunião para conversar sobre a possibilidade dele me orientar no mestrado, ocasião em que esse diálogo *alunático* aconteceu:

- Gostei muito do seu TCC, você escreve muito bem, muito bem mesmo! Como te falei, eu pesquisei em História da Psicologia e, como as pessoas tem sempre pouca ideia do que isso significa efetivamente, imagino que você tenha ido olhar meu lattes.
- Na verdade não.

- Você não olhou meu lattes?
- Hm, não. Eu não sabia que era algo que eu deveria ter feito antes de vir.
- Então você não tem mesmo a menor ideia do que eu pesquiso, né?
- História da Psicologia (???).

Assim, paciente e atencioso, me contou que diabos era aquilo que ele pesquisava e me explicou que gostava de ter seus alunos por perto – ao que mentalmente respondi com desconfiança “aham, sei”. Mas não era balela. Ele (a)(e)fetivamente esteve comigo passo a passo, desafiando minhas limitações, aguçando meu raciocínio de pesquisa, pacientemente me mostrando “o caminho” e me ensinando a percorre-lo sozinha. Saber que fui educada, amada e gestada para ser autônoma e crítica da minha maneira é gratificante e motivo de orgulho. Já disse repetidas vezes, mas deixo aqui eternizado, que meu maior desejo é ser e significar para meus alunos tudo o que ele representa na minha vida, como pessoa e como professor.

Somente fundada nesse amor é que pude pedir ajuda, de meu orientador e amigo, para vislumbrar uma saída do pior momento da minha vida. Foi quando nossa preocupação passou a ser meu bem-estar, acima de todos os compromissos acadêmicos que firmamos. Isso porque, eu não só precisava passar pelo isolamento social devido a pandemia de Covid-19, mas também pelo luto - um sentimento insuportável de ter que existir em um mundo no qual **meu padrinho** não existe mais.

\*\*\*

Gosto de pensar que ao meu padrinho também coube me ensinar um ofício fundamental para esta pesquisa; o de historiadora. Ele era daquelas pessoas que enchia a casa com sua risada e afeto, sempre repleto de uma plateia atenta às suas piadas e estórias de idas e vindas pelas fazendas do Pantanal. Ele era aquele arquétipo clássico do tio do pavê – versão sul mato-grossense – sempre movimentando a churrasqueira e contando algum causo. Ninguém sabia ao certo quais partes das estórias eram verdadeiras, mas ele era tão exímio

trovador que esse detalhe pouco importava. Eram sempre ótimas estórias.

É claro que não posso contar com as prerrogativas que meu tio dispunha; não posso ignorar fontes e, frequentemente, devo desconfiar delas. Não posso imaginar coisas, inventar aparições de personagens místicos ou costurar finais inesperados. Mas posso levantar hipóteses, posso perguntar-me porquê algumas coisas aconteceram assim e não de outra forma. Posso recolher evidências, examiná-las e, quem sabe, reconstituir uma história.

Ciente de que o que narro aqui está em outra dimensão da contação de estórias, espero, ao menos, que eu esteja contando com a mesma boniteza com que você fazia, tio.

“Enquanto a terra não for livre, eu também não sou  
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou  
E cantar com as menina enquanto germina o amor”

Emicida

## RESUMO

Esta proposta se caracteriza como uma pesquisa histórico-conceitual que objetivou descrever e analisar os mecanismos de recepção e circulação do Comportamentalismo Radical para uma proposta de Psicologia Social no trabalho de Celso Pereira de Sá entre 1970 a 1990. Em termos específicos, esses objetivos visaram: (1) identificar as produções do autor vinculadas ao Comportamentalismo Radical entre os anos 1970-1990; (2) identificar e analisar os mecanismos de recepção e circulação dos conceitos de comportamento, controle e contracontrole social nas produções do autor; e (3) analisar e interpretar redes conceituais e filosóficas produzidas por ele, relacionando-as com elementos historiográficos. O percurso metodológico foi organizado em duas dimensões; uma historiográfica, a qual se utilizou da análise documental e outra conceitual, em que foi utilizado o *software* Iramuteq e de apropriações de estratégias do Procedimento de Interpretação Contextual de Texto (PICT). Percebemos que “controle social” e “contracontrole social” parecem ser relevantes apenas dentro do recorte arbitrário eleito como objetivo inicialmente estabelecido para esta pesquisa. Por outro lado, encontramos o autor refletindo sobre o papel do intelectual e da produção de conhecimento científico para a resolução de problemas sociais eminentemente brasileiros. Sá investiu na atuação anti-intelectualista da educação política popular no qual a população teria ela própria condições de produzir conhecimento sobre sua realidade e nela intervir. O autor propôs uma Psicologia Social de base Comportamentalista Radical, que deveria manter-se, constantemente, em diálogos interdisciplinares com outros autores e disciplinas das Ciências Humanas.

**Palavras-chave:** Contracontrole Social; História da Análise do Comportamento; História da Psicologia; Celso Pereira de Sá; Psicologia Social.

## ABSTRACT

This proposal is characterized as a historical-conceptual research that aimed to describe and analyze the mechanisms of reception and circulation of Radical Behavior for a proposal of Social Psychology in the work of Celso Pereira de Sá between 1970 and 1990. In specific terms, these objectives were aimed at: (1) to identify the author's productions linked to Radical Behaviorism between the years 1970-1990; (2) to identify and analyze the mechanisms of reception and circulation of the concepts of behavior, control and social control in the author's productions; (3) analyze and interpret conceptual and philosophical networks produced by him, relating them to historiographic elements. The methodological path was organized in two dimensions; one historiographic which used documentary analysis and another conceptual which used Iramuteq *software* and appropriations of strategies of the Contextual Text Interpretation Procedure (PICT). We perceive that "social control" and "social counter-control" seem to be relevant only within the arbitrary framework chosen as the objective initially established for this research. On the other hand, we find an author reflecting on the role of the intellectual and the production of scientific knowledge for the resolution of eminently Brazilian social problems. Sá invested in the anti-intellectualist performance of popular political education in which the population would itself be able to produce knowledge about its reality and intervene in it. The author proposed a Social Psychology with a Radical Behavioral basis, which should be constantly maintained in interdisciplinary dialogues with other authors and disciplines in the Humanities.

**Keywords:** social counter-control; history of Behavior Analysis; history of psychology; James G. Holland; Celso Pereira de Sá; social Psychology;.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Capa da Cartilha de contracontrole social .....	62
Figura 2 – Gráfico de Análise de Similitude .....	71
Figura 3 – Zoom dos núcleos “Psicologia”, “verbal” e “massa” do gráfico de Análise de Similitude .....	77
Figura 4 – Gráfico Densidade-Centralidade .....	84

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Fontes primárias e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.....39

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
1.1 Sobre a pesquisadora, a pesquisa e o pesquisado .....	18
1.2 Conhecendo Celso Pereira de Sá.....	21
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	26
3. METODOLOGIA .....	34
3.1 A dimensão historiográfica .....	35
3. 2 A dimensão conceitual.....	36
4. O CONTRACONTROLE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE CONTESTAÇÃO POLÍTICA: DE JAMES G. HOLLAND A CELSO PEREIRA DE SÁ (1970-1990) .....	43
4.1 Refletindo sobre o Terceiro Mundo: A Nova Esquerda estadunidense e a Análise do Comportamento .....	45
4.2 O controle e contracontrole social em James G. Holland .....	50
4.3 Contracontrolando a ditadura civil-militar: O persistente processo de redemocratização brasileira .....	56
4.4 Controle e contracontrole social: apropriações e proposições .....	61
4.5 Considerações preliminares .....	68
5. Mapeando Celso Pereira de Sá: itinerários de sua atividade intelectual.....	70
5.1 Sobre o social do comportamento humano .....	73
5.2 Sobre o controle e o contracontrole social do comportamento humano .....	79
5.3 Sobre densidade e centralidade .....	84
5.4 Considerações preliminares .....	95
6. CONCLUSÕES .....	98
REFERÊNCIAS .....	105
APÊNDICES .....	119
Apêndice I - Título: Diálogos sobre motivação I, II e III .....	121
Apêndice II - Título: O intelectual na sociedade de massas .....	125
Apêndice III - Título: Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O Comportamento Verbal, de Skinner.....	129
Apêndice IV - Título: Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner .....	134
Apêndice V - Título: O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do Rio de Janeiro .....	137
Apêndice VI - Título: Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação .....	141
Apêndice VII - Título: Contracontrole social: uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular .....	147
Apêndice VIII - Título: Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo .....	150
Apêndice IX - Título: Comportamento verbal e literatura .....	157
Apêndice X - Título: Memória e comportamento.....	161
Apêndice XI - Título: Socialização do saber acadêmico: A constituição de um novo senso comum .....	165
Apêndice XII - Título: Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública .....	168



## **1. INTRODUÇÃO**

---

## 1.1 Sobre a pesquisadora, a pesquisa e o pesquisado

No ano de 2012, foi deflagrada uma greve geral sem precedentes nas universidades e institutos federais brasileiros, tendo aderido ao movimento mais de quarenta instituições espalhadas pelo Brasil. Ao fim da greve, que para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) perdurou quatro meses, finalmente pude dar início ao curso de Bacharelado em Psicologia. O curso, diziam os veteranos, apesar de contar com um quadro de disciplinas generalistas, era fortemente direcionado para a Psicologia Social, especialmente a de corrente Sócio Histórica. As cinco disciplinas obrigatórias dessa abordagem, ministradas pela Profa. Inara Leão, foram arrebatadoras e, em muitos momentos, quase me convenceram de que essa seria a escola teórica com a qual eu operaria quando formada.

Enquanto às terças-feiras, eu passava cinco horas de aula ouvindo da Profa. Dra. Inara Leão frases como “se uma Psicologia não serve para explicar a realidade das pessoas, de qualquer pessoa, para quê e para quem ela serve?”, às quartas, haviam as aulas de Análise do Comportamento, ministradas pelo Prof. Dr. Lucas Córdova. Nelas, fui impactada por afirmações como “vocês precisam entender que em termos behavioristas radicais é possível que vocês *amem*, mas *o amor não existe*”. Inicialmente, fiquei furiosa – como assim o amor não existe? De alguma forma, entretanto, o interesse pela Análise do Comportamento prevaleceu e foram três anos participando do Grupo de Estudos e Pesquisa em Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento (GEPEBRAC), dirigido pelo mesmo professor.

No quarto ano, era chegado o momento da escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para mim, havia sido como uma criança que espera pelo presente de Natal, já que seria a oportunidade de realizar uma pesquisa em que eu pudesse fazer escolhas mais pessoais para o tema. O presente de fato veio: me deparei com a recém publicação da edição especial da Revista Brasileira de Terapia Cognitivo Comportamental<sup>1</sup>, que estava dedicada a

---

<sup>1</sup> Essa edição especial encontra-se disponível em <http://rbtcc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/RBTCC/issue/view/80>

discutir o viés político na Análise do Comportamento, dando especial atenção ao trabalho de James G. Holland (1927-2018). Lembro de ter pensado: seja lá o que isso for, é o que quero pesquisar em minha carreira acadêmica. O Prof. Dr. Lucas Córdova, naquele momento meu orientador de TCC, decidiu por fazer uma revisão bibliográfica da maior quantidade de textos do Holland quanto eu conseguisse ter acesso.

Recém-formada e com a certeza de que queria seguir pesquisando esse tema e investir na carreira acadêmica, recebi a indicação de que havia um professor em outra universidade que talvez se interessaria pelo meu trabalho. Mas havia um porém; as pesquisas dele eram todas em História da Psicologia, uma disciplina que eu sequer tive acesso na graduação. Depois de ter conhecido o Prof. Dr. Rodrigo Miranda, passei um ano como aluna especial, frequentando o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (GEPeHP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Com ele(s), tão logo aprendi que o trabalho do historiador só se realiza a partir de fontes, ou como ele costuma dizer, “o papel velho”. Assim, seria quase uma missão impossível realizar uma pesquisa historiográfica sobre James G. Holland, já que muito provavelmente os papéis velhos necessários para o trabalho estariam disponíveis apenas nos Estados Unidos da América (EUA).

Então, coube um questionamento: o que temos no Brasil que seja passível de ser pesquisado nesse tema? Havia Celso Pereira de Sá (1941-2016), a hipótese inicial era de que ele teria tido contato com os trabalhos de Holland e baseado uma parcela de sua carreira ao Comportamentalismo Radical. E os papéis velhos? Havia a Coleção Celso Pereira de Sá no Acervo do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, dedicado a preservar e pesquisar a memória da Psicologia. Localizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o órgão possui um acervo com documentos produzidos pelo autor ao longo de sua carreira.

Tendo isso em foco, delimitei que meu projeto se proporia a examinar o trabalho deste autor e as hipóteses de sua relação com o Comportamentalismo Radical. O percurso narrado até aqui não me permite dizer que, especificamente, naquele momento nasceu meu projeto de pesquisa para o mestrado; é certo que ele é produto de uma confluência de interesses intelectuais e políticos, sejam pessoais ou dos atores que dele participam ou participaram.

Por esse motivo, é importante salientar que, apesar de haver uma dimensão pessoal na escolha de objetos e temas de pesquisa, só é factível que ela tenha ocorrido se forem dadas as condições institucionais para seu fomento. Para além da temática da necessidade de apoio financeiro, é necessário lembrar que também são imprescindíveis que os programas de pós-graduação disponibilizem linhas de pesquisa que abarquem temáticas atuais e que façam avançar as áreas a que se propõem estudar. Nesse sentido, a pesquisa que ora apresento, só foi possível a partir de sua inserção na Linha de Políticas Públicas, Cultura e Produções Culturais, cujos estudos que a compõe investigam a subjetividade articulando saúde, política, cultura e suas produções.

No solo dessas confluências, o que exponho aqui é o resultado da execução do projeto iniciado em 2019, delineado para dispor de uma metodologia mista que permite ao mesmo tempo o exame historiográfico e conceitual do controle e contracontrole social na obra de Celso Pereira de Sá. Relembro que pesquisar não é um ato, e sim um processo, cujos resultados refletem um percurso de dois anos e meio de constantes visitas e reanálises dos dados. Nesse sentido, o que espero tornar claro a partir de minha escrita é que meu processo de pesquisa se deu por uma primeira aproximação, em que busquei analisar como Celso Pereira de Sá teria se apropriado do trabalho de James G. Holland e dos conceitos de controle social e contracontrole social para falar sobre a temática de transformação social no Brasil. Ao efetivar minhas (re)análises, constatei que Sá se apropriou de Holland e dos conceitos de controle social e contracontrole social, mas que esta apropriação não é tão robusta como

inicialmente hipotetizamos (pelo menos, não a partir das fontes primárias consultadas). Paulatinamente, o que os dados nos mostraram foi uma apropriação veementemente interdisciplinar no que concerne a autores, teorias e seus conceitos, e que, portanto, devíamos abandonar nossa hipótese inicial em proveito de nos debruçarmos sobre essas outras apropriações.

Por esta razão, esta dissertação compõe-se por seis capítulos, a contar com esta seção introdutória. O segundo capítulo tem por função fornecer uma revisão de literatura sobre a temática da transformação social e sua relação com a Psicologia da Saúde, bem como introduzir os referenciais teóricos, as justificativas e objetivos deste trabalho. No terceiro capítulo descrevo os pormenores do percurso metodológico realizado, desde as premissas teóricas que sustentam as dimensões historiográficas e conceituais até o processo de seleção e análise das fontes. No quarto, discuto o contexto de produção e de recepção/circulação dos conceitos de controle e contracontrole social, entre os anos de 1970 e 1990, a partir das obras de Celso Pereira de Sá. No quinto, me dedico a mapear a produção do autor, analisando as amarras teórico-conceituais e os itinerários que se formam com o movimento de apropriação interdisciplinar que Sá realizou. No sexto, apresento minhas conclusões sobre o percurso da pesquisa como um todo, bem como argumento que uma historiografia global e crítica da Psicologia é mais adequada para o contexto brasileiro e latino-americano, principalmente na análise de trajetórias fronteiriças, como é a de Celso Pereira de Sá.

## 1.2 Conhecendo Celso Pereira de Sá

Conhecer Celso Pereira de Sá no corredor do bloco 6 da UFMS foi uma grata surpresa, muito embora eu nunca tenha chegado a conhecê-lo pessoalmente. Foi em uma descrição maravilhada de um amigo do curso de graduação em Psicologia que ouvi seu nome pela primeira vez. “O trabalho dele é incrível!”, ele dizia. Daí, Celso Pereira de Sá passou a

ser só Celso, a quem carinhosamente me refiro como se já tivéssemos tido longas conversas através de seus trabalhos, como se fossemos íntimos.

Por esse motivo, acredito que seria superficial de minha parte percorrer tacitamente seu extenso currículo de pesquisador para responder à pergunta “quem foi Celso Pereira de Sá?”. Algumas respostas afetuosas já foram dadas por amigos, ex-alunos e familiares na época de seu falecimento, em 2016. Nestes relatos, vemos que Celso graduou-se em Psicologia na UERJ em 1971, tendo posteriormente se tornado Mestre (1978) e Doutor (1985) em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas. Tanto nestas narrativas, quanto nos autorrelatos de Celso, a figura do Prof. Dr. Eliezer Schneider (1916-1998) é descrita como fundamental para sua formação, por ter sido seu professor desde a graduação e se tornado seu orientador no mestrado e doutorado. Segundo Sá, Schneider tinha uma forma particular de pensar a Psicologia Social em conjugação com outras perspectivas teóricas, o que foi essencial para as escolhas de seus temas de dissertação e tese.

Sob a orientação de Schneider, Celso articulou o Comportamentalismo Radical de B. F. Skinner (1904-1990) e sua noção de controle do comportamento com noções sociológicas sobre o controle social, elaboradas por autores como K. Mannheim (1893-1947) e H. S. Becker. Já sua tese de doutoramento constituiu-se por uma resenha das obras de Skinner, sendo um dos produtos gerados uma *Cartilha de contracontrole social*, um instrumento de educação popular de resistência à ditadura militar baseado nos princípios do Comportamentalismo Radical. Era justamente sobre a *Cartilha* e sobre o livro *Psicologia do Controle Social* a que meu amigo se referia quando bradava sobre a grandeza do trabalho de Celso, o que inevitavelmente as fizeram minhas primeiras leituras. Não à toa, Celso se lamentou: “até hoje eu me arrependo de não ter enviado ao Skinner o livro ‘Psicologia do controle social’, que resultou da minha dissertação de mestrado” (D. M. Fernandes, comunicação pessoal, 3 de outubro, 2014).

Para comportamentalistas radicais ávidos por discutir a transformação social como éramos (e somos), foi um prato cheio. Ficamos tão felizes com a descoberta de Celso que logo nos pusemos a espalhar sua palavra corredores afora. Quando ultrapassamos nossa pregação até os ouvidos dos professores, esbarramos em pessoas que já conheciam outras palavras de Celso – a das Representações Sociais. Inclusive, de maneira inusitada, começou a se repetir o ritual de espanto das pessoas quando nós, ingênuos, o descrevíamos como analista do comportamento: “como assim, mas o Celso foi behaviorista?!”; “tem certeza? Porque ele é um grande autor da Psicologia Social!”<sup>2</sup>.

Anos antes e de maneira muito menos ingênuas que a nossa, outro entusiasta do trabalho de Celso fez algo mais do que espalhar sua palavra e o contatou via e-mail. Na correspondência, Diego Mansano Fernandes, à época aluno de mestrado, questionou Celso sobre sua relação comportamentalista radical-psicólogo social: “Noto, todavia, que se voltou definitivamente para o campo da Psicologia Social, com destaque para representações sociais, e me pergunto se ainda se interessa ou tem alguma ligação com o behaviorismo radical e suas possibilidades sociais” (comunicação pessoal, 3 de outubro, 2014). Acredito que a resposta de Celso a esse questionamento não poderia ser mais clara:

De fato, eu interrompi o trabalho na linha de uma análise comportamental estrita e passei a me dedicar ao estudo das representações sociais, quando ele começava a se consolidar na Europa, e fui um dos principais responsáveis pela sua introdução no Brasil. Na verdade, eu me interessei por essa teoria renovadora da Psicologia Social porque via nela uma afinidade com as perspectivas skinnerianas sobre o comportamento social e em especial sobre o comportamento verbal. Há vários escritos

---

<sup>2</sup> Essa magnitude se expressa através da importância que lhe é concedida na área das Representações Sociais, pela relevância que seus trabalhos e atividades exerceram para a chegada e a sistematização dessa corrente teórica no Brasil em meados da década de 1990 (Sá, 1996, 1998). Além disso, Celso também se engajou no estudo da memória social, desenvolvendo análises teórico-conceituais e metodológicas para a pesquisa nessa área, em especial sobre memórias históricas dos brasileiros sobre a Era Vargas, os Anos Dourados e o Regime Militar (Sá & Camargo, 2005; Sá, 2007).

em que eu desenvolvo essa argumentação. Recentemente fiz uma brincadeira com colegas, dizendo que o behaviorismo é como o Flamengo (time pelo qual torço), pois "*uma vez behaviorista sempre behaviorista*" [ênfases adicionadas]. (D. M. Fernandes, comunicação pessoal, 3 de outubro, 2014).

Desconfio que o motivo pelo qual Celso fez esse chiste se dê menos por enxergar o Comportamentalismo Radical como um time para o qual se torce (mesmo já distante) e mais por conceber que nunca deixaria de ser behaviorista já que seu encontro com as Representações Sociais se deu justamente *por causa* do Comportamentalismo Radical. Em suas próprias palavras:

Meu interesse pelas representações sociais deriva diretamente da importância que eu dava ao behaviorismo ligado às questões humanas. O que Skinner trazia de importante ali era o comportamento verbal e o comportamento governado por regras. Só que as nuances e situações mais complexas do relacionamento social, pessoal, institucional ou político dificultavam a articulação com essa base comportamental, enquanto se podia facilmente faze-la com as representações sociais. (Trzan & Degani-Carneiro, 2014, p.313)

Paulatinamente, Celso vai nos respondendo “quem é Celso Pereira de Sá?”, ele é behaviorista ou psicólogo social? Me parece que Celso nos responde com uma outra pergunta: porque essas duas condições devem ser necessariamente excludentes? Diz-nos Celso: “No meu modo de entender, entretanto, eu não tinha abandonado uma primeira vocação ou me convertido a uma segunda, mas estava sim articulando as duas perspectivas, em proveito de um melhor tratamento de certos fenômenos psicossociais” (Sá, 2007, p.11).

Consciente de sua condição de pesquisador/professor de um país colonizado nos mais amplos sentidos, que lutava para estabelecer-se como um regime democrático, realmente não parecia fazer sentido para Celso que dentro dessas condições fosse proveitoso descartar os

avanços epistemológicos dessa ou daquela escola psicológica por conta de suas localidades ou finalidades de origem:

A pesquisa científica brasileira tem se caracterizado por fazer uso – muitas vezes, com ampla liberdade de adaptação – de teorias, métodos e técnicas desenvolvidas em outros países – do lado de lá e ao norte do lado de cá do Atlântico – para investigar uma extensa variedade de grandes e pequenos problemas, aos quais muitas vezes elas não eram dedicadas na origem. Tais apropriações, mas também expansões e desdobramentos, significam que nós temos uma Psicologia Social brasileira characteristicamente plural, crítica e avessa a fronteiras disciplinares rígidas. E esta não é, no meu entender, uma realização acadêmica de menor importância. (Sá, 2007, p.11)

Em síntese, Celso Pereira de Sá foi acima de tudo um psicólogo de magnitude e ambição interdisciplinar.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

---

Contemporaneamente, tem sido alvo de discussão no campo da Psicologia da Saúde a questão das relações sujeito-coletividade e suas possíveis implicações para a produção de saúde e adoecimento mental. Mais especificamente, têm se questionado o viés tradicional da Psicologia Clínica, a qual centra seus modelos teóricos e práticos em visão individualista de sujeito, transformando-o em lócus de características psicopatológicas (Benevides, 2005; Marsella & Yamada, 2000; Moreira, 2002; Teixeira, 2015; Spink, 1992). Em contrapartida a essa perspectiva, têm se discutido outras formas de compreensão da conexão entre coletividade e saúde, estabelecendo assim novos contornos do que se entende por saúde no campo da Psicologia e produzindo outras configurações teóricas e práticas de saúde mental (Bernardes, 2010; Dimenstein, 2000; Moreira, 2002, 2004; Traverso-Yépez, 2001). Tal discussão perpassa as grandes áreas da Psicologia da Saúde e da Psicologia Social e, de forma mais recente, encontra pontos de intersecção com a Análise do Comportamento, a partir da ênfase contextualista proporcionada pela disciplina (Goddard, 2014; Ryan, Guerin, Elmi & Guerin, 2019).

Um exame fundamentado por essa última perspectiva teórica se dedica a compreender como reforçadores são socialmente disponibilizados e como constroem estruturas de poder entre classes e grupos sociais. Sidman (1989/2009) observou que, em seu estágio contemporâneo, as contingências sociais são articuladas de forma a controlar coercitivamente a emissão de determinados comportamentos por parte do indivíduo. Como os padrões comportamentais gerados por contingências aversivas tendem a ser os de fuga e de esquiva (Skinner, 1953/2003), Sidman (1989/2009) avalia que muito dos comportamentos tidos como psicopatológicos são resultado direto da predominância de práticas sociais aversivas. Essa ênfase contextualista, quando apoiada no Comportamentalismo Radical, evidencia o caráter selecionista que grupos sociais mantém no controle sobre os indivíduos, o que a diferencia consideravelmente de análises que enfatizam o ambiente como uma mera variável

participativa no adoecimento mental. Sob essa perspectiva, “comportamentos são resultados diretos de contextos e situações precárias de vida nos quais as pessoas são obrigadas a sobreviver”<sup>3</sup> (Ryan, Guerin, Elmi & Guerin, 2019, p.7, tradução nossa).

O engajamento nos estudos desses temas tem auxiliado a relacioná-los com a área da saúde para além de análises individuais, aproximando o espaço de investigações que esclareçam como contingências, sociais e políticas, estruturam certos padrões que viabilizam (ou não) o acesso a saúde. Dessa maneira, assistimos o interesse de analistas do comportamento por problemas de pesquisa tradicionalmente concernentes a Psicologia Social, como, por exemplo, classe, raça, gênero, sexualidade e feminismo (ver em Guerin & Ortolan, 2017; Mizael, 2018; Mizael & De Rose, 2017; Pinheiro & Mizael, 2019). O estudo das chamadas minorias sociais, vem reiterando a observação de que as desigualdades sociais provenientes das relações de poder influenciam esses grupos, cujos aspectos como racismo, homofobia, transfobia e machismo interferem no alcance de seguridades sociais básicas, como a empregabilidade, o acesso a habitação e a serviços de saúde. Alguns exemplos desses estudos podem ser encontrados, especialmente, na rubrica da saúde, a saber: (a) a elaboração do atendimento terapêutico feminista (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010); (b) a reflexão da sexualidade e do gênero para a psicóloga<sup>4</sup> (Ruiz & College, 1998; Skinta, Hoeflein, Muñoz-Martínez & Rincón, 2018); e (c) o reexame dos modelos tradicionais de saúde por um viés comunitário (Ruiz & College, 2003; Ryan, Guerin, Elmi & Guerin, 2019).

Como consequência, essa disposição tem produzido um encontro com os diversos paradigmas teóricos que integram a Psicologia Social, flexionando possibilidades epistemológicas de análise tradicionalmente realizadas pela Análise do Comportamento. Apesar disso, a comunidade científica de analistas do comportamento aparenta estar mais

---

<sup>3</sup> No original: “the behaviors are shaped directly from bad life contexts and situations in which people must try and survive”.

<sup>4</sup> Optou-se a utilização do termo “psicóloga” para se referir ao sujeito que exerce a profissão da Psicologia.

inclinada ao consenso de que essas investigações pertencessem a área de *aplicação* da disciplina do que relacioná-las a uma possibilidade de intersecção com a Psicologia Social. Esse cenário vem se modificando, sendo frequente o apelo de pesquisadores da área pela adoção de uma postura não-dogmática:

A filosofia comportamentalista radical é passível de convergir com um projeto de transformação social, mas essa questão ainda se desdobra na exigência de mudanças na forma como seus métodos estão estabelecidos, e como sua prática tem se relacionado com as demais formas de conhecimento. Ao que tudo indica, o momento atual é de intensificação do debate dessas problemáticas, nesse caso, os resultados das discussões atuais definirão o lugar da Análise do Comportamento nos debates futuros. Este texto pretende se posicionar, caso ainda não esteja claro, a favor de mudanças que se orientem à aproximação da ciência do comportamento em relação às demais Ciências Humanas e às comunidades locais – o diálogo com a Psicologia Social Comunitária seria um passo interessante em ambas as direções. (Flores Júnior & Córdova, 2019, p. 541)

O objetivo dos autores em apoiar um projeto de transformação social denota outro elemento que compõe a convergência entre as duas áreas: o encontro com o compromisso político da psicóloga. Cabe, no entanto, levantar em conjunto com esse convite questões como: o compromisso político é com quem? E com qual política? Diferentes respostas a essas questões poderiam ser levantadas, mas, em geral, todas elas desafiam analistas do comportamento a reconhecer a dimensão política de seu trabalho. Um ponto comum das respostas é de que o compromisso político de analistas do comportamento deveria ocorrer em prol de grupos políticos minoritários. Essas respostas refratam, em maior ou menor medida, o conjunto de ideias de James G. Holland, que defendeu que:

deveríamos adaptar nosso trabalho mais às necessidades diretas das pessoas que lutam

para se livrar do controle e da exploração da elite que se encontra no poder. Isso inclui tanto a análise das formas de controle usadas na sociedade, quanto o desenvolvimento de meios de contracontrole que possam ser usados pelos indivíduos com recursos muito limitados. E, em terceiro lugar, deveríamos explorar formas de modificação do comportamento compatíveis com um sistema de valores igualitário, não materialista e não elitista, que poderia ao menos ser construtivo para desenvolver os meios para a necessária mudança revolucionária no homem. (Holland, 1973/2016, p.116)

É inegável que qualquer esforço analítico-comportamental pela transformação social deve, invariavelmente, remeter ao trabalho deste autor. Contudo, a viabilidade desse projeto depende da revisão crítica dos trabalhos que se propõem a esse fim, principalmente em sua contextualização sociocultural. Nesse quesito, colocamos aqui como variáveis concernentes a produção do conhecimento científico a localidade, o tempo histórico, a cultura e os jogos políticos que circundam a produção de um conjunto de ideias. Reconhecer a existência desses limites advém do ensejo de que a transformação social *brasileira* – ou ainda, latino-americana – seja pensada, também, em termos locais de autores que tenham se empenhado nessa mesma direção. Ou seja:

Outras investigações a respeito do Comportamentalismo Radical também se demonstram necessárias, os efeitos de sua origem nos Estados Unidos [da América] do século XX são um caso especial, sobretudo ao pensar uma ação política localizada na América Latina; o comprometimento político implícito ou explícito no trabalho de analistas do comportamento locais e estrangeiros também vem ao centro da discussão. (Flores Júnior & Córdova, 2019, p. 542)

Nessa perspectiva de resgates históricos locais, o trabalho de Celso Pereira de Sá é frequentemente lembrado, mas não suficientemente explorado - tanto pelas pesquisas interessadas em interfaces políticas da Análise do Comportamento, quanto por aquelas que

proporcionam narrativas historiográficas da disciplina. No primeiro quesito, apesar do autor ser citado como alguém que tenha definido o conceito de contracontrole social no Brasil e, a partir dele, tenha sido produzido uma ferramenta de educação política e popular, não foram encontrados estudos que tenham se dedicado aos seus trabalhos como objeto de pesquisa. Em relação ao segundo ponto, os trabalhos dedicados à preservação da memória de Celso Pereira de Sá, o descrevem como um personagem intelectual fundamental para a Psicologia Social – especialmente para a área de Representações Sociais e da Psicologia Social da Memória (Castro, 2016; Camargo & Nascimento-Schulze, 2016; Naiff & Naiff, 2016; Santos & Almeida, 2016; Jacó-Vilela, 2016). Muito embora as pesquisas do autor na área do Comportamentalismo Radical não escapem de serem mencionadas, também não foram identificadas pesquisas historiográficas que se debruçaram especificamente sobre esse viés.

Diante do vigente interesse de pesquisadores brasileiros em explorar o encontro da Análise do Comportamento com a Psicologia Social, em prol de uma atuação politizada, e da ausência de pesquisas historiográficas, que recuperem esforços locais que tenham sido realizados nessa esfera, parece ser profícuo explorar Celso Pereira de Sá como um personagem que tenha realizado esse percurso (Sá, 1985; 2007). Adicionalmente, à postura não-dogmática e ao convite ao diálogo que esse interesse implica, é necessário trazer a interlocução com a História; não só as narrativas sobre o passado que ela pode proporcionar, mas os aportes teóricos que oportuniza. Em congruência com o intento de se produzir um exame contextualizado à realidade brasileira da obra de Celso Pereira de Sá, são adotadas aqui algumas premissas da História Crítica da Psicologia (Danziger, 1985). Em primeiro lugar, levantamos a tese de que a história de um campo disciplinar não se resume pelas ações e intenções de personagens individuais que dela participaram. Nesse sentido, não se deve subtender que o intento de centralizar a análise em Celso Pereira de Sá é guiado pela construção de uma narrativa heroica ou fundadora na História da Psicologia. Ao contrário,

salientamos que o exame das obras desse autor é um ponto de partida, um lugar por onde se começar; local esse limitado pela perspectiva da historiadora que o narra, pelas fontes alcançadas ou pelo percurso metodológico adotado (Danziger, 1985; Cruz, 2006; Massimi, 2010).

Em segundo lugar, temos que o limite de uma narrativa exige a conjugação com narrativas historiográficas já realizadas por outros pesquisadores, bem como a produção de outras, mas que possam compor um cenário global da História da Psicologia. A interpretação globalizada deve, portanto, ser composta pela produção de histórias locais, que se proponham a compreender como determinado objeto, ou teoria psicológica, se relaciona com as especificidades de um país ou de uma região (Castelo Branco, Rota Júnior, Miranda & Cirino, 2016; Danziger, 2006; Pickren, 2009). Trata-se, pois, de contextualizar a ocorrência de um fenômeno do passado de maneira mais próxima possível de como se supõe que ele tenha se dado (Massimi, 2010). Nesse sentido, ainda que se tenha levantado um interesse contemporâneo de analistas do comportamento na interface com a Psicologia Social em prol da transformação social e, que essa demanda guarde considerável semelhança com as exigências políticas deste campo disciplinar no passado, é necessário notificar que não se trata de sua *repetição*, mas sim de atualização de uma problemática às demandas do presente. Assim, assumimos um compromisso com o passado, aqui específico, no exame dos compromissos históricos e intelectuais que se deram na elaboração de um conceito pertencente a um conjunto de ideias de um autor em particular.

Tendo essas prerrogativas em vista, bem como as questões exploradas na introdução sobre as mudanças que o percurso da pesquisa exigiu, o objetivo geral da mesma foi redefinido para descrever e analisar os mecanismos de recepção e circulação do Comportamentalismo Radical para uma proposta de Psicologia Social no trabalho de Celso Pereira de Sá entre 1970 a 1990. Em termos específicos, esses objetivos também foram

redefinidos e visaram: (1) identificar as produções do autor vinculadas ao Comportamentalismo Radical, entre os anos 1970-1990; (2) identificar e analisar os mecanismos de recepção e circulação dos conceitos de comportamento, controle e contracontrole social nas produções do autor; e (3) analisar e interpretar redes conceituais e filosóficas produzidas por ele, relacionando-as com elementos historiográficos. Essas mudanças visaram responder duas perguntas de pesquisa: (1) o que Sá entende por “comportamento”, “controle social” e “contracontrole social”?; (2) quais relações essas definições estabelecem com sua proposta de Psicologia Social Comportamentalista Radical?; e (3) quais as relações de sua proposta teórica com o contexto histórico-social dos anos de 1970 a 1990?

### **3. METODOLOGIA**

---

Caracterizamos esta pesquisa como histórico-conceitual, em que utilizamos de procedimentos metodológicos da historiografia e da pesquisa teórico-conceitual. A metodologia mista foi delineada com o intuito de entrecruzar dois aportes de pesquisa, de forma que se sustente uma análise teórica dos conceitos e, ao mesmo tempo, abarque os condicionantes históricos e sociais implicados em produções análogas. Nesse sentido, o uso de uma abordagem multi-metodológica foi pensado em conformidade com as questões expostas na revisão de literatura e os objetivos gerais e específicos aventados. A seguir, são apresentados os percursos metodológicos, procedimentos e aportes teóricos utilizados na dimensão historiográfica e conceitual da pesquisa.

### **3.1 A dimensão historiográfica**

A premissa assumida nessa dimensão foi baseada na ideia de que teorias e sistemas psicológicos se transformam de acordo com a especificidade local na qual foram inseridos ou produzidos. Assumir essa asserção condiciona ao princípio de que existem, então, contextos de produção e de recepção de teorias e sistemas psicológicos, bem como processos de modificação entre esses cenários. Posto que o que está em jogo é a análise desses processos de transformação de uma localidade para outra, fez parte do desenho metodológico descrever e analisar os elementos históricos, sociais, políticos, biográficos e intelectuais que circundam esses contextos de produção e de recepção (Castelo Branco, Rota Júnior, Miranda & Cirino, 2016; Danziger, 2006; Pickren, 2009).

Para tanto, foram utilizadas as mesmas ferramentas metodológicas típicas do historiador: as fontes primárias e a análise documental. As fontes constituem-se por “qualquer testemunha perceptível sensorialmente que nos dá notícia acerca da vida humana do passado (documentos escritos, objetos, retratos, etc.)” (Massimi, 2010, p.106). Ou ainda “trabalhos publicados, trabalhos não publicados, textos científicos, textos não científicos,

correspondências pessoais, anotações, comunicações pessoais, autobiografias, entrevistas, fotografias, memorandos, atas de reuniões, gravações em vídeo ou áudio” (Cruz, 2006, p. 169).

Os documentos aqui utilizados como fontes são materiais que: (a) tratam dos conceitos de controle e contracontrole social do comportamento; (b) levantam possibilidades de análise do cenário de produção dos conceitos; (c) são de autoria de Celso Pereira de Sá ou se referem a sua figura; e (d) foram publicados no recorte histórico de 1970 a 1990, pois as publicações do autor selecionado que tratam desse tema se concentraram nesse período.

Para a busca de documentos publicados recorreu-se ao currículo lattes<sup>5</sup> do autor e para a busca de documentos não-publicados ou de circulação restrita recorreu-se a Coleção Celso Pereira de Sá, pertencente ao Acervo do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A coleção dispõe de livros, documentos, anotações e comunicações pessoais produzidas pelo autor ao longo de sua carreira.

### **3. 2 A dimensão conceitual**

Esta etapa foi dedicada a análise interpretativa de publicações acadêmicas realizadas por Celso Pereira de Sá em forma de artigo científico ou capítulo de livro. A escolha por esse gênero textual ocorreu pela intenção de analisar os mecanismos de recepção e circulação dos conceitos de comportamento, controle e contracontrole social na produção intelectual do autor, bem como levantar suas afinidades filosóficas com outros autores e teorias. Outro ponto importante é que essa modalidade textual tem por característica a menor extensão em número de página do que produções acadêmicas em formato de dissertação de mestrado ou de tese de doutoramento. Por consequência, excluímos do procedimento de análise a dissertação de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1455543858431600>

mestrado e a tese de doutoramento do autor. Muito embora estes últimos tenham sido trabalhos que concentraram o debate do autor desde o Comportamentalismo Radical e, portanto, preenchessem inicialmente o critério de participação de nossa pesquisa, também se constituem por uma massa de textos demasiadamente extensa para o tempo hábil de uma pesquisa de mestrado. Adicionalmente, o percurso metodológico de realizar análise documental em conjunto com uma análise conceitual também foi crucial para esta decisão, uma vez que foram utilizadas três diferentes ferramentas de análise.

Assim, ocorreram os seguintes critérios de seleção: o recorte histórico (de 1970 a 1990); o gênero textual (artigos ou capítulos de livro); e o idioma (apenas textos escritos em língua portuguesa). Após a etapa de seleção, as fontes textuais foram analisadas em seu conteúdo a partir da apropriação de estratégias do Procedimento de Interpretação Contextual de Texto (PICT), desenvolvido por Laurenti e Lopes (2016). Voltado à pesquisa conceitual, o PICT visa identificar, extrair e analisar conceitos e redes conceituais, bem como compromissos e afinidades filosóficas de determinada fonte textual. O PICT se desdobra em quatro etapas: (1) levantamento dos principais conceitos usados nas fontes textuais primárias; (2) caracterização das teses contidas em cada uma dessas fontes; (3) elaboração de esquemas gerais, envolvendo as redes conceituais e de teses levantadas nas etapas anteriores; e, por fim, (4) redação de uma síntese textual interpretativa das relações conceituais construídas nas etapas anteriores.

Diferentemente da proposta original do PICT, nos apropriamos apenas da Etapa 1 do procedimento, o tendo realizado da seguinte maneira: (1.1) grifar e enumerar nos textos conceitos e doutrinas (filosóficas ou psicológicas); (1.2) encontrar a definição dos conceitos e doutrinas nos próprios textos; (1.3) transcrever as definições encontradas, usando indicadores de localização como data de publicação do texto, página e parágrafo. Dessa forma, para cada texto analisado, foi criado um documento de Microsoft Word, formando uma espécie de

glossário para cada um deles.

A realização desta etapa, bem como a escolha por essa maneira de aplicação do PICT, possibilitou a identificação e interpretação sistemática dos principais conceitos e doutrinas presentes no conjunto dos textos selecionados. Desta maneira, foi possível compreender os movimentos e diálogos teóricos que o autor estabeleceu com outros autores e teorias, assim como levantar as definições conceituais adotadas por ele. Como nem todo conteúdo produzido por essa etapa foi extensamente debatido ao longo dos capítulos subsequentes, e também por coadunarmos com a política de acesso aberto ao conhecimento, disponibilizamos integralmente os resultados burilados por meio do PICT na seção de apêndices.

Além da apropriação de estratégias do PICT como ferramenta metodológica, também utilizamos o *software* de análise textual Iramuteq (*Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) como forma de complementar nossas análises. O *software* é eminentemente utilizado na área de Representações Sociais e de Análise do Discurso (ver mais em Castelo Branco, Da Silva, Dutok & Branco Neto, 2020; Ribeiro, Neves & Antunes-Rocha, 2019). Uma vez que dispõe de funcionalidades que permitem a análise de conteúdo de determinado fragmento de texto, o pesquisador pode inserir trechos de fala de participantes, excertos de entrevistas ou qualquer outro elemento textual que objetive examinar. O *software* dispõe de análises lexicais clássicas, análise de especificidades, classificação hierárquica descendente, Análise de Similitude e nuvem de palavras como ferramentas. Estas, por sua vez, possibilitam visualizar graficamente a frequência com que certas palavras aparecem, as conexões que elas realizam entre si, além de inserir variáveis de participantes ou de grupos, tais como gênero ou idade (Camargo & Justo, 2013a; Ratinaud, 2009).

Especificamente para os objetivos dessa pesquisa, no lugar de falas de pessoas ou trechos de entrevistas foram inseridos os mesmos textos de Celso Pereira de Sá que passaram

pela apropriação do PICT. Entretanto, apesar da pluralidade de ferramentas que o *software* oferta, apenas as ferramentas de Análise de Similitude e Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foram utilizadas. A primeira consiste na identificação de concorrências entre as palavras, indicando a conexão entre elas e definindo uma estrutura textual relacional em maior ou menor grau. Já a segunda, automaticamente separa segmentos de texto em classes de vocabulários semelhante entre si e elege um vocábulo característico daquela classe, representando-o em maior tamanho que os demais (Camargo & Justo, 2013b). A CHD também gera um plano cartesiano a partir da frequência de ocorrência de cada termo (densidade) e do grau de conexidade entre os termos dentro da massa documental (centralidade).

Para a dimensão conceitual, ambas as funcionalidades do Iramuteq possibilitaram visualizar a formação da rede conceitual produzida pelo autor ao longo de suas obras, permitindo o exame da maior ou menor correlação entre grupos conceituais, bem como sondar o grau de relevância que cada termo tem, tanto para sua classe quanto para a massa documental como um todo. Isso se relaciona com a presente tendência da digitalização da História da Psicologia a qual, nos últimos anos, vem utilizando ferramentas digitais para a formação e gerenciamento de repositórios ou acervos históricos, de banco de dados bibliométricos e na formulação de novas perspectivas de análise documental das fontes históricas (ver mais em Fernandez, Polanco, Pereira, Beria & Zapico, 2017; Green, Feinerer & Burman, 2015; Green, 2016; Polanco, Beria & Klappenbach, 2017). Isso não implica que o trabalho do historiador tenha mudado, ou tenha sido transferido aos *softwares*, pelo contrário, a oferta de esquemas gráficos, cálculos estatísticos e gerenciamento de grandes massas documentais tem tornado mais dinâmico o processamento de informações. Como essas ferramentas serão empregadas, quais materiais serão analisados, qual recorte de tempo será respeitado ou que tipo de repositório se objetiva gerenciar, são questões que dependem do

manejo do pesquisador, independentemente do emprego de *softwares*.

Em nosso caso, não só o uso do *software* Iramuteq, como as escolhas das estratégias de análise documental e análise conceitual foram realizadas de acordo com o melhor proveito que as características dessas estratégias proporcionariam aos nossos objetivos. Nesse sentido, destacamos que, apesar de haver uma divisão arbitrária entre as dimensões historiográfica e conceitual, as análises não ocorreram de maneira estanque, mas sim, simultânea. Por fim, apresentamos na Tabela 1 todos os textos selecionados em ambas dimensões, demonstrando quais deles passaram por análise documental, por nossa apropriação do PICT e pelo *software* Iramuteq.

Tabela 1

Relação entre fontes primárias e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

(a) Autor (ano)	(b) Referência	(c) Análise documental	(d) Iramuteq	(e) PICT - Etapa I
Holland, J. G. (1978)	To Cuba with the Venceremos Brigade. <i>Behaviorists for Social Action</i> , 1, 21-28.	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (1980)	<i>Proposições de Skinner sobre controle e contracontrole social extraídos de Ciência e Comportamento Humano</i> . Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (1981a)	Diálogos sobre motivação I - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: seu estado atual. <i>Psicologia em curso</i> , 2(7), 12-16.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1981b)	Diálogos sobre motivação II - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: sua evolução histórica. <i>Psicologia em curso</i> , 2(8), 12-16.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1981c)	Diálogos sobre motivação III - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: seu possível desaparecimento. <i>Psicologia em curso</i> , 3(9), 10-14.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1982a)	Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de <i>O Comportamento Verbal</i> , de Skinner. <i>Forum Educacional</i> , 6(1), 22-51.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1982b)	O intelectual na Sociedade de Massas. <i>Forum Educacional</i> , 6(4), 65-85.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1983)	Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i> , 35(2), 136-145.	Sim	Sim	Sim
Holland,	Comportamentalismo – Parte do problema ou parte	Sim	Não	Não

J. G. (1983)	da solução? <i>Psicologia</i> 9(1), 59-75. (Trabalho original publicado em 1978).			
Sá, C.P. (1984a)	Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação. <i>Forum Educacional</i> , 8(1), 23-44.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1984b)	O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do RJ. <i>Forum Educacional</i> , 8(4), 21-44.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1985)	<i>Roteiro da apresentação “Controle e contracontrole do comportamento na construção de uma sociedade democrática”</i> . Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (1986a)	Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular. <i>Fórum Educação</i> , 10(2), 43-73.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1986b)	Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo. <i>Temas de Educação</i> , 1(1), 77-92.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1987a)	Comportamento verbal e literatura. <i>Matraga</i> , 1(1), 63-69.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1987b)	<i>Roteiro da apresentação “Memória e comportamento”</i> . Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (1989)	Socialização do saber acadêmico: A constituição de um novo senso comum. <i>Forum Educacional</i> , 13(4), 101-105.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1990a)	Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do RJ. <i>Forum Educacional</i> , 14(3), 93-108.	Sim	Sim	Sim
Sá, C.P. (1990b)	Cópia rasurada da entrevista dada por Skinner a Folha de São Paulo em 25/08/1990. Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (2007)	Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. <i>Psicologia &amp; Sociedade</i> , 19(3), 7-13.	Sim	Não	Não
Trzan, A. & Degani- Carneiro, F. (2014)	Transcrição de entrevista com Celso Pereira de Sá In A. M. Jacó-Vilela e F. T. Portugal (Eds.) <i>Clio-Psyché: Instituições, História, Psicologia</i> . Rio de Janeiro: Outras Letras.	Sim	Não	Não
Holland, J. G. (2016)	Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 18(esp.), 104-117. (Trabalho original publicado em 1973).	Sim	Não	Não
Sá, C.P. (2016)	J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 18(esp.), 52-60.	Sim	Não	Não
Camargo, B. V., &	Nota de falecimento de Celso Pereira de Sá. Retirado de <a href="http://www.sbponline.org.br/nota-de-">http://www.sbponline.org.br/nota-de-</a>	Sim	Não	Não

Nascimento-Schulze, M. N. (2016)	falecimento-celso-pereira-de-sa-1941-2016			
Jacó-Vilela, A. M. (2016)	<i>Celso Pereira de Sá (1941-2016) – acadêmico, amigo.</i> Retirado de <a href="https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621">https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621</a>	Sim	Não	Não
Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2016)	<i>A ABRAPSO se despede do Prof. Celso Pereira de Sá.</i> Retirado de <a href="https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621">https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621</a>	Sim	Não	Não
Naiff, D. G. M., & L. A. M. (2016)	<i>Celso Pereira de Sá: Uma vida na Psicologia Social.</i> Retirado de <a href="http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Celso-S%C3%A1-uma-vida-na-Psicologia-social.pdf">http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Celso-S%C3%A1-uma-vida-na-Psicologia-social.pdf</a>	Sim	Não	Não
Castro, R.V. (2016).	O que pode fazer a diferença entre intelectuais? (Dedicado a Celso Pereira de Sá). <i>Psicologia e Saber Social</i> , 5(1), 2-4. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2016.24847	Sim	Não	Não

#### **4. O CONTRACONTROLE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE CONTESTAÇÃO POLÍTICA: DE JAMES G. HOLLAND A CELSO PEREIRA DE SÁ (1970-1990)<sup>6</sup>**

---

<sup>6</sup> Parte deste capítulo foi submetido para a Revista Acta Comportamentalia como artigo intitulado “Controle e contra controle social: De James G. Holland a Celso Pereira de Sá (1970-1990)”. Até o momento de defesa desta dissertação, não havia um retorno sobre o mesmo.

A história geopolítica do século XX permite afirmar que houve um amplo domínio europeu e estadunidense em diferentes locais do globo, regiões ditas periféricas foram mantidas sob controle de forma estrutural pela imposição sistemática de modelos econômicos, sociais e científicos (Neves, 2009). Considerando este movimento no espectro da História da Psicologia, nota-se o predomínio científico-acadêmico desses modelos em países como Turquia, El Salvador, dentre outros (Batur, 2013; Martín-Baró, 1984). Constata-se assim a existência de um espaço de circulação de conhecimentos no qual “processos de encontro, negociação e reconfiguração do conhecimento ocorrem nas interações transculturais”<sup>7</sup> (Raj, 2017, p.4, tradução nossa). Esse ambiente proporciona a reconfiguração de teorias e sistemas psicológicos de acordo com especificidades e demandas locais, não se tratando de uma mera replicação ou importação de ideias, mas sim, de assimilação de modos e finalidades particulares de cada tempo/espaço histórico (Castelo Branco, Rota Júnior, Miranda & Cirino, 2016; Danziger, 2006; Pickren, 2009).

A perspectiva de que o conhecimento psicológico se molda e não se replica inteiramente da mesma maneira que fora produzido em seu local de origem e que, portanto, existe um processo de questionamento e contextualização para que sejam aportados em outras realidades, levanta algumas perguntas: “o que possibilita a migração de uma Psicologia de um local para outro? Quais as condições de produção local para a recepção e a circulação de uma Psicologia?” (Castelo Branco, Rota Júnior, Miranda & Cirino, 2016, p.31). Ou ainda, inspirados em Sá (2007): quais questões, processos de desconfiança e de inquirição perpassam os nativos de determinada localidade quando estes se apropriam de uma teoria psicológica? Que tipo de testemunhos se produzem sobre isso?

O campo de pesquisa na História da Psicologia que se dedica a compreender essas questões tem sido circunscrito pela diáde recepção/circulação (Danziger, 2006; Pickren,

---

<sup>7</sup> No original: “processes of encounter, negotiation, and reconfiguration of knowledge that occur in cross-cultural interaction”.

2009). Pesquisar, de acordo com esse ponto de vista, provoca analisar os interesses intelectuais, econômicos, bem como os sentidos e significados que refratam tanto no cenário de produção quanto no de recepção. Um objeto frequentemente estudado por tal perspectiva historiográfica tem sido a Análise do Comportamento. Nesta direção, diferentes investigações têm sinalizado como esta teoria circulou em diferentes locais do mundo (e.g., Amoroux, 2017; Morfín & Aguirre, 2019) e, inclusive, no Brasil. No caso específico brasileiro, os estudos versam desde a recepção inicial do campo (Guedes et al., 2006; 2008) até os condicionamentos socioculturais de sua circulação (Alves, Costa, Rohden & Miranda, 2020; Akera, 2017; Cândido, 2017a; Miranda, Torres, Alves & Cirino, 2020; Souza Júnior, Miranda & Cirino, 2018), passando pela biografia de personagens (Cândido & Massimi, 2012) e mesmo sobre espaços centrais desta história (Cândido, 2017b; Todorov, 2006).

Diante do exposto, o objetivo central deste capítulo é analisar dinâmicas de produção e recepção dos conceitos de controle e contracontrole social, tomando como duas unidades de análise as obras de James G. Holland e de Celso Pereira de Sá. Para tanto, serão examinados processos sociais, econômicos, biográficos e intelectuais que circundam a produção destes conceitos em seu país de origem (Estados Unidos da América - EUA) e em seu local de circulação (Brasil). O escrutínio desses conceitos e autores em específico é justificado pelo nosso entendimento de que os mesmos se constituem representantes do diálogo entre Psicologia e Política (Holland, 1973/2016; Lopes & Laurenti, 2016; Sá, 2016), bem como retratam as possibilidades de mobilidade e hibridização do conhecimento psicológico.

#### **4.1 Refletindo sobre o Terceiro Mundo: A Nova Esquerda estadunidense e a Análise do Comportamento**

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcado pela forte expansão econômica capitalista, especialmente em países como França, Alemanha Ocidental e EUA. A

prosperidade do plano econômico, encabeçado pelos EUA, passou a rivalizar com o programa econômico de nações socialistas como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China e Cuba. Este ínterim, conhecido por Guerra Fria (1947-1991), acirrou ações de domínio (nas esferas econômica, política e social) em uma disputa polarizada entre a EUA e URSS em busca de países aliados para a sustentação de seus respectivos regimes socioeconômicos. Marco deste período é a criação, em 1947, da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que formalizou a ideia de que a segurança nacional estadunidense estaria em perigo em qualquer local em que o comunismo avançasse e que, portanto, seria necessário intervir para além das fronteiras de seu território (Comblin, 1980; Montagna, 1986). A partir desse entendimento, o alinhamento das relações entre China, Vietnã e Cuba com a URSS, ocorridos entre os anos 1950 e 1960, seriam uma nova ameaça ao capitalismo e, por consequência, à segurança nacional dos EUA (Waeny & Macedo, 2019).

A ameaça comunista passou a sustentar mais fortemente a ideologia do *American Way of Life*, fortalecendo o ideário estadunidense do indivíduo bem-sucedido, livre e pleno de direitos civis – em contraste à “pobreza” comunista. Controversamente, apesar do nacionalismo estadunidense em alta, o país passou a experimentar o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais (e de Direitos Civis), resultantes do agravamento do quadro econômico e do aumento das diferenças sociais. Os longos anos de conflito no Vietnã centralizaram as ações econômicas do país para a formação de um pátio industrial de guerra, fazendo minguar o investimento em programas como seguridade social, combate à pobreza e ao desemprego. Soma-se a isso a crise do petróleo em 1973, cujo aumento súbito de seu valor fez transparecer a dependência do país a outras nações detentoras de grandes reservas de petróleo. Essa conjunção de fatores sociais e econômicos instauraram uma crise de autoridade nos EUA em termos domésticos; o *American way of life*, a política imperialista e a auto representação de cidadão-modelo, passam a ser questionados pela população estadunidense

(Karnal, Purdy, Fernandes & Moraes, 2007).

Adicionalmente, a divulgação de múltiplas execuções sumárias realizadas pelo exército estadunidense em ações de combate no Vietnã chocou a população dos EUA, causando indignação e fortalecendo o sentimento antiguerre e anti-imperialismo no país. A comoção gerada por esses fatores culminou em um período de desobediência civil, no qual protestos ocorreram diariamente em diferentes cidades; estes giravam em torno da exigência dos direitos civis de grupos minoritários como negros, latinos, mulheres e homossexuais. No encalço das liberdades civis surgiu o que se convencionou chamar por a *Nova Esquerda Americana*, constituída a partir de movimentos de “valorização da juventude, ideias antielitistas e ênfase no combate à hipocrisia e à alienação da sociedade americana em detrimento da preocupação com luta de classes e miséria econômica” (Karnal, Purdy, Fernandes & Moraes, 2007, p.249).

Parte dessa mobilização ocorreu eminentemente em contexto acadêmico, sendo a *Students for a Democratic Society* (SDS) uma representante relevante da atuação política de estudantes universitários nas agendas da nova esquerda (Iyengar, 2015). Na esteira dessas ideologias, a SDS foi responsável por organizar e fomentar protestos e ocupações dentro dos campi universitários, mobilizando certa parcela da camada intelectual estadunidense a ter maior empatia com as pautas daqueles países considerados, então, como Terceiro Mundo (e.g., Brasil, Cuba, Nicarágua). Uma das ações da SDS foi construir um programa de educação política para estadunidenses simpatizantes da Revolução Cubana; fundado em 1969, a *Venceremos Brigade* promoveu sistematicamente o transporte de americanos interessados em experienciar de perto as consequências da revolução socialista realizada por Fidel Castro. Mesmo sob os tensionamentos diplomáticos e sanções econômicas lançadas à Cuba pelos EUA, os brigadistas-ativistas estadunidenses visitaram o país e foram mão-de-obra em programas do governo cubano para a colheita de cana e construção de casas populares

(Iyengar, 2015).

Um dos intelectuais estadunidenses participantes da *Venceremos Brigade* foi o psicólogo comportamentalista James G. Holland; colega de B.F. Skinner na *Harvard University* em 1969 e professor da *Pittsburgh University*, Holland foi um dos personagens a discutir as agendas políticas da nova esquerda dentro da Análise do Comportamento. Em *To Cuba with the Venceremos Brigade*, Holland (1978, p. 21, tradução nossa)<sup>8</sup> narra sobre sua experiência como brigadista:

As primeiras brigadas surgiram no auge da Guerra do Vietnã como um projeto anti-imperialista. Depois, serviram como parte do protesto antiguerra porque a guerra do Vietnã naquele momento era o exemplo mais visível do imperialismo dos EUA. Os brigadistas estavam, e estão, afirmando solidariedade com as lutas socialistas do terceiro mundo e solidariedade com a Revolução Cubana ... A Brigada Venceremos era ideal para o meu interesse especial em aprender em primeira mão sobre o sistema de modificação do comportamento de Cuba. Foi perfeito para aprender como uma pessoa socialista é criada ao libertar a sociedade dos males sociais endêmicos de uma sociedade capitalista.

O relato retrata o cenário político-social estadunidense no período da Guerra Fria. Nele as mesmas reivindicações antiguerra e anti-imperialismo aparecem associadas com uma maior empatia aos países do Terceiro Mundo, especialmente naqueles com governo socialista (e.g., Cuba, China, Vietnã).

Em continuidade as memórias de sua viagem a Cuba, Holland (1978, p.21, tradução

---

<sup>8</sup> No original: “The first brigades were originated in the height of the Vietnam War as an anti-imperialist project. Then they served as part of the anti-war protest because the Vietnam War at that point was the most visible example of U.S. imperialism. Broadsides were, and are, stating solidarity with the third world socialist struggles, generally, and solidarity with the Cuban Revolution, specifically. ... The Venerators Brigade was ideally suited to my special interest in learning firsthand about Cuba’s behavior change system. It was perfect for learning how the socialist person is created with the result of freeing society of the social ills endemic to a capitalist society”.

nossa)<sup>9</sup> começa a dar pistas de como essas questões atravessariam a Psicologia e, em específico, a Análise do Comportamento:

Problemas sociais persistem porque as contingências que os produzem são características mais ou menos permanentes de nossas práticas e instituições sociais. E estas geralmente envolvem formas de poder hierárquicas combinadas com competição e individualismo. Daí meu interesse por Cuba, onde desde 1959, eles mudaram o contexto de ‘cada um obtendo o seu às custas dos outros’ para um de igualdade, onde o interesse próprio de todos é atendido por meio de formas coletivas e cooperativas.

Ou seja, a mudança no sistema anda de mãos dadas com a mudança nas pessoas.

O autor exprime o cenário no qual a autorreflexão estadunidense passa a questionar o *American way of life* e suas implicações, bem como os produtos sociais dessa visão de mundo. Isto é, mesmo que alguns movimentos sociais tenham alcançado ganhos políticos entre 1960 e 1970 (Karnal, Purdy, Fernandes & Moraes, 2007), a sensação é que “problemas sociais persistem”, porque a concepção de competitividade e individualismo também persistiu. Partindo do pressuposto analítico-comportamental de que o comportamento do organismo muda de acordo com sua interação com o ambiente, a resolução de problemas sociais se daria pela mudança do sistema social. Daí comprehende-se o interesse em Cuba; as mudanças revolucionárias lá ocorridas deveram-se ao arranjo de um tipo de sistema de modificação de comportamento no qual se leva em consideração formas mais coletivas de construção do indivíduo. Isto teria possibilitado a construção de um novo sujeito e, consequentemente, um novo sistema social estruturado pelo coletivo e não pelo individual.

Operar essa mudança social implicaria em um comprometimento político na luta pela

---

<sup>9</sup> No original: “Social problems persist because the contingencies which produce them are more or less permanent characteristics of our social practices and institutions. And these regularly involve hierarchical power forms coupled with competition and individualism. Hence my interest in Cuba, where, since 1959, they had apparently changed the context from “each getting theirs at the expense of others” to one of equality where everyone’s self-interest is met through collective and cooperative forms. It is said that the change in the system goes hand-in-hand with a change in the people”.

igualdade, o que direcionou Holland a fazer a autocrítica de que os comportamentalistas que atuam em áreas de aplicação têm estado, em larga escala, a serviço dos que estão no poder e, embora o comportamentalismo, enquanto ciência, esteja pronto a ser parte da solução, o comportamentalista que faz aplicação tem sido, muito frequentemente, parte do problema. (Holland, 1978/1983, p. 60, ênfases do autor)

Ou seja, mesmo em um cenário de agitação social e questionamento da ordem sociopolítica, o autor interpreta que os analistas do comportamento ainda estariam, naquele momento, pouco engajados politicamente. Seus propósitos, portanto, se direcionaram a mobilizar a comunidade de analistas do comportamento para a reflexão política, tanto no contexto prático de atuação quanto no de produção teórico-filosófica. Como forma de alcançar esses objetivos, o autor retomou premissas do Comportamentalismo Radical skinneriano, enfatizando axiomas filosóficos e conceituais da disciplina que viabilizassem abranger a dimensão política da atuação da psicóloga. As cadeias lógicas de argumentação teórica pressuporiam, neste sentido, que ser comportamentalista radical deveria levar ao compromisso político igualitário por coerência teórica. Isto é, os analistas do comportamento tornar-se-iam passíveis de convencimento na medida em que se avançasse na comprovação teórico-filosófica.

#### **4.2 O controle e contracontrole social em James G. Holland**

No caso de James G. Holland, a ênfase na compatibilidade teórica entre temas políticos e Análise do Comportamento funcionou como ferramenta de reflexão sobre os limites conceituais desta ciência, *i.e.*, se suas tramas conceituais são efetivas em operar com o fenômeno eleito. Holland, assim, questionava como uma abordagem sustentada pela filosofia do Comportamentalismo Radical e comprometida com a operacionalização conceitual explicaria o fenômeno das revoluções sociais e as dinâmicas políticas envoltas na sua

ocorrência. Este questionamento, entretanto, já havia sido alvo de Skinner (1973, p.143, ênfases adicionadas):

As práticas de atacar o controle são, naturalmente, uma forma de *contracontrole*.

Podem apresentar benefícios incomensuráveis se, por meio disso, se selecionarem melhores práticas de controle. Mas a literatura da liberdade cometeu o erro de supor que estava suprimindo o controle em lugar de corrigi-lo. Recusar-se a exercer o controle disponível, "porque todo controle seria errado", significa tolher importantes formas de contracontrole.

Em uma direção similar à de Skinner (1973), Holland (1978, p. 185, tradução nossa)<sup>10</sup> passa a pensar essas questões em conjunto com a concepção de estratificação social, relacionando as diferenças econômicas e sociais às mazelas sociais:

Nossa ciência do comportamentalismo pode permitir a análise dos sistemas de gestão de contingências que constituem as instituições sociais. Esta análise evidenciará o mal-estar generalizado na sociedade - a alienação, depressão, crime, alcoolismo, vício em drogas e violência - como sendo o resultado natural da prevalência desses sistemas de contingência de reforço. E nesses sistemas de controle, a estratificação e o reforço da competição estão mais comumente na base do problema.

Nesse sentido, problemas sociais são resultados diretos de um sistema desproporcional na distribuição de reforçadores econômicos ou sociais e que tende a ser mantido de acordo com as agendas dos indivíduos, ou organizações, que detêm o poder de controle sobre eles. Assim, o status quo se mantém a partir do uso majoritário do controle coercitivo de uma classe sobre a outra, o que pode gerar condições de resistência por quem está sendo

---

<sup>10</sup> No original: "Our science of behaviorism can enable the analysis of the contingency management systems that constitute society's institutions. I have suggested that this analysis will show the widespread malaise in society – the alienation, depression, crime, alcoholism, drug addiction, and violence - to be the natural outcome of these prevailing systems of reinforcement contingencies. And in these control systems, the stratification and the reinforcement of competition are most commonly at the base of the problem".

controlado, ou seja, *contracontrole*:

O controle aversivo gera contracontrole; embora a cenoura presa na ponta de uma vara possa gerar menos contracontrole do que a vara sozinha, com o tempo as condições aversivas exigidas para manter o controlado com um sistema de reforçamento pobre poderiam gerar o contracontrole. A desigualdade de riqueza e de poder requer proteção através de forças de coerção. Isso gera o contracontrole, a luta de classes e uma eventual substituição do sistema. E aí está a base da seleção natural das práticas culturais que iriam a favor de um sistema igualitário. (Holland, 1978/1983, p.71)

Nessa perspectiva, o contracontrole era visto como produto da estratificação social e da diferença substancial de controle entre as classes sociais. A disparidade de acesso a reforçadores entre tais classes (e.g., trabalho, habitação, saúde etc.) gera ação rumo a mudança dessa realidade social. A revolução social, como uma estratégia de luta pela mudança dos condicionantes sociais em direção a formas mais igualitárias de existência, seria, portanto, uma espécie de contracontrole social.

O uso desses conceitos possibilitou maior poder explicativo ao axioma comportamentalista radical no que concerne as demandas sociais e políticas dirigidas a Psicologia e, por consequência, a Análise do Comportamento. Ademais, analisá-los aproximaria analistas do comportamento de discussões que, de acordo com Holland (1973/2016), vinham sendo menosprezadas em prol da neutralidade científica. Muito embora não haja menção clara aos “experimentalistas”, os mesmos aparentam ser alvo das críticas de Holland, não como crítica ao método, mas a uma certa cultura de assepsia política interligada a ideia de que este não seria um tema científico (Lopes & Laurenti, 2016).

Indícios de uma provável divergência entre as propostas de Holland e seus pares analistas do comportamento são as réplicas ao artigo *Behaviorism: Part of the problem or part of the solution?* publicado no *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA). Por

exemplo, Azrin (1978, p.175, tradução nossa)<sup>11</sup> enfatizou que:

Não precisamos de nenhum lembrete das desigualdades inerentes às instituições sociais. Precisamos de soluções, e os terapeutas da aprendizagem há muito vêm desenvolvendo essas soluções e as estão avaliando experimentalmente. Reconhecemos que nossas soluções ainda deixam intactas algumas desigualdades e que as soluções podem conter alguns elementos coercitivos. Mas a realidade é que a situação era mais coercitiva e menos justa antes de nossos esforços.

Ao dizer “precisamos de soluções”, Azrin denota ter interpretado as assunções de Holland como quem fez a “crítica pela crítica”, *i.e.*, que o mesmo tenha questionado os analistas do comportamento sem pontuar resoluções para uma mudança efetiva. Ao mesmo tempo, parece haver a interpretação de que o autor estaria depreciando a Análise do Comportamento, o que levou seus pares a assumirem uma posição defensiva:

A análise de Jim Holland é útil para trazer essa possibilidade à atenção dos profissionais que não deram atenção a ela. É lamentável que seja apresentado em um contexto que às vezes deprecia as contribuições comportamentais quando os resultados das ocasiões são congruentes, ou não congruentes em certos aspectos. Parece que antes que um problema faça parte de um campo, deve-se coletar evidências para indicar quão prevalente e quão sério isso é. (Goldiamond, 1978, p.182, tradução nossa)<sup>12</sup>

Ainda que estes trechos montem um cenário pouco receptivo à discussão das pautas da *Nova Esquerda* estadunidense entre analistas do comportamento, levanta-se a hipótese de que

---

<sup>11</sup> No original: “We need no reminders of the inequities that are inherent in societal institutions. We need solutions, and learning therapists have long since been developing such solutions and are evaluating them experimentally. We recognize that our solutions still leave some inequities intact, and that the solutions may have some coercive elements. But the actuality is that the situation was more coercive and less equitable before our efforts”.

<sup>12</sup> No original: “Jim Holland's analysis is useful in bringing this possibility to the attention of those practitioners who have not been attentive to it. It is unfortunate that it is presented in a context which at times deprecates behavioral contributions when the occasions- outcomes are congruent, or noncongruent in certain ways. It would seem that before one a field of being problem, accuses part of the one might collect evidence to indicate how prevalent and how serious this is”.

a militância de Holland fez parte de um certo contexto de crescente politização na comunidade analítico-comportamental. Essa suposição se sustenta em dois indícios que se correlacionam, mas que antes de sua exploração, acreditamos ser válida uma digressão: a investigação historiográfica aprofundada sobre o cenário estadunidense para as pautas da *Nova Esquerda Americana* ainda precisará ser realizada em pesquisas futuras. Parte da história das incursões da Análise do Comportamento no campo aplicado, e que se relacionam com tal contexto, já são objeto de análise da História da Psicologia (ver Rutherford, 2003a; 2003b; 2006). Entretanto, os debates eminentemente político-sociais nos parecem um ponto ainda a ser explorado.

Retomando a questão do contexto de politização, primeiramente, a década de 1970 é conhecida pela fase socialmente engajada de B.F. Skinner, sendo o período no qual o autor passa a demonstrar maior preocupação com temas políticos, como no lançamento do livro *Beyond freedom and dignity* em 1971. Em segundo lugar, a partir de 1976, passou a se formalizar um grupo de interessados em aplicar a Análise do Comportamento na promoção de mudança social por vieses progressistas e de esquerda. O grupo, que passou a se chamar *Behaviorist for social action*, optou por criar um periódico no qual pudessem ser publicados trabalhos que não seriam bem-vindos em publicações de psicologia geral e específicas da Análise do Comportamento, justamente por apresentarem teor político progressista ou de esquerda (Luke, Roose, Rakos & Mattaini, 2017). O primeiro número da revista foi publicado em 1978 com uma espécie de manifesto convocando analistas do comportamento a:

...envolver aqueles comprometidos com uma análise operante do comportamento contra a injustiça social. Vamos nos unir aos da educação, saúde e serviços sociais em seus esforços para servir ao povo. Nossa envolvimento também inclui esforços para combater o racismo, sexismo, preconceito de idade, desemprego, condições de trabalho inseguras, exploração econômica de trabalhadores e assalariados e a ameaça

de guerra. Procuramos infundir nessas atividades uma análise científica do comportamento individual - tanto prática quanto teórica - que, quando associada a uma análise científica da sociedade, pode lançar as bases para uma sociedade justa, eventualmente livre dos abusos que caracterizam o presente. (Morrow, 1978, s.p., tradução nossa)<sup>13</sup>

Diversos nomes constam como signatários desse documento, em especial B.F. Skinner e James G. Holland. Controversamente, ainda que tendo feito parte de um contexto que pareceu endossar o mesmo tipo de discussão política, Holland relata não ter percebido grande receptividade ao seu trabalho, conforme expõe em uma entrevista com Fernandes (2015):

Eu não estou certo de que as principais consequências de meu ativismo serão particularmente interessantes, mas estou certo de que foram ao menos três efeitos principais: 1) minha análise comportamental aplicada a situações políticas me rendeu marginalização pelo departamento de minha universidade e uma redução em ganhos por tempo de vida (meu salário foi congelado em certo momento por conta de minhas atividades anti-guerra). Muitas vezes foi uma busca solitária.... Acredito que mesmo que minha carreira tenha minguado (estou bastante velho e não mais conectado com o campo como costumava estar), não obstante, muitos na minha universidade e em minha comunidade da Análise do Comportamento respeitam minha contribuição e os valores consistentes que demonstrei (parágrafo 7).

---

<sup>13</sup> No original: "...to involve those committed to an operant analysis of behavior against social injustice. We will unite with those in education, health care, and social services in their efforts to serve the people. Our involvement also includes efforts to combat racism, sexism, ageism, unemployment, unsafe working conditions, economic exploitation of workers and salary earners, and the threat of war. We seek to infuse these activities with a scientific analysis of individual behavior—both practical and theoretical—which, when coupled with a scientific analysis of society, can lay the basis for a just society, eventually to be free of the abuses that characterize the present one".

#### **4.3 Contracontrolando a ditadura civil-militar: O persistente processo de redemocratização brasileira**

Muitas são as nuances historiográficas do período correspondente a ditadura civil-militar, instaurada no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 (Codato, 2005). Os 21 anos de duração do regime constituíram-se por fases diversas, desde a efetivação do golpe sob o argumento anticomunista, até a ascensão do autoritarismo e o fechamento das instituições democráticas, reverberados ao seu recrudescimento e consequente reabertura política (Hur & Lacerda Júnior, 2017). Apesar das narrativas populares de que o fim do regime ditatorial tenha se dado exclusivamente pela resistência de forças revolucionárias, o que se viu do processo de retomada da democracia foi que ocorreu de acordo com os interesses de grupos políticos das forças armadas brasileiras e de blocos políticos internacionais. Assim, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência do país em 1974, com o intuito de realizar a chamada *distensão* das forças armadas do poder, fazendo uma transição entre o regime ditatorial e o democrático. O intuito era realizar a reabertura política de forma lenta, gradual e segura; uma preocupação que se direcionou a salvaguardar interesses da cúpula militar governante, como por exemplo, a Lei da Anistia (Reis, 2014).

A Psicologia brasileira, neste cenário, ainda dava seus primeiros passos como profissão legalmente institucionalizada, uma vez a expansão dos cursos de formação em Psicologia se deu na década de 1960, associada à regulamentação da profissão com a promulgação da Lei 4.119 em 1962 (Congresso Nacional, 1962). Anos mais tarde, já em meio a ditadura civil-militar, a profissão passou a contar com o Conselho Federal de Psicologia em 1971 e com Conselhos Regionais em 1974 (Congresso Nacional, 1971). De acordo com Hur (2012), a categoria ignorou o conturbado contexto político e centralizou suas discussões em temas operacionais, como ética, fiscalização, testes psicotécnicos, piso salarial, etc., como forma de defesa da profissão. O temor era de que questionar a ordem política vigente pudesse

trazer prejuízos às recém conquistas da área. Ainda, segundo o autor, é apenas em meados de 1980 que a Psicologia brasileira daria sinais de abandono dessa posição supostamente neutra e passa a questionar a realidade política de forma crítica, se posicionando abertamente ao processo de redemocratização do país.

É certo que assumir essa postura abertamente crítica esteve além da reflexão política da categoria, afinal, já nos anos 1980 havia-se findada a vigência dos Atos Institucionais que permitiam ao Estado reprimir mais severamente manifestações políticas “subversivas”. Ademais, havia um clamor social causado pela massiva greve geral dos trabalhadores em 1983; além da formação de uma frente única por parte de lideranças políticas em prol do movimento de Diretas-Já em 1984. Estes movimentos fortaleceram o entendimento de que a luta operária desempenharia um papel central para a redemocratização do país, bem como retrata a conscientização de classe e a educação política como ferramentas de mobilização para a luta sindical (Gaspari, 2016; Reis, 2014). Em aparente simbiose com a luta operária, começam a orbitar na Psicologia ideologias de resistência, tais como o pensamento crítico, o compromisso social, a libertação, a conscientização e educação popular (Boechat, 2017; Hur & Lacerda Júnior, 2017). Estas ideologias se afunilaram no condicionante central de que o conhecimento científico deveria servir para a compreensão da realidade e dos problemas do povo brasileiro, o que se tornou um ponto chave de discussão da Psicologia Social (Ferreira, 2010).

É nesta conjuntura que os conceitos de controle e contracontrole social do comportamento humano, nas suas feições de implicação político-social disparadas por Holland, dão indícios de sua apropriação no Brasil. Veremos citações ao autor estadunidense tanto em teses e dissertações (e.g., Sá, 1978) quanto em artigos (e.g., Botomé, 1979/2010; Luna, 1981/1983) por pessoas interessadas e/ou vinculadas à Análise do Comportamento. Entretanto, antes de nos determos especificamente na apropriação feita por Celso Pereira de

Sá, nos parece importante descrever o contexto analítico-comportamental brasileiro, à época.

Isso porque, como argumentamos neste capítulo, Sá nos parece um exemplo de psicólogo brasileiro que se interessou por uma leitura analítico-comportamental dos fenômenos sociais. Sobretudo, da Análise do Comportamento como ferramenta de transformação social para grupos em risco político-social.

Após as visitas de Fred Keller (1899-1996) e Gil Sherman (1931-2006) ao Brasil, na primeira metade da década de 1960, coube aos brasileiros a eles vinculados – e.g., Carolina Bori (1924-2004), Rodolpho Azzi (1927-1993), Rachel Kerbauy (1934-2015), dentre outros – o desenvolvimento da área em diferentes instituições de ensino superior (IES), no país (Cândido, 2017a; Guedes et al., 2008; Todorov, 2006). Esses brasileiros, nas décadas de 1970 e 1980, também capitanearam a institucionalização da Análise do Comportamento a partir da criação de associações e periódicos (Miranda, Torres, Alves, & Cirino, 2020). A título de exemplo, houve a criação da Associação de Modificação do Comportamento (AMC), em 1974 e da Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC), em 1985. Outros exemplos são os periódicos editorados por tais associações, *Modificação de Comportamento: pesquisa e aplicação* (1976–1977) e *Cadernos de Análise do Comportamento* (1981–1986). A maior parte dos 11 textos veiculados na primeira revista eram de natureza aplicada, com enfoque prioritário na educação, com uso de sistema de fichas e redução de comportamentos-problema (Torres, Cândido & Miranda, 2020). No segundo periódico, entretanto, veremos algumas características que nos ajudam a compreender a recepção de propostas analítico-comportamentais interessadas em temáticas vinculadas à Psicologia Social e, mais particularmente, às propostas de transformações sociais.

Em 1981, já no primeiro número dos *Cadernos de Análise do Comportamento*, temos um artigo em que Sérgio Vasconcelos de Luna descreve como a Análise do Comportamento era identificada como “alienada e alienante, [com objetivos] encarados como propostas de

manutenção do *status quo*” (p. 13, grifos no original). Ao apresentar como historicamente a área lidava com tal identificação, o autor sinalizou que a comunidade de analistas do comportamento se esquivava e, frequentemente, atribuindo tal isenção político-social ao argumento da “neutralidade científica.” Ali, se referindo a Holland e a Skinner, Luna sinalizou que já haviam propostas “que indicassem que o compromisso social e político não era incompatível com a [Análise Experimental do Comportamento]” (p.14). Todavia, ele se mostrava reticente às propostas desses dois autores e, assim, indicava que era necessária “uma conceituação adequada do termo contingência [porque] impediria, provavelmente, desvincular a atuação dos analistas experimentais do comportamento do compromisso e da responsabilidade sociais” (p.18).

Em outros números dos *Cadernos de Análise do Comportamento* encontramos mais textos críticos a certos posicionamentos da comunidade de Análise do Comportamento e, também, a como a área compreendia o fenômeno e o compromisso social. Salvador Sandoval (1982, p. 25), autor de um de tais artigos, sinalizou:

Isso nos leva a admitir a complexidade situacional extra-experimental e o modelo behaviorista, na sua fase atual de especificação, tem sido insuficientes para fornecer melhores explicações de determinantes do comportamento humano, quando se considera a complexidade do contexto social em que se desenvolve o comportamento social, objeto de nosso interesse.

Na mesma direção, Álvaro Pacheco Duran (1983) asseverou que o cerne da discussão entre realidade social e ciência encontrava-se na relação entre “a análise do social, ao nível da Psicologia, e sua transformação” (p. 58). Assim, a Psicologia (ciência) era responsável pelo fato social e, como tal, era responsável por sua mudança. Todavia, as transformações sociais também deveriam mudar a Psicologia a partir de impactos “sobre os rumos de desenvolvimento desse grupo social” (p.59). Nesse sentido, ele disse:

O raciocínio fica mais claro se pensamos não na ciência que o cientista faz, mas naquela que ele não faz. O conhecimento que não se produz, por causa do descompromisso com as necessidades de transformação social, parece-me ser uma questão muito mais séria do que a discussão sobre o possível mau uso da ciência já feita. A primeira dessas questões é, talvez, mais pertinente à Psicologia do que a segunda (p.59)

Duran, entre as proposições de Luna (1981/1983) e Sandoval (1982), indicava que à Psicologia – e especificamente ao analista do comportamento – competia o compromisso social na produção de seu conhecimento. Isso se fazia mister em um cenário em que a área era recorrentemente identificada como “alienada e alienante” (Luna, 1981/1983, p.13).

Esses excertos não nos permitem generalizar que os analistas do comportamento no Brasil estavam interessados na interlocução da área com a Psicologia Social ou de que ela deveria se tornar uma ciência comprometida com a transformação social. Todavia, o cenário anteriormente descrito fornece indícios de que haviam investimentos (a) na reflexão sobre os compromissos político-sociais da Análise do Comportamento produzida no Brasil, (b) para que as pessoas interessadas na área pudessem ter acesso a tais reflexões. O fato de os artigos circularem em um periódico específico de Análise do Comportamento, editorado pelas associações brasileiras da área, corrobora tal interpretação. Podemos hipotetizar que havia pelo menos o interesse daquelas associações – e dos editores dos periódicos – que os brasileiros interessados em Análise do Comportamento tivessem acesso a tais provações e debates. Se não houvesse tal interesse, os textos não teriam sido ali publicados. Além disso, parte daqueles trabalhos eram o resultado de debates para os quais os autores haviam sido convidados pelas associações de Análise do Comportamento. Por exemplo, o artigo de Duran (1983) era resultado de sua apresentação no Simpósio “Problemas Atuais da Psicologia Social” promovido pela AMC em 1983, no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência (SBPC). Assim, aqueles investimentos também apareciam para que alguns daqueles autores circulassem em outros fóruns de debate da área.

#### **4.4 Controle e contracontrole social: apropriações e proposições**

As primeiras aparições de Holland como objeto de análise no trabalho de Celso Pereira de Sá constam na dissertação e na tese do psicólogo, respectivamente intituladas *Aspectos psicológicos do controle social* (1978) e *O Behaviorismo Radical de B.F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante* (1985). Anos mais tarde, tendo já construído sua carreira como professor titular de Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Sá (2007) ao rememorar sobre suas escolhas de objeto de pesquisa, as relaciona com a postura pluralista e interdisciplinar de seu orientador. Embora sejam necessários mais estudos a respeito do interesse de Schneider pelos behaviorismos, uma observação rápida em sua biblioteca, que se encontra preservada no Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sugere que ele se interessou por diferentes autores. Vemos, por exemplo, *O Comportamento Verbal* (Skinner, 1957/1978), *Clinical Behavior Therapy* (Lazarus, 1972), *Principles of Behavior Modification* (Bandura, 1969), *Organization of Behavior* (Hebb, 1949), *Principles of Behavior* (Hull, 1943), dentre outros.

Na esteira desta multiplicidade teórica, a tese de doutoramento do autor foi constituída por uma resenha das obras de Skinner, sendo um de seus estágios a avaliação da possibilidade de aplicação desses princípios de maneira socialmente relevante (Sá, 1985). Nesta direção, Sá (2007, p.8) nos diz:

Essa forma de conceber a Psicologia Social como algo que se situava – e aí produzia novos conhecimentos – entre a Psicologia propriamente dita e outras perspectivas teóricas sobre o ser humano e suas condições de agregação e intercâmbio sociais –

fossem elas oriundas da psicanálise, da sociologia, da antropologia ou da história – me marcou tanto que o meu trabalho de mestrado (Sá, 1979), já ao final da década de 70, foi dedicado a uma articulação – sob o título de “aspectos psicológicos do controle social” – entre uma perspectiva comportamental, o behaviorismo radical de B. F. Skinner, com sua noção de controle do comportamento, e as noções sociológicas sobre o controle social elaboradas por Mannheim (1962) e Becker (1977), dentre outros, incluindo ainda as perspectivas ditas microssociológicas, principalmente o interacionismo simbólico, como presente nas obras de Berger e Luckmann (1974). Concomitantemente, ele sinaliza que esta possibilidade de um diálogo teórico da Análise do Comportamento com outras propostas, também poderia ser encontrada nas prescrições de Holland. Em suas palavras:

Foi nesta última parte [do doutoramento] que, 10 anos após Holland tê-lo formulado, segui seu conselho de comunicar a análise comportamental do controle social às pessoas de modo a que elas estejam melhor preparadas para o *exercício do contracontrole*. Para promover essa *comunicação popular*, elaborei um texto didaticamente orientado a que chamei de “Cartilha de Contracontrole Social” [ênfases adicionadas]. (Sá, p. 54, 2016)

Nesse sentido, o contracontrole social foi assumido na elaboração da *Cartilha* como:

Qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização. (Sá, 1986a, p.53)

## CARTILHA DE CONTRACONTROLE SOCIAL

Celso Pereira de Sá

## CAPÍTULOS

## Páginas

I - AS CAUSAS E O CONTROLE DOS FATOS .....	1
II - O CONTROLE DO COMPORTAMENTO HUMANO .....	7
III - AS PRÁTICAS E AS AGENCIAS DE CONTROLE SOCIAL ..	25
IV - AS POSSIBILIDADES DE CONTRACONTROLE SOCIAL ...	59
V - A ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO CONTRACONTROLE ..	85

Rio de Janeiro, 1983

Figura 1. Capa da Cartilha de contracontrole social a qual compõe o terceiro volume da tese de doutoramento de Celso Pereira de Sá, defendida em 1985.

O público alvo do autor eram moradores do estado do Rio de Janeiro, adultos, de ambos os sexos, com nível de escolaridade fundamental e que, por um critério tríplice de trabalho-habitação-saúde, se encontrassem em situação de vulnerabilidade. A intervenção em forma de cartilha teve intuito de funcionar como um instrumento de educação popular que fosse generalizável e acessível, capaz de orientar e capacitar o povo para o exercício eficaz do contracontrole. Por fim, o autor elegeu líderes comunitários, participantes de movimentos estudantis, do sindicato dos trabalhadores, representantes de associações de assistência social, de instituições religiosas e partidos políticos de ideologia socialista, como avaliadores qualificados e críticos do potencial de uso de sua *Cartilha* como instrumento de educação

popular (Sá, 1986a).

O excerto da investigação do doutoramento de Sá parece ter sido um dos únicos trabalhos a explorar o alargamento do conceito de contracontrole em sua dimensão política e social. Essa impressão de pouca repercussão dos trabalhos de Holland é apontada por Sá (1986a) em que, após realizar uma revisão bibliográfica relacionada ao conceito de contracontrole, constata que mesmo após dez anos das publicações de Holland sobre o tema, não havia trabalhos publicados que aproveitassem de suas contribuições. Ao refletir sobre a originalidade de sua *Cartilha*, Sá (1986a, p.48) também começa a demarcar algumas diferenças em sua apropriação:

Em termos, portanto, de aproveitamento da experiência alheia prévia, não se tem aqui nada de específico com que começar. O próprio Holland, em seu breve artigo *Servirán los principios conductuales para los revolucionarios?* (1973), só apresenta uma estratégia particular ilustrativa do exercício do contracontrole social. *E não é sequer uma boa ilustração, visto estar mais apta a servir a finalidades terroristas imediatas do que ao persistente processo de construção de uma sociedade democrática* [ênfase adicionada].

Isto é, a marca preponderante de apropriação brasileira do contracontrole social é o “persistente processo de construção de uma sociedade democrática” uma vez que a distensão política, que resultaria na estruturação da democracia brasileira, perdurou longos 15 anos entre a eleição indireta do general Ernesto Geisel (1907-1996), em 1974, até a elaboração da constituição cidadã em 1988 e a eleição direta de Fernando Collor de Melo como presidente em 1989.

Ainda que a redemocratização tenha sido um plano político iniciado pela própria cúpula militar que governava o país, parece não ter havido consenso entre os grupos que a compunham, principalmente dos órgãos de repressão e vigilância do Estado. Esses setores

resistiram aos intentos de recrudescimento da ditadura, tendo prosseguido com ações de repressão, como no caso do assassinato do jornalista Vladmir Herzog (1937-1975) e no atentado a bombas do Riocentro em 1982 (Gaspari, 2016; Reis, 2014). Percebe-se, portanto, que a apropriação do controle social ocorreu em um constante jogo de forças políticas; de um lado desejava-se a manutenção do regime ditatorial e de outro, a construção da democracia brasileira.

Reflexo de como a apropriação destes conceitos esteve intimamente relacionado ao processo de redemocratização é o roteiro de uma apresentação realizada por Sá na década de 1980, intitulada “Controle e contracontrole do comportamento na construção de uma sociedade democrática”. As informações do currículo do autor indicam que a apresentação foi realizada duas vezes – a primeira, na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1980, e a segunda na XX Reunião Anual de Psicologia, em 1985. Neste documento, o autor define a sociedade democrática como “aquela que assegura o exercício institucionalizado do contracontrole em todos os níveis da esfera social” (Sá, ca.1985, p.4, sic), colocando o contracontrole ao mesmo tempo com a própria definição de democracia, como um modelo social que permitiria condição de igualdade entre os cidadãos. Para Holland, a finalidade do contracontrole social circulou no axioma explicativo com intuito de convocar os analistas do comportamento para o compromisso político, para Sá, esta mesma ferramenta, serviu para auxiliar a população a desvelar as relações de controle social, de forma que elas pudessem resistir ao regime ditatorial e lutar pela democracia. Demarca-se, assim, a diferença substancial do modelo de contracontrole formulado por Holland e daquele apropriado por Sá; ainda que Holland tenha se ocupado em criticar as mazelas sociais estadunidenses e o trato dos analistas do comportamento para com elas, o autor podia dispor das garantias civis de um país democraticamente estabelecido. No caso de Sá (2007, p.9), em contrapartida:

parece importante lembrar o clima sócio-político-cultural sob o qual viviam professores e estudantes, mormente nas áreas sociais e humanas, na época que tenho vindo relatando. Ao mesmo tempo em que nos chegavam do “maio de 68”, do lado de lá do Atlântico, palavras de ordem como “é proibido proibir”, aqui no Brasil tudo passava a ser proibido, a começar pelo exercício pleno da cidadania. É sabido, entretanto, que períodos de exceção e repressão políticas costumam ter como efeito a produção de reações nos meios acadêmicos, que se traduzem por direcionamentos críticos da própria produção científica e por resistências institucionais que, carentes de qualquer outro poder, se fazem apenas com as ideias.

Salienta-se, portanto, que os aspectos contextuais político-sociais entre EUA e Brasil, quando da produção do controle e contracontrole social, possuem ao mesmo tempo diferenças e similaridades, o que garante que o processo de circulação brasileiro não tenha ocorrido de forma horizontal e homogênea. Mesmo que haja certa similaridade de, em ambos os casos, o contracontrole ter sido atrelado a luta por direitos civis e igualdade, o cenário de uma democracia ainda em construção exigiu um cunho mais imediato da ação e modificação da realidade, distanciando-se da ideia skinneriana de engenharia ou delineamento comportamental a longo prazo. Nas palavras de Sá (1986a, p. 53):

Dadas as condições sócio-político-econômicas vigentes nesta época e neste país, a avaliação exploratória da aplicabilidade socialmente relevante do behaviorismo radical não deve ser conduzida em relação ao quadro de referência utópico characteristicamente skinneriano .... A superação a longo prazo, defendida por Skinner, das relações instáveis entre controle e contracontrole encontra-se, portanto, além das ambições do presente estudo.

Apesar da afirmação de que se afastaria das prerrogativas eminentemente utópicas de Skinner, no mesmo roteiro de apresentação mencionado anteriormente, Sá recorreu às análises

skinnerianas de agências de controle (controle pessoal e grupal). Neste rascunho, ele conclui que “quanto mais rigoroso ou sutil é o controle mais difícil de se fazer o exercício do contracontrole. Contracontrole é luta. A construção de uma sociedade democrática é luta.” (Sá, ca. 1985, p.5, grifos do autor). É notável, inclusive, que uma parcela considerável do acervo pessoal do autor dê indícios da apropriação das obras de Skinner atrelada a temas como democracia, contracontrole social e Psicologia Social; reúne-se ali: (1) Um fichamento das seções IV e V de *Ciência e Comportamento Humano* pormenorizando as “instâncias e técnicas de controle social”; (2) uma cópia impressa do artigo *War, peace and Behavior Analysis: Some comments*, publicado em 1988 por Skinner no *Behavior Analysis and Social Action* – revista sucessora da *Behaviorists for Social Action*; e (3) uma cópia rasurada da entrevista dada por Skinner a Folha de São Paulo em 25/08/1990. Neste sentido, a elaboração da *Cartilha*, sob o princípio do contracontrole social, não foi um processo que se encerrou como uma apropriação exclusiva do trabalho de Holland, mas sim, de maneira abrangente no solo do Comportamentalismo Radical, tendo Skinner como principal representante. A inserção desses tópicos e autores, no horizonte de redemocratização do Brasil, criou zonas de contato com outras disciplinas ou paradigmas já mais estruturados em articulações no campo político e social, como as Ciências Sociais, a História e a Psicologia Social.

Afastando-se do dogmatismo teórico, entendido aqui como uma ação rígida de aceitação inquestionável de uma teoria e rejeição de todas as outras (Azoubel, 2017), o autor conclui suas reflexões sobre o lugar a ser frequentado pelos comportamentalistas radicais: Faz-se necessário juntar-se às correntes de “pensamento e ação” que as descobriram há relativamente bastante tempo, a ponto de já se encontrarem elas semi-institucionalizadas sob os rótulos de *educação popular* e *trabalho comunitário* - ou, mais especificamente, na dimensão aqui privilegiada da *Psicologia comunitária*. .... A educação popular e a Psicologia comunitária parecem configurar-se como

suficientemente amplos para comportar a penetração do behaviorismo radical, sem confrontos extremos com as abordagens teóricas “normais” ou já reconhecidas pela literatura acadêmica especializada. (Sá, 1986a, p.66)

Dessa forma, o autor atuou como ponte de profusão da leitura skinneriana com outros quadros teóricos que emergiram do cenário político e social brasileiro no horizonte de construção de uma sociedade democrática. A imposição de um processo transitório, lento e gradual entre o regime civil-militar e a estruturação dos aparelhos do Estado, para o pleno funcionamento democrático, tornou persistente a luta para sua concretização. Dentre uma variedade de formas de resistência ao regime ditatorial, a luta operária e sindical ocupou um espaço contundente, na primeira metade da década de 1980, pelo poder de mobilização das estratégias de conscientização e educação popular. O planejamento e execução de um instrumento baseado no conceito de contracontrole, direcionado a ensinar o reconhecimento das condições de controle que envolvem sua ocorrência, guarda considerável similaridade com a conscientização para a mobilização e ação popular, objetivos chave para a atuação comunitária em Psicologia Social naquele momento.

#### **4.5 Considerações preliminares**

Investigamos as dinâmicas de produção e recepção do conceito de controle e contracontrole social nas obras de James G. Holland e de Celso Pereira de Sá, entre os anos de 1970 e 1990. Apesar da existência de trabalhos dedicados a pesquisar a relação do Comportamentalismo Radical com a contestação política (e.g. Abib, 2016; Castro & Lacerda Júnior, 2014; Flores Júnior & Córdova, 2019; Mizael & De Rose, 2017), não parece ter atingido o ponto de absorção ou penetração do Comportamentalismo Radical na Psicologia Social da mesma maneira indicada por Sá (1986a). Consideramos também que as premissas do compromisso político com a transformação social surgiram a partir de um recorte

específico do cenário geral, disparado pela análise dos conceitos de controle e contracontrole social. A partir desse capítulo, acreditamos ter analisado as produções do autor vinculadas ao Comportamentalismo Radical, entre os anos 1970-1990, bem como analisamos os mecanismos de recepção e circulação dos conceitos de controle e contracontrole social.

Entretanto, à medida que a análise desse recorte foi sendo construída, tornou-se latente algumas questões em paralelo à análise do controle e contracontrole social, como por exemplo, o pluralismo de autores com o qual Celso Pereira de Sá opera para tecer suas análises. A partir disso, questionamo-nos também sobre o papel que o controle e contracontrole ocupa na parcela analisada da obra do autor, isto é, o quanto medular são esses conceitos dentro de sua produção teórica se não realizarmos nenhum tipo de recorte arbitrário? Adicionalmente, interrogamo-nos sobre a pluralidade de apropriações teóricas feitas por Sá em termos de autores; este movimento se deu apenas dentro de nosso recorte do debate do controle e contracontrole social ou ocorreu de forma generalizada? O próximo capítulo procura responder essas questões a partir da apropriação de estratégias do PICT e da análise de conteúdo, mediante uso do *software* Iramuteq.

**5. Mapeando Celso Pereira de Sá: itinerários de sua atividade  
intelectual**

---

Ao termos retomado aspectos da recepção/circulação do controle e contracontrole social no cenário brasileiro, percebemos que a preocupação com a constituição e fortalecimento da democracia fez convergir os quadros teóricos do Comportamentalismo Radical e da Psicologia Social. Nesta seara, Sá advogou pela possibilidade de compatibilidade entre Comportamentalismo Radical e as perspectivas comunitárias do pensamento, de ação e de educação popular. Esse indicativo do autor tornou-se latente a partir da análise da dimensão historiográfica realizada no capítulo anterior.

Alicerçados nestes resultados preliminares, avançamos para a etapa de análise da dimensão conceitual da massa documental selecionada a partir da Análise de Similitude, da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da apropriação de estratégias do PICT. Ressaltamos que os resultados das duas primeiras ferramentas foram executados pelo *software* Iramuteq e, os resultados da última, auxiliaram a compor a análise das figuras geradas pelo *software*. Isto significa que, muito embora os resultados alcançados pela execução do PICT não sejam extensamente expostos, eles foram intercruzados com os resultados do Iramuteq, de forma que alguns de seus fragmentos foram utilizados para a construção de nossas interpretações.

A Análise de Similitude (Figura 2) mostra a existência de três núcleos centrais representados pelas palavras “comportamento”, “social” e “Skinner”. Essa primeira perspectiva geral nos sinaliza que estes três termos possuem alto grau de conexão entre si e que a palavra “comportamento” foi a que estabeleceu maior grau de conectividade com as demais, tendo em vista que ocupa o centro da figura e que todos os outros grafos se conectam a ela. Com isso, interpretamos que o núcleo “comportamento” representa o ponto de interesse de Celso Pereira de Sá. Ainda neste núcleo, um indicativo do modo pelo qual o comportamento foi estudado pelo autor pode ser dado a partir das palavras “individual”, “coletivo”, “motivação”, “controle” e, por fim, “contracontrole”. As ramificações “análise”,

“experimental”, “operante”, e “behaviorismo radical” indicam que o autor se apropriou da Análise do Comportamento e do Comportamentalismo Radical para o estudo do comportamento.

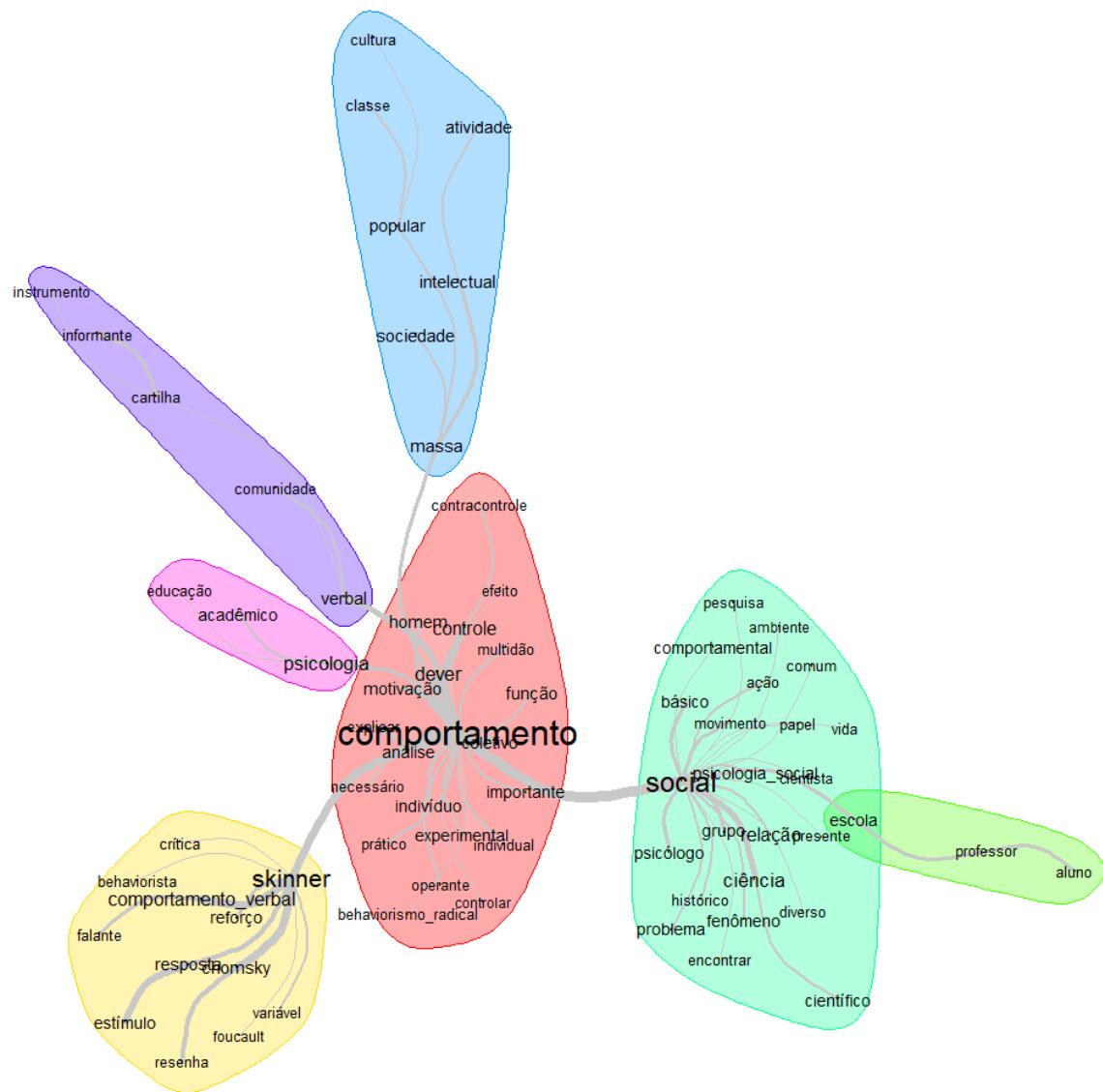


Figura 2. Gráfico de Análise de Similitude gerado pelo software Iramuteq.

O núcleo “Skinner” complementa a interpretação de que a apropriação teórica da Análise do Comportamento e do Comportamentalismo Radical foi operada a partir das contribuições de B. F. Skinner. As ramificações deste núcleo sugerem que “comportamento verbal” foi um dos principais temas debatidos a partir da apropriação deste autor. Skinner foi

correlacionado com outros dois autores; Noam Chomsky e Michel Foucault (1926-1984).

Partindo para o terceiro núcleo preponderante - “social” – vemos que o mesmo representa também uma aproximação ao campo da Psicologia Social. Essa interpretação baseia-se na aparição dos termos “Psicologia Social”, bem como objetos e temas comuns de investigação dessa área; “grupo”, “relação”, “histórico”, “escola”, “professor” e “aluno”. Já a presença do termo “comportamental” dentro do núcleo “social” pode ser um indicativo de que Celso Pereira de Sá articulou “comportamento” com elementos do campo social, como por exemplo, “grupo”, “relação” e “histórico”. Isso, por sua vez, parece indicar sua inserção no campo da Psicologia Social.

Como a característica essencial da ferramenta de Análise de Similitude é a de apresentar graficamente as conexões que palavras realizam entre si, as subseções seguintes irão explorar, na massa documental analisada, como essas relações são textualmente estabelecidas. Estas seções devem ser entendidas como recortes arbitrários, realizados com o intuito de melhor narrar os movimentos realizados por Celso Pereira de Sá na sua produção teórica. Portanto, a leitura desses recortes deve ser feita com o lembrete de que eles compõem um todo dinamicamente conexo, cujas opções de recorte dependem dos pontos de referência que se elege. Nossas escolhas girarão em torno de algumas perguntas que se levantaram a partir dos objetivos de nossa pesquisa bem como da perspectiva geral oferecida pela Análise de Similitude, quais sejam: 1) o que Sá entende por “comportamento”? e 2) isso estabelece alguma relação com os conceitos de controle e contracontrole social do comportamento?

### **5.1 Sobre o social do comportamento humano**

Tomando a pergunta “o que Sá entende por ‘comportamento’?” como disparador, iniciamos com uma possível primeira resposta no seguinte trecho: “o comportamento dos organismos - incluindo o homem - encontra-se sempre sob o *controle* de estímulos ambientais,

externos e internos, antecedentes (sob as formas de estímulos eliciadores e discriminativos) e consequentes (sob as formas de reforçadores positivos e negativos)." (Sá, 1983, p.139, grifos do autor). É interessante notar, a definição de comportamento arrolada por Sá está intimamente ligada à de controle, justificado pelo autor da seguinte maneira:

o insistente emprego do termo controle por Skinner provém basicamente do que ele considera uma cientificamente necessária ‘hipótese de trabalho’, qual seja, a conjectura inicial de que o comportamento (animal ou humano) como variável dependente observável é sempre controlado por variáveis independentes atual ou potencialmente identificáveis. (Sá, 1983, p.140)

Tamanha relevância do controle para a explicação do comportamento pode justificar o destaque da aparição do grafo “controle” na representação gráfica do núcleo “comportamento”, além de atestar o alto grau de conexidade entre os dois termos. Ou seja, se “comportamento” se encontra “sob controle dos estímulos ambientais”, não seria possível operar com tal objeto sem recorrer a seu constituinte de dependência do contexto.

Mais do que um adereço necessário à explicação do comportamento, o aparecimento de “controle” em conexidade com “social”, prevê algumas especificidades dos interesses de estudo de Sá. O autor evidencia que a maior parte das variáveis controladoras do comportamento humano (ou ainda, do “homem”, outro termo fortemente conexo ao de “controle” e “social”) são contingências caracteristicamente sociais. Isto porque “histórias de reforço individual encontram-se inseridas, como bem nota Seminário (1979), na história da sociedade à qual pertença cada indivíduo, ou, em termos skinnerianos mais estritos, da sua comunidade verbal” (Sá, 1983, p.139). A apresentação de uma justificativa apoiada em um autor externo à Análise do Comportamento torna latente a característica pluralista com a qual Sá parece operar dentro da Psicologia. Mais do que salientar que a história do indivíduo pertence a história de sua sociedade, o autor flexiona dois teóricos que operam de maneiras

distintas (B. F. Skinner e F. L. P. Seminário) para enfatizar que a história do sujeito é uma história, necessariamente, social e verbal.

Nesse sentido, o sujeito seria aquilo que sua comunidade verbal dispôs como contingência para sua constituição como indivíduo, o que caracteriza o “controle social” como algo eminentemente verbal:

O controle social, operando através das leis do controle do comportamento, produz assim o “homem único” que cada um de nós é, o “homem típico”, de uma determinada cultura ou subcultura, e, generalizando, “o homem”, por mais amplo que possa ser o conjunto de fenômenos comportamentais englobados sob essa rubrica sintética. (Sá, 1983, p.139)

Este homem/humano é também definido por Sá como um “organismo biológico em contínua interação com seu meio ambiente” e que opera “tanto em situações não sociais (ou seja, em transações com o ambiente natural) quanto em situações sociais (ou seja, em que o ambiente é constituído por outros indivíduos ou seus produtos)” (Sá, 1984a, p.33). Observa-se que, ainda que Sá enfatize a participação de variáveis sociais no comportamento humano, não há menosprezo das variáveis não-sociais em termos de causalidade.

Se retornarmos ao texto de Seminário (1923-2003) citado por Sá, vemos um debate também pluralista sobre a dicotomia indivíduo *versus* coletividade à luz de autores como B. F. Skinner, M. Foucault e H. Marcuse (1898-1979). Sobre a suposta oposição entre esses termos, Seminário (1979, p.12,) conclui: “não há dúvida de que é impossível recortar uma conduta concreta que não esteja *contaminada*, de uma forma ou de outra, por fatores sociais. E igualmente claro que não existe o homem não-social” (grifos do autor). Parece-nos que, similarmente a Seminário (1979), não há adoção da dicotomia indivíduo *versus* sociedade por parte de Sá, em um sentido de que sua visão de sujeito se constitui por alguém que interage dinamicamente com um “ambiente”, produzindo assim uma infinidade de processos

comportamentais que podem ser explicados tanto pela história do indivíduo quanto pela história de sua espécie.

Por esse motivo, o interesse do autor na instância “social” do comportamento não parece justificar-se por uma possível interpretação teórica de preponderância do “social” sobre o “indivíduo”. O que nos parece é que, o protagonismo apresentado pelo termo “social” na Figura 2, se dá mais por sua relação com o “comportamento verbal” e a solução monista que sua definição apresenta perante a dicotomia indivíduo *versus* sociedade. Isto é, não se supõe que existe relação de superioridade de uma instância sobre a outra, mas sim de que o sujeito é atravessado por um social-verbal que é incindível do comportamento humano.

Algumas passagens nos auxiliam na direção desta interpretação. Analisando a conexidade dos termos “comportamento”, “comportamento verbal” e “social”, temos que:

uma distinção entre comportamento social em geral e comportamento verbal é muito tênue, algo arbitrária mesmo, como o próprio Skinner chega a reconhecer; e forçosamente é assim, porque não se trata de tipos absolutamente delimitados e mutuamente exclusivos de comportamento. O comportamento verbal é comportamento social. (Sá, 1982a, p.47)

O “social”, que caracteriza o “comportamento”, tem sua definição justaposta ao de “comportamento verbal” em um sentido em que ambos são “comportamentos reforçados pela mediação de outras pessoas” (Sá, 1982a, p.46, plural adicionado). A ênfase, portanto, é na característica verbal da sociedade e como esta comunidade verbal exerce controle sobre o indivíduo. A caracterização do papel do “falante”, dada por Sá, é bastante clara neste excerto:

O falante de Skinner não contribui simplesmente para o comportamento verbal; ele o produz em sua totalidade. Isso é, não obstante, compatível com a proposta de que *fatores externos* potencialmente identificáveis *exercem controle* sobre a resposta verbal momentânea emitida pelo falante. (Sá, 1982a, p. 27, ênfases adicionadas)

O que parece estar em destaque para o autor é como “fatores externos” descrevem situações sociais nas quais dois ou mais indivíduos interagem. Considerando novamente a frequência e conexidade da tríade “comportamento-social-verbal” na Análise de Similitude e intercruzando esse indício com o texto teórico do autor, caminhamos para a conclusão de que “comportamento verbal” é um interesse secundário de estudos do autor, uma vez que emitir respostas verbais e fazer parte de uma comunidade verbal é constituinte da concepção de sujeito construída por Sá, bem como corresponde a grande parcela de fonte de controle social. Com efeito, parece-nos que “comportamento verbal” é ponto de passagem obrigatório a quem se dedica a estudar o “comportamento social”, especificamente o “controle social” e “contracontrole social”.

Em resumo, “comportamento verbal” parece desenvolver duas funções nas fontes primárias investigadas: a) compor a visão de sujeito e de mundo com a qual Sá opera, i.e., de um sujeito histórico, social e verbal, que constitui-se em uma comunidade verbal na qual ele constrói sua história de reforço individual; b) a de estabelecer que uma das principais formas de exercer “controle e contracontrole social” é pela via do “comportamento verbal”, sendo este o veículo pelo qual pessoas, grupos e agências operam práticas de “controle e contracontrole social”, como por exemplo, ações de educação popular política via cartilhas informativas tal qual a *Cartilha de contracontrole social*, produzida pelo autor.

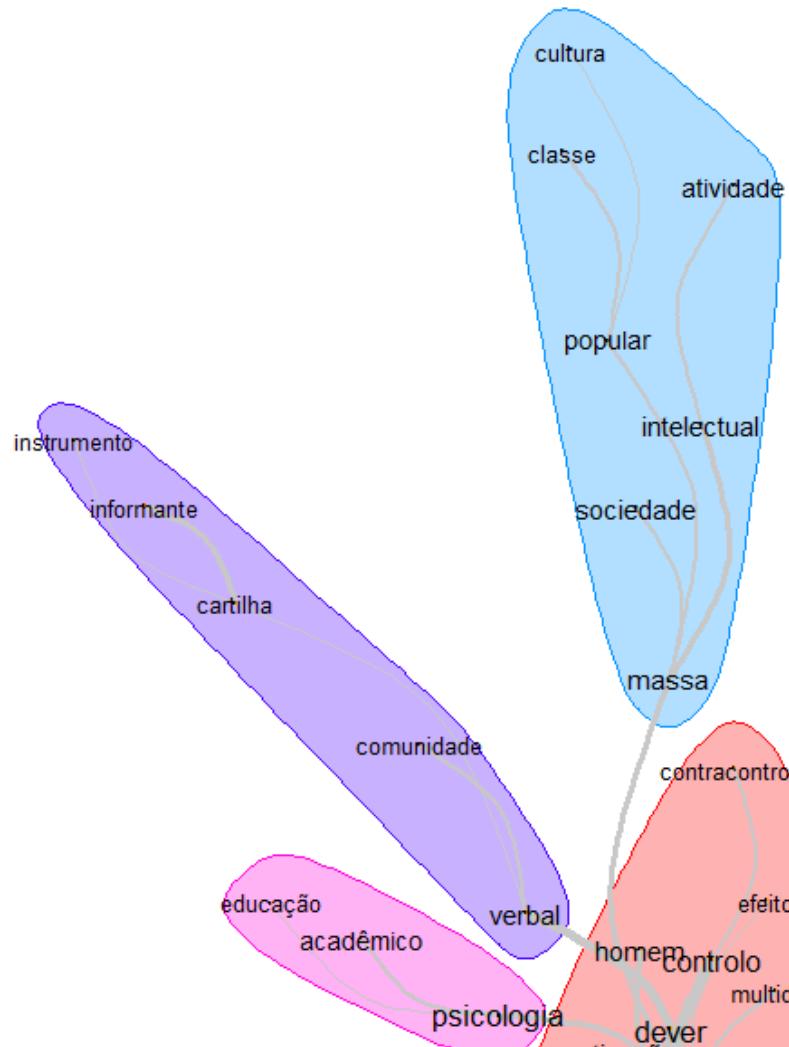


Figura 3. Zoom dos núcleos “Psicologia”, “verbal” e “massa” do gráfico de Análise de Similitude.

Os percursos dos caules e núcleos da Figura 3 nos auxiliam nessa direção.

Acompanhando esses itinerários, temos que a Psicologia acadêmica deve estender-se à educação e que essa intervenção deve ser feita levando em consideração que o comportamento das pessoas se dá em uma comunidade verbal, o que invariavelmente faz da cartilha um comportamento verbal, um instrumento de educação popular direcionado a massa popular e que deve fazer parte da atividade intelectual da psicóloga. Em resumo:

Em nítido contraste com essa socialmente irresponsável retórica *não-diretiva*, de flagrante motivação auto-absolvidora, sustenta-se aqui que *a universidade tem sim o que ensinar ao povo*, que a ciência do comportamento lida efetivamente com

fenômenos reais, inclusive quando os manipula em seus laboratórios. E que, por isso mesmo, o conhecimento acadêmico que se produz pode e deve ser proveitosamente *apropriado* por comunidades que estejam segmentadas em relação à extensa e diversificada cultura dominante, já que esse *status quo* se mantém precisamente porque o acesso a tais formas de conhecimento lhes é negado. (Sá, 1986a, p.56, grifos do autor)

## 5.2 Sobre o controle e o contracontrole social do comportamento humano

Sá apontou o controle social como responsável por produzir o “homem”, ou o “humano”, em seu sentido histórico, social e verbal. Nessa direção, sua compreensão parece ser parte necessária ao processo de pesquisa e estudo do comportamento. Uma primeira definição de “controle social” dada pelo autor é de que este caracteriza-se por “múltiplas técnicas ou tecnologias de controle, empregadas de modo alternativo ou combinado ao nível de controle interpessoal, do controle pelo grupo e do controle por agências institucionalizadas” (Sá, 1983, p.141). Nominalmente se apropriando de Skinner, Sá segue descrevendo três instâncias de funcionamento do controle social, sendo o nível das agências controladoras as mais efetivas no que concerne em controlar o comportamento humano:

Caracterizando esses diferentes níveis de instâncias do controle social, Skinner considera que, no caso do controle interpessoal, uma pessoa comporta-se de uma maneira que altera o comportamento de outra por causa das consequências que o comportamento dessa segunda tem para a primeira (ou seja, a reforça); no controle típico do grupo duas ou mais pessoas, manipulando variáveis que tem um efeito comum sobre o comportamento de um indivíduo, submetem-no a um controle mais poderoso; e, finalmente, para suprir as deficiências dos controle pessoal e grupal, certas agências controladoras melhor organizadas – como o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação – manipulam variáveis específicas mais

complexas, conseguindo assim operar com maior sucesso. (Sá 1983, p.141, ênfases adicionadas).

Não por acaso, essas definições do “controle social” são trazidas no artigo *Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner*, no qual Celso Pereira de Sá põe em diálogo estes dois autores e defende a existência de alguns pontos de afinidades específicas entre suas teorias no que diz respeito ao “poder” e ao “controle social”. Dentro desse contexto, a definição própria das instâncias do “controle social” enfatiza que o controle interpessoal e o controle pelo grupo social (ou, em termos foucaultianos, a microfísica dos saberes e dos poderes) só funcionam até certa medida e, quando falham, são as agências de controle, em suas vias institucionais, que garantem a manipulação de “variáveis específicas mais complexas”.

Nesse sentido, chama novamente atenção o pluralismo com que Sá opera autores de escolas epistemológicas distintas para a discussão de seus objetos de interesse. Sobre a afinidade específica entre M. Foucault e B. F. Skinner, Sá (1983) pontua que

seus respectivos produtos finais chegam a encontrar um denominador comum no emprego dos conceitos de poder e controle. Saberes e discursos, ou comportamentos verbais, não possuem, para eles, a autonomia que outros estudiosos costumam lhes conferir: são produtos do poder, encontram-se sob controle; e mais, é *“o social” que exerce tal poder e controle, assim como vem a ser por eles próprios produzido e controlado.* (p. 143, ênfases adicionadas)

Colocando em diálogo autores como Seminário, Foucault e Skinner, Sá nos dá um parâmetro de que sua leitura desses autores converge nas teses de que todo comportamento humano é atravessado pelo “social”, bem como é por ele necessariamente controlado de maneira interpessoal, grupal e por agências controladoras. Estas últimas, parecem ser entendidas como coringas que exercem controle sobre variáveis mais complexas quando as demais instâncias do controle social falham. Em resumo:

controle e poder são concebidos, respectivamente por Skinner e Foucault, como *onipresentes nas relações humanas*, manifestando-se em diversos níveis e de variadas formas; e, embora ambas essas concepções não estejam necessariamente associadas em princípio às temáticas macropolíticas ou macroeconômicas do controle e poder sociais hegemônicos, *mostram-se capazes de dar conta também' desses domínios*, seja pela análise histórica da "governamentalidade" (Foucault) ou *pela análise funcional das "agências controladoras governamentais e econômicas"* (Skinner). (Sá, 1983, p.144, ênfases adicionadas)

Sendo a análise funcional de agências controladoras governamentais e econômicas capaz de dar conta de temáticas macropolíticas e macroeconômicas, trazemos à baila outra definição do “controle social” arrolada posteriormente pelo autor e que parece novamente enfatizar a importância das agências de controle no exercício do “controle social”. Neste caso, o termo “refere-se às maneiras e graus em que as agências de controle no sistema social facilitam (e mesmo encorajam, às vezes) ou dificultam (impedem, desencorajam, etc.) a emergência final de um ou outro tipo de comportamento coletivo (...)" (Sá, 1986b, p.90).

Levando em consideração a preocupação de Sá em aportar politicamente sua produção teórica dentro da Psicologia, em prol da resistência ao regime ditatorial e ao processo da redemocratização brasileira, é possível conjecturar que seu interesse em esmiuçar o “controle social” do comportamento se justifique pela eficiência com que agências controladoras possuem para “encorajar” ou “impedir” o delineamento e manutenção de contingências sociais.

Nesse cenário, analisar como técnicas de controle social foram utilizadas “em proveito exclusivo do controlador em detrimento do controlado” seria proveitoso para o projeto de transformação social no qual possibilitasse a “convivência democrática” (Sá, 1986a, p.44). O compromisso político do autor com a transformação da sociedade brasileira, no que tange a

emergência de um estado democrático de direito, converge com um cenário teórico-político ampliado da História da Psicologia no país, em especial, a uma certa tradição da Psicologia Social na análise de temas políticos. Nessa seara, destacam-se os nomes de Franco Lo Presti Seminário, Eliezer Schneider, Sylvia Leser de Mello (1935-2021) e Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006), como expoentes pesquisadores e formadores deste legado teórico-político no campo da Psicologia Social (Feitosa & Costa, 2020). Tendo sido Celso Pereira de Sá orientando de Eliezer Schneider e se apropriado do trabalho de Seminário, parece-nos que seu modo de pensar a Psicologia, bem como seu comprometimento político, guarda relação com estes personagens que buscavam, segundo Feitosa e Costa (2020, p.190), “por leis gerais que regem o comportamento humano” e acreditavam que “a Psicologia necessita atentar-se para os problemas decorrentes das relações de poder, para a relevância social da ciência, questionando o uso da ciência para fins opressivos”.

Com diretrizes similares, Sá (1986a, p.47) define que seu projeto de transformação social consiste em “participar do esforço de construção de uma sociedade democrática (...), assim, *exercer contracontrole*, principalmente no sentido de *forçar sua institucionalização* nos mais variados domínios da vida social” (ênfases adicionadas). Nesse sentido, o ato de subverter o regime político ditatorial, em funcionamento naquele momento, seria o próprio exercício do contracontrole social, algo que ocorreria de maneira forçosa por meio das esferas institucionais. As ênfases por nós adicionadas buscam frisar nossa interpretação de que o contracontrole social indica o rompimento de uma dada ordem social e que esta ação de transgressão se dá no mesmo domínio no qual o controle social se estabelece com mais robustez: o das agências de controle.

Concebendo que “agências de controle” e “instituições” são tomadas por sinônimos para o autor, uma digressão simples ao significado atribuído ao último termo e suas respectivas derivações (“institucionalizar”, “instituir”, etc.) pode nos dar um parâmetro das

intenções contracontroladoras de Sá. De acordo com o dicionário da época:

Ato ou efeito de instituir (...); associação ou organização de caráter social, religioso, filantrópico, etc.; prática ou costume aceitos e disseminados num grupo, sociedade, etc.; conjunto das leis, das normas que regem uma sociedade política; o conjunto das estruturas sociais estabelecidas, especialmente as relacionadas com a coisa pública.

Apoiando-nos nesses significados, acreditamos que o sentido dado por Sá ao “contracontrole social” é de forçar ou instaurar a transformação social de modo que essa ação pode ser *instituída* nas instâncias de controle interpessoais e grupais até o ponto em que se alcance a instância *institucional* das agências de controle, isto é, associações ou organizações de caráter social (Ferreira, 1975, p.771).

Este itinerário, que se inicia pelas relações interpessoais e passa pelas de grupo até as agências de controle, é instrumentalizado pela manipulação de algo que perpassa a constituição do humano como um sujeito verbal e histórico. Dentro dessa perspectiva, Sá (1986a, p.49) afirma que “realmente, a única forma efetiva de intervenção contracontroladora que ora se vislumbra consiste em um *procedimento educacional potencialmente generalizável*”. Isto é, as possibilidades de transformação social, que atravessam *todas* as instâncias de controle social, passam pela manipulação de comportamentos verbais ou pela concepção de que somos sujeitos verbais. Partindo dessa premissa, “um procedimento educacional” tal qual a *Cartilha de contracontrole social* é “potencialmente generalizável” porque é capaz de mobilizar pessoas nas suas relações interpessoais e grupais, bem como pode ser um disparador para que as mesmas se organizem institucionalmente para operarem mudanças sociais drásticas. Em resumo: “o comportamento verbal vem a constituir não só o foco principal da intervenção, como também o seu instrumento exclusivo” (Sá, 1986a, p.51).

Após termos tomado a Figura 2 como um ponto de partida e intercruzado os indícios de coocorrência apurados pela ferramenta com o texto teórico do autor, vimos que a

concepção de comportamento tecida por Sá indica seu entendimento de que o sujeito é necessariamente um ser histórico, social e verbal. Essa concepção de sujeito e de mundo nos permitiu explorar quais as amarras teóricas que essa premissa enseja na constituição do controle social e do contracontrole social. Vimos que na análise específica desses dois termos, a segunda premissa que se destaca é que a dimensão mais eficiente do controle social se dá pelas agências (ou instituições e organizações) e que o contracontrole social indica uma transformação na sociedade, visando incidir justamente na dimensão das agências. Essa ação transgressora salienta o papel do comportamento verbal como veículo potencializador na mobilização para a transformação social.

Tendo examinado como esses conceitos se amarram, passamos agora para a análise da densidade e da centralidade - dois indicadores de relevância dos termos que compõem nosso corpus documental.

### **5.3 Sobre densidade e centralidade**

A Figura 4 mostra um plano cartesiano cujos eixos x e y correspondem, respectivamente, a frequência de ocorrência de cada termo (densidade) e ao grau de conexidade entre os termos dentro da massa documental (centralidade). Nesse sentido, eles nos mostram a relação entre duas variáveis: a de frequência e a de conexão, o que nos permite visualizar que quanto mais à direita mais denso será e quanto mais superior mais central será o termo.

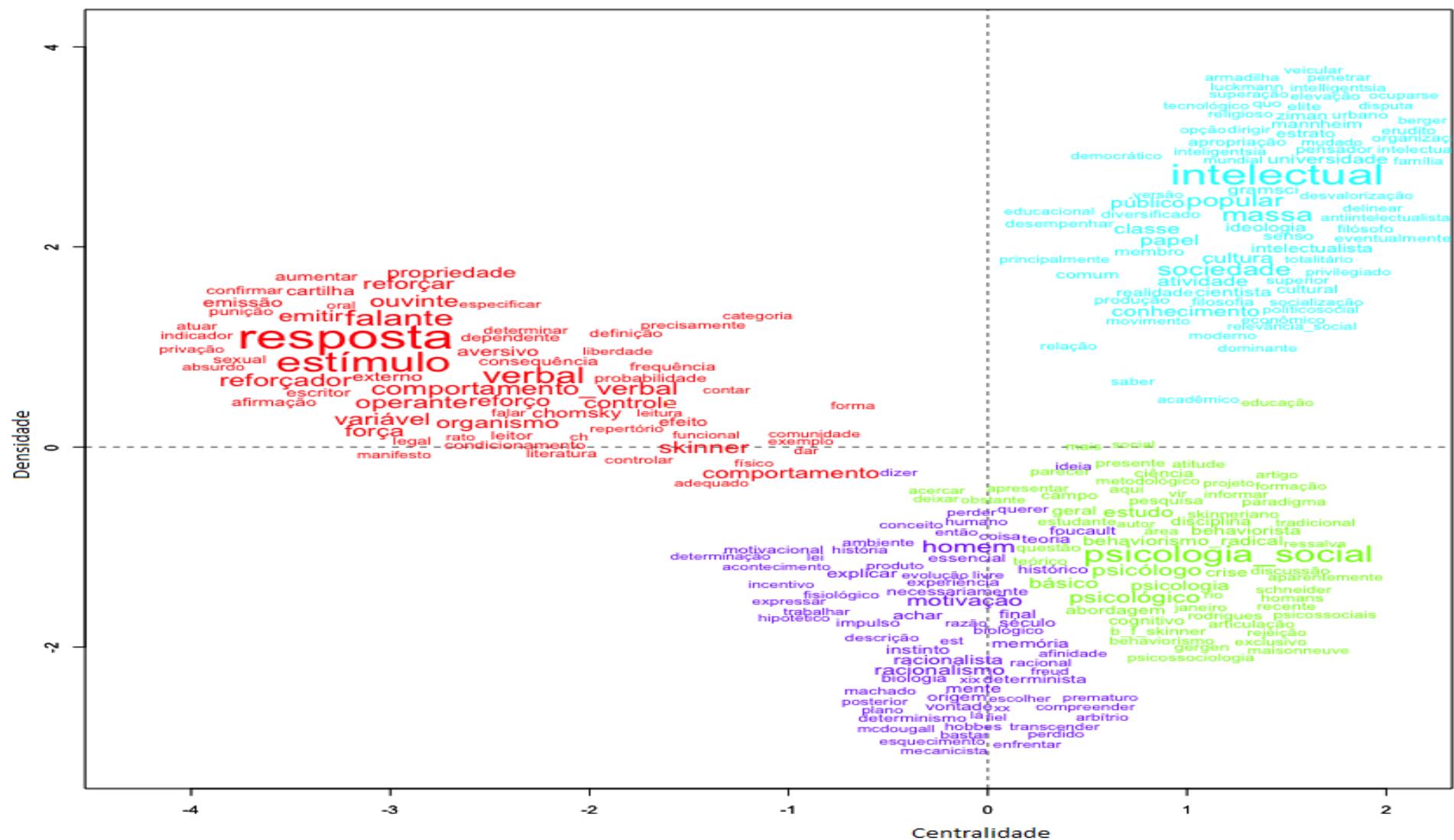


Figura 4. Plano cartesiano mostrando a relação entre densidade (eixo x) e centralidade (eixo y) das classes vermelha, azul, verde e roxa e os termos que as compõem.

Além disso, a Figura 4 nos mostra quatro classes separadas automaticamente pelo *software* e que estão representadas por colorações distintas. Isto porque a CHD separa segmentos de texto em classes de vocabulários semelhante entre si e elege um vocabulário característico daquela classe, representando-o em maior tamanho que os demais. De acordo com os padrões adotados em relação a densidade e centralidade, temos que a classe roxa é razoavelmente densa e muito pouco central; a classe verde é muito densa e razoavelmente central; a classe vermelha é pouco densa e razoavelmente central; e a classe azul é muito densa e muito central.

Nesse sentido, vemos que o que é mais relevante para o autor é a democratização do conhecimento em termos de abandonar teorizações que implicam problemas exclusivamente teóricos ou sistêmicos, que não estejam vinculados a realidade prática, não sendo passíveis de uso ou apropriação pelas massas. Segundo Sá (1982, p. 81):

Esta é, certamente, uma expressão máxima do que temos chamado de "intelectualismo": um pensamento que se alimenta exclusivamente dos próprios problemas teóricos que cria, e que se mantém em contínuo debate estéril com as demais interpretações alternativas de um discurso (...) explicativo anterior; enfim, um pensamento que provavelmente não serve a ninguém senão aos seus próprios pensadores.

O autor assume e defende uma postura anti-intelectualista a qual se caracterizaria pela rejeição da teorização descompromissada e desconectada com os problemas práticos das massas populares. Isso significa que a ciência precisaria ser passível de apropriação vantajosa por tais massas, estar conectada com sua realidade prática e que a produção acadêmica deveria ocorrer de forma a submeter o conhecimento aos crivos da possibilidade de apropriação popular e de seu uso na atividade prática cotidiana das mesmas.

Frisamos que a posição anti-intelectualista assumida pelo autor não possui nenhuma relação com uma segunda acepção deste termo que expressa um ataque indiscriminado à ciência e a tudo que é produto dela. Para Sá, este termo defende uma postura ética do cientista, de sua conexão com a sociedade e da produção de conhecimentos socialmente relevantes. Isso implica numa ética de subordinação do trabalho acadêmico ao emprego da educação das massas, algo explicitamente aconselhado por Sá (1982, p.84):

subordinar o próprio trabalho ao critério da possibilidade (mesmo que limitada ou remota) de seu emprego na educação das massas; reprimir em si mesmo o desejo de variedade e acumulação de conhecimentos que lhe permitiram estar sempre em dia com as realizações da sua subcultura intelectual, em proveito das muito menos valorizadas repetições do conhecimento socialmente útil; aceitar conscientemente o anonimato a que as massas muitas vezes relegam seus eventuais aliados, à diferença do que quase sempre fazem com os “líderes” ou “heróis” que as mistificam ou as oprimem.

Dentro destas prescrições, vemos como o autor se apropriou de J. Ziman (1923-2005) e A. Gramsci (1891-1937) para definir o que entende por produção socialmente relevante: A produção intelectual que pretenda ser socialmente relevante, isto é, passível de apropriação vantajosa (e não falseadora das proposições originais) pelas massas populares, deve: em primeiro lugar, ser *científica* - ou seja, caracterizar-se como "conhecimento público", no sentido estabelecido por Ziman; em segundo lugar, ser *simples* - isto é, ter seus termos teóricos o mais diretamente possível articuláveis com a realidade factual; em terceiro lugar, ser *incansavelmente repetida* - como prescreve Gramsci – por seus elaboradores e seus divulgadores. (Sá, 1982, p.84)

A partir do conteúdo pertencente a esta classe (a classe azul da Figura 4), a classificamos como representativa do compromisso político do autor, que parece ser inseparável de seus

objetivos acadêmicos. Entendemos, portanto, que, por esse motivo, esta é a classe que ocupa maior relevância na análise de CHD realizada pelo *software* e que isto vai ao encontro com a análise do conteúdo que vínhamos fazendo sobre a aspiração de Sá pela educação política popular como forma de melhor preparar as massas para a transformação social.

Acreditamos que esta seja uma discussão basilar, e, portanto, muito similar à que Sá operou com relação aos conceitos de controle e contracontrole social na produção da *Cartilha de contracontrole social* como instrumento de educação política popular. Percebemos que os termos “controle social” e “contracontrole social” (da Figura 3) não conseguiram emergir no gráfico Densidade-Centralidade (Figura 4), o que nos habilita concluir que estes termos em específico parecem ser relevantes apenas dentro do recorte arbitrário eleito como objetivo inicialmente estabelecido para esta pesquisa. Ademais, relembramos que a emergência de ambos na Figura 2 (Análise de Similitude) foi discreta, ocupando o ponto final de uma das tramas da rede.

Não obstante, vemos outros dois termos variantes próximos emergindo na classe vermelha: “controle” e “controlar”. O aparecimento de ambos nos dá indícios de que, provavelmente, o autor tenha ficado menos sob o controle da grafia de “controle social” e “contracontrole social” e mais sobre a pertinência explicativa que “controle” possui sobre o “comportamento”. Isso também coincide com a posição pouco densa e razoavelmente central a qual a classe vermelha e seus termos ocupam, o que significa que, mesmo sendo pouco frequentes, desempenham um grau razoável de função conectiva a outros termos.

Já sobre o conceito de “comportamento verbal”, levantamos uma resposta em relação a sua relevância dentro do *corpus* documental. Com base na relação deste termo com sua classe, vemos que sua tendência é ir tornando-se denso e se aproximando das classes azul e verde, bem como se localiza mais próximo da parte superior (indicando centralidade). O próprio autor é bastante evidente quanto a importância desse conceito, não só para sua obra,

mas para a intersecção que ele enxergava no Comportamentalismo Radical com a Teoria das Representações Sociais (Trzan & Degani-Carneiro, 2014). Inclusive, um indicativo dessa interpretação se dá pela aparição tanto do termo “comportamento verbal” na classe vermelha, quanto dos termos “dizer”, “ideia” e “teoria” na classe azul. Ao nos voltarmos para o texto do autor, temos que: “o que as pessoas dizem sobre alguma coisa do seu ambiente é comumente considerado como exprimindo a representação que elas têm dessa coisa, seja uma instituição, um grupo social, um processo etc.” (Sá, 1990a, p.2).

Isto posto, compreendemos que a classe vermelha designa os princípios básicos de Análise do Comportamento nos quais o autor ocasionalmente se apoia, com ênfase para o controle que o comportamento verbal exerce sobre o comportamento. Já, a classe que parece representar o perfil intelectual do autor constitui-se pela de cor verde (muito densa e razoavelmente central). Focando-nos neste agrupamento, conseguimos começar a responder nossos questionamentos acerca da interdisciplinaridade do autor. Novamente temos indícios de que Sá se apropriou de diferentes autores na sua produção teórica, uma vez que vemos os nomes de M. Foucault, B.F. Skinner, E. Schneider, G. C. Homans (1910-1989), K. J. Gergen e J. Maisonneuve (1918-2017). Apesar de Foucault aparecer mais denso e centralizado que os demais, B.F. Skinner é quem mais aparece por meio das variantes “skinneriano” e “b\_f\_skinner”.

Voltando ao texto de Sá (1984), vemos uma apropriação ativa do trabalho de seu orientador - Eliezer Schneider – no que concerne ao status da Psicologia como uma ciência social básica, uma vez que esta se ocupa em estudar fenômenos de dupla natureza (biológica e social):

Ao caracterizarmos; portanto, à Psicologia como ciência social básica - ao invés de um domínio à parte, distante das ciências naturais e inconfundível com as ciências sociais (...) - estamos enfatizando o papel de elo unificador da ciência da conduta e a

necessidade de sua maior participação e integração no campo dos estudos teóricos e práticos sociais, econômicos e políticos. (Schneider, 1978, p. 38, apud Sá, 1984, p. 30).

Tomando as diretrizes de Schneider de enfatizar uma maior integração da Psicologia aos campos de estudos sociais, econômicos e políticos, fica cada vez mais justificável a emergência no gráfico Densidade-Centralidade de nomes de autores que possuem robustas contribuições para as áreas citadas por Schneider.

Por exemplo, no fichamento de *Ciência e Comportamento Humano*, uma das anotações pessoais de Sá é uma observação sobre o trabalho de Homans:

Refletir sobre a questão de se a abordagem naturalista do comportamento social como proposta por Skinner pressupõe (ou implica) a existência de uma total incompatibilidade com as formulações típicas das ciências sociais. (Ver páginas 171, 178, 179). Obs.: Poderá ser discutido, em conexão com esta questão, um artigo de G.C. Homans intitulado “The relevance of Psychology to the Explanation of Social Phenomena”. (Sá, ca. 1980, para. 4)

A nota tomada pelo autor sinaliza que parte de seu objetivo acadêmico se direcionava a analisar a compatibilidade do Comportamentalismo Radical de Skinner com o campo disciplinar das Ciências Sociais, o que, em última análise, pode se estender a Psicologia Social, se tomarmos esta última como o campo disciplinar da Psicologia dedicado a flexionar-se com os aspectos sociais do fazer humano. Anos mais tarde, Sá aparenta já ter refletido sobre essa questão:

afirma-se o caráter básico da Psicologia do comportamento e a possibilidade de sua articulação direta com as interpretações sócio-históricas da vida humana, como fez Homans ao distinguir os diversos tipos de explicação nas ciências sociais, *privilegiando o psicológico comportamental*. Sá (1984, p.37)

Torna-se evidente que o movimento realizado por Sá consiste em colocar autores de outros campos das Ciências Humanas em geral para dialogar com a proposta do Comportamentalismo Radical de Skinner, em prol de um melhor proveito desses campos para a Psicologia Social. Nessa direção, vemos quais pontos das teorias desses autores foram aproveitados por Sá, como o “caráter básico da Psicologia do comportamento” e, agora também trazendo outro autor à baila, a tese de que:

A não-permanência histórica dos padrões de comportamento social humano, como denunciada por Gergen, não é em si uma constatação suficiente para desacreditar a permanência daqueles processos comportamentais básicos; ela indica tão-somente que fatores ou circunstâncias não apreensíveis pela Psicologia (em sua dimensão estrita de extensão da biologia) interagem com tais bases comportamentais, de modo a produzir os instáveis e cambiantes padrões manifestos de interação social. (Sá, 1984, p.30)

Tanto no trecho de suas anotações pessoais, quanto nas passagens em que demarca suas apropriações de Gergen e Homans, Sá caracteriza o Comportamentalismo Radical como uma ciência dos comportamentos básicos. Ocupar esse status não significa, no entanto, um feito de menor peso ou delegar um senso de incompletude. Pelo contrário, parece demarcar qual escola psicológica comporia a base de sua atuação na Psicologia Social. Essa interpretação vai na direção de uma provocação feita pelo autor quando entrevistado por Trzan e Degani-Carneiro (2014, p. 313):

A Psicologia Social que fiz então, e procurei continuar sempre a fazer, foi nesse sentido de aliar os conhecimentos da Psicologia e de outras Ciências Humanas e sociais. Embora eu concorde com colegas que dizem não ser possível fazer Psicologia Social apenas com a Psicologia, acredito que também não se possa fazê-la sem a Psicologia, como se vê em algumas incursões contemporâneas que procuram dispensar essa dimensão psicológica.

Não sendo possível fazer Psicologia Social sem Psicologia, Sá deixou bastante claro com qual base psicológica estava operando naquele momento: a do Comportamentalismo Radical de Skinner.

Essa premissa nos parece explícita também no gráfico Densidade-Centralidade, uma vez que a classe em verde, a qual representa o perfil intelectual do autor, tem como termo mais característico a entrada de “Psicologia Social” e, muito próximos dela, os termos “disciplina”, “behaviorista”, “behaviorismo radical” e “behaviorismo”. Segundo o próprio autor:

Trata-se, desse modo, de uma adesão à concepção global de Maisonneuve da Psicologia Social (ou psicossociologia) como "ciência-charneira", com a única diferença de que se prefere particularizar um dos polos do processo de articulação e generalizar o outro; ou seja, ao invés de pensar na disciplina como "charneira" entre a Psicologia e a sociologia, circunscreve-se o primeiro desses termos à "Psicologia do comportamento", ou mais especificamente ao "behaviorismo radical" de Skinner, e amplia-se o segundo termo de modo a englobar todas as ciências sociais e/ou humanas. (Sá, 1984, p.82)

A escolha do autor por uma Psicologia Social de base comportamentalista radical parece fundamentar-se, a princípio, no intuito de estabelecer um desenvolvimento contínuo máximo de articulações possíveis entre o Comportamentalismo Radical e as formulações sociológicas, históricas e políticas. Para o autor, a Psicologia Social deve ser pensada em termos de encontros dialéticos amplos e flexíveis entre os domínios do individual e do coletivo, do subjetivo e objetivo. Isso possibilitaria a conceituação de fenômenos comportamentais em termos universais e trans-históricos, contrastando-os ao mesmo tempo com o particularismo e a não-permanência, que são caracteristicamente sociológicos e históricos, defendendo que as

leis da determinação do comportamento devem articular-se entre suas dimensões sociais e biológicas.

Nesse sentido, Sá (1984, p.37) propõe uma “tríplice orientação da Psicologia Social psicológica” na qual, a partir do trabalho de Skinner, reconhece-se a autonomia das Ciências Sociais/Humanas, admitindo a validade e a conveniência de suas proposições; a partir da premissa de F. R. Le Ny (1924-2006) de negação da autonomia da Psicologia Social, posiciona-a em uma função de articulação entre ciências autônomas (e.g. História, Sociologia etc.). Isto é, primeiro Sá apropria-se da tese skinneriana de que as Ciências Humanas e Sociais possuem estatuto de Ciência e que suas proposições devem ser aproveitadas em análises psicológicas. Em seguida, apropria-se do trabalho de Le Ny para localizar a Psicologia Social como um campo dependente, tanto do polo psicológico quanto do polo que se articula com outras Ciências Humanas. Por fim, com base na apropriação do trabalho de Homans, Sá afirma o caráter básico da Psicologia do Comportamento, e seu aporte de possibilidade, para articulação direta com interpretações sócio históricas da vida humana. Consequentemente, uma Psicologia Social da educação que se fundamente no "behaviorismo radical" estará sempre comprometida a analisar as formulações sobre instituições, classes, grupos sociais, etc., em termos das interações entre os indivíduos que os compõem. Tal articulação entre categorias sócio-histórica-culturais de ordem conceitual superior e a categoria psicológica básica do comportamento individual só pode ter um efeito tônico, estimulante, sobre o estudo da educação, especialmente da educação popular, na medida mesma em que vem a lhe proporcionar um alargamento de horizontes teóricos. (Sá, 1984, p.41)

Anos mais tarde após sua proposta de Psicologia Social de base Comportamentalista Radical, Sá avaliou que (1987a, p. 63):

Atualmente, os behavioristas radicais parecem investir menos no propósito ambicioso

de prover uma explicação unificada para todos os fenômenos psicológicos (ou seja, toda e qualquer forma de comportamento), preferindo concentrar seus reforços na exploração rigorosa de campos mais estritamente delimitados, tanto em termos de elaborações práticas de tal conhecimento científico. Não obstante, algumas áreas de atividade social humana – como a literatura e o comportamento político, por exemplo – parecem, pela própria abrangência e diversidade das ações e representações que englobam, compatíveis com (ou, a rigor, exigem) um tratamento behaviorista radical ao seu nível mais flexível e especulativo.

Não por acaso este trecho, em que Sá analisa o status das discussões comportamentalistas radicais naquele momento, consta em *Comportamento verbal e literatura*, um capítulo de livro, no qual o autor põe em discussão aspectos da prática literária com base nas formulações skinnerianas de comportamento verbal. Nesse sentido, vemos como o autor tomou o caminho de explorar campos menos estritos ou delimitados da discussão do Comportamentalismo Radical em proveito de análises mais abrangentes.

Outro exemplo do exercício de sua ambição interdisciplinar é o texto *Memória e Comportamento*, no qual se dedica a analisar questões caras à Psicologia Social e à História como a memória, tempo, memória histórica, passado, fato histórico, etc.:

Considerando que o behaviorismo é frequentemente criticado – não de todo injustamente, admita-se por lidar de preferência com questões psicológicas extremamente simplificadas, não se atrevendo, por exemplo, a maiores especulações junto à dimensão imaginária da cultura humana, talvez caiba aqui, sob o encorajamento da anterior metáfora do teatro, ousar um pouco. Trata-se de ilustrar a tese psicossociológica de base comportamental sobre a memória através do suscinto exame das questões pertinentes em duas obras literárias...”. (Sá, 1987b, p.4)

A ousadia da qual o autor argue se refere a tese de que “acontecimentos passados não tem

existência objetiva" (Sá, 1987b, p.4), desvinculando-se das teses cognitivistas em que a memória é um sistema de armazenamento de experiências recuperáveis cujo lócus seria o aparelho cognitivo humano. A tese defendida pelo autor sobre esse tópico parece agrupar as teses que constituem aquilo que circunscrevemos anteriormente como a noção de mundo e a noção de sujeito com a qual Sá (1987b, p.5) opera:

A memória histórica que assim se faz preservar através da memória pessoal, de modo a se coloca-la além do alcance da destruição material dos registros, configura-se ainda, nitidamente, como um produto social. Produzem-na os homens, não por uma inerente faculdade psicológica de se lembrarem dos textos/registros lidos, mas sim – e isto se mostra didaticamente flagrante nesta situação fictícia – pelo esforço de seu comportamento verbal manifesto de constante recitação, para diferentes 'auditórios' e para eles próprios.

E assim, pondo em funcionamento sua lógica de sujeito e de mundo, construída através de diversos processos de apropriações teóricas, Sá exibe que seu sistema teórico de fato conquista seu objetivo de não permanecer ensimesmado e alienado de necessidades práticas do cotidiano brasileiro. Além disso, mostra-nos *como fazer* uma Psicologia Social de base Comportamentalista Radical, discutindo temas e objetos tradicionais da área de maneiras que não são em nada tradicionais.

#### **5.4 Considerações preliminares**

Neste capítulo descrevemos e analisamos os mecanismos de recepção e circulação do Comportamentalismo Radical para uma proposta de Psicologia Social no trabalho de Celso Pereira de Sá, entre 1970 a 1990, bem como a relação com os conceitos de comportamento, controle e contracontrole social nas produções do autor, relacionando-os com elementos historiográficos. Neste percurso, algumas perguntas foram sendo paulatinamente levantadas,

como forma de atender a esses objetivos. Questionamo-nos qual a definição de comportamento adotada por Sá, bem como se nosso recorte inicial com foco no controle e contracontrole social, de fato, se sustentava a partir de uma Análise de Densidade e Centralidade dos termos que compunham o *corpus* documental.

Nossa resposta é que a definição de comportamento tecida por Sá supõe uma noção de sujeito caracteristicamente histórico, social e verbal e que qualquer ação de transformação social deve levar em conta esses elementos. Concluímos também que controle social e contracontrole social parecem ser relevantes apenas dentro de um recorte arbitrário, uma vez que não conseguiram emergir no gráfico Densidade-Centralidade. Parece-nos que o autor tenha ficado menos sob o controle da grafia de “controle social” e “contracontrole social” e mais sobre a pertinência explicativa que “controle” possui sobre o comportamento. Ademais, Sá construiu um mosaico de apropriações e diálogos com autores das Ciências Sociais, História e Psicologia para produzir uma Psicologia Social “charneira”, isto é, uma disciplina dependente, cuja base psicológica eleita foi a do Comportamentalismo Radical, em contínua interação com as possíveis contribuições das demais Ciências Humanas.

Dentro dessa formulação, Sá defendeu a necessidade de haver um compromisso teórico-político da psicóloga na análise e resolução de problemas sociais brasileiros, a partir de uma postura anti-intelectualismo e da apropriação/produção de conhecimento por e pelas massas. O relato de Castro (2016, p.2) sobre as aspirações de Sá nos dá um bom panorama deste cenário:

Na Psicologia havia um discurso de que as diversas teorias tinham comprometimento ideológico a direita ou a esquerda. Se há sentido nisto, de que não há como o conhecimento produzido “escapar” das ideologias, o tempo [ditadura civil-militar] era de radicalidade. Ao behaviorismo foi atribuída a condição de direita pelas retóricas estudantis, com argumentação de sua prevalência nos Estados Unidos [da América], da

ênfase no controle do comportamento e nas possibilidades de intervenção no *modus vivendis* das pessoas. Celso não se conformava com a atribuição de direita conferida ao behaviorismo radical e, inquieto, queria estudar, pesquisar e demonstrar que esta orientação teórica poderia ser produtiva para a democracia e também para os movimentos sociais de contestação política.

Tamanha aversão ao Comportamentalismo na seara da Psicologia Social brasileira se deveu ao seu pertencimento a categoria de “Psicologia Americana”, uma tradição teórica que se manteve dominante nos estudos em Psicologia Social no Brasil até meados dos anos de 1970. Interpretada como excessivamente individualizante e distante da realidade latino-americana, imersa em um contexto de violações civis impetradas por governos ditatoriais, essa tendência passou por um massivo processo de contestação e superação em prol de uma Psicologia Social Crítica (Ferreira, 2010). Mesmo construindo um mosaico interdisciplinar entre esses campos apartados pelo *mainstream*, Sá coadunou com o quadro de comprometimento político contextualizado a realidade brasileira e latino-americana.

## **6. CONCLUSÕES**

---

Iniciamos esta pesquisa partindo da hipótese inicial de que encontraríamos um processo evidente de apropriação do trabalho de James G. Holland por parte de Celso Pereira de Sá, principalmente no que diz respeito aos conceitos de controle e contracontrole social. Muito embora tenhamos encontrado uma relação de influência entre estes autores, no que tange o uso destes conceitos, para referenciar-se a processos e ferramentas de transformação social, percebemos que ela não possuía tanta relevância na trajetória do autor como imaginávamos. O que encontramos, na verdade, é um autor refletindo sobre o papel do intelectual e da produção de conhecimento científico para a resolução de problemas sociais eminentemente brasileiros. Preocupado em não recair em um paternalismo ingênuo, no qual o cientista segue sendo produtor do conhecimento e simplesmente o transfere para as massas populares, Sá investiu na atuação anti-intelectualista da educação política popular, em que a população teria, ela própria, condições de produzir conhecimento sobre sua realidade e nela intervir.

Acreditamos que a trajetória de Sá seja um caso contundente da ocorrência de processos de recepção e circulação de teorias psicológicas entre diferentes localidades, uma vez que o autor concretizou seu compromisso político se apropriando do Comportamentalismo Radical estadunidense, articulando-o com autores e disciplinas das Ciências Humanas, para promover uma Psicologia Social brasileira crítica. Sá dialogou com uma pluralidade de teses para alcançar o que seria de melhor proveito para segmentos populacionais desfavorecidos pela desigualdade social e pelo regime político da ditadura militar brasileira. Sua constatação, portanto, é de que se havia uma Psicologia capaz de instrumentalizar sua atuação política progressista e de ser apropriada e produzida por estes segmentos populacionais, seria a Psicologia Social Comportamentalista Radical.

Aos olhos dos sujeitos do presente, essa opção do autor parece ser bastante peculiar, principalmente quando estamos de posse das histórias brasileiras da Psicologia Social e do

Comportamentalismo Radical. É necessário que o recorte temporal eleito, bem como a seleção de textos que utilizamos, deve ser lembrado como limitações de nosso estudo, uma vez que poderíamos chegar a outros resultados se estas escolhas tivessem sido outras – e então, talvez, estariámos contando uma outra história. Nesta presente narrativa, quando tiramos o foco de Sá e tentamos enxergá-lo como um dos atores que compõem a História da Psicologia brasileira, questionamo-nos como (ou se) ele se encaixa no que sabemos sobre as histórias dessas disciplinas.

Se a história do Comportamentalismo Radical de B. F. Skinner começou no Brasil quando Fred Keller e Gil Sherman ministraram aulas de Psicologia Experimental na Universidade de São Paulo (USP), em 1962, e seus alunos deram início a uma apropriação sistemática da disciplina em São Paulo e Brasília, como Celso Pereira de Sá e o Rio de Janeiro se encaixam nesta história? Um extenso relato de Sá (1984, p.21) sobre essa questão pode ser encontrado no artigo *O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do Rio de Janeiro*:

No Rio de Janeiro, o *status acadêmico* do behaviorismo radical de B. F. Skinner, entendido como o conjunto articulado de pressupostos filosófico-científicos subjacentes à análise experimental do comportamento, é flagrantemente inferior ao alcançado por esse sistema psicológico em outros centros culturais do país. (...)

Verifica-se ainda, nessa subcultura acadêmica, uma ampla difusão da crença ingênua de que as formulações behavioristas radicais, por terem sido geradas a partir de resultados obtidos nos espaços experimentais restritos dos laboratórios de Psicologia animal de universidades norte-americanas, estariam inherentemente incapacitadas para lidar com as complexidades da vida social humana, principalmente em seus aspectos políticos, econômicos e educacionais, e no caso de uma cultura latina supostamente não-pragmática, como a brasileira. Essa crença pode ser vista como o núcleo cognitivo

precário de uma atitude negativa mais abrangente e bastante emocionalidade em relação ao behaviorismo skinneriano.

A partir deste relato e do próprio ímpeto em pesquisar formalmente o status do Comportamentalismo Radical no Rio de Janeiro, vemos indícios de que Sá não contava com uma comunidade acadêmica ampla de comportamentalistas radicais em sua região. Essa questão nos leva novamente a Eliezer Schneider, uma vez que, neste caso, ele pode ter operado como introdutor dos Comportamentalismos para Celso Pereira de Sá. Neste sentido, estaríamos nos acercando de uma outra história dos Comportamentalismos no Brasil, uma que não passa pela narrativa da chegada de Keller e Sherman e não se centra nas regiões de São Paulo e Brasília. Acreditamos que esta é uma questão profícua para pesquisas futuras, uma vez que pode ajudar a compreender trajetórias “incomuns”, como a de Celso Pereira de Sá dentro do Comportamentalismo Radical, e também averiguar a possibilidade de recepções e apropriações desta matriz psicológica antes da chegada dos personagens estadunidenses.

Fazendo o mesmo exercício com a História da Psicologia Social brasileira, vemos que esse campo disciplinar se caracterizou por diferentes tendências ao longo do tempo. Sá, ainda como aluno de graduação e depois de mestrado, testemunhou o que chamou de “corrente dominante” da Psicologia Social, a qual era “originária dos centros acadêmicos norte-americanos, e pode ser caracterizada, em linhas gerais, como de filiação teórica cognitivista, orientação metodológica experimentalista, e mais dedicada à chamada ‘pesquisa pura’ do que à ‘aplicada’” (Sá, 1984, p.24). Aos olhos de Sá (2007, p.9):

Esse predomínio norte-americano, entretanto, não significou que a Psicologia Social no Brasil tenha se moldado inteiramente a partir dele, pois – pelo menos, eu gosto de pensar assim – os intelectuais nativos de países colonizados não se tornam automaticamente caudatários do “colonizador” que tenha chegado primeiro, do que se tenha feito mais intensamente presente ou daquele que se apresente como “libertador”

das influências anteriores. Nós, “nativos”, pela memória simbólica que guardamos da colonização primordial, ao mesmo tempo em que nos beneficiamos dos aportes acadêmicos de todos, também desconfiamos deles e só nos convencemos do que podemos testemunhar.

O relato de Sá advoga pela diversidade epistemológica que passou a vigorar dentro da Psicologia Social a partir da superação do modelo dominante, em prol de uma Psicologia Social crítica e contextualizada aos problemas do povo brasileiro e latino-americano. Um centro considerado vital para essa perspectiva crítica foi a cidade de São Paulo, especificamente o trabalho realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por nomes como Silvia Lane e Wanderley Codo. Lane (1981, p.10) estabeleceu que:

a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive.

Assim, a Psicologia Social dominante, de base cognitivista e experimentalista, foi confrontada e, paulatinamente, sendo substituída pela tendência crítica baseada no materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva enfatizou a importância da história social para a constituição do sujeito, o que, na interpretação de Lane (1984), não poderia ser encontrado na Análise Experimental do Comportamento:

Quando Skinner, através da análise experimental do comportamento, detecta os controles sutis que, através das instituições, os homens exercem uns sobre os outros, e define leis de aprendizagem – e não podemos negar que reforços e punições *de fato* controlam comportamentos – temos uma descrição perfeita de um organismo que se transforma em função das consequências de sua ação, também a análise do *autocontrole* se aproxima do que consideramos consciência de si e o *contracontrole*

descreve ações de um indivíduo em processo de conscientização social. (...) Nesta linha de raciocínio caberia questionar por que alguns comportamentos são reforçados e outros punidos dentro de um mesmo grupo social. Sem responder a estas questões, passamos a descrever o *status quo* como imutável e, mesmo querendo transformar o homem, como o próprio Skinner propõe, jamais conseguiremos numa dimensão histórico-social. (p.14, grifos da autora).

Novamente a trajetória de Sá parece peculiar quando colocada no quadro da História da Psicologia Social, principalmente quando levamos em consideração uma tendência que se estabeleceu dentro da perspectiva crítica de rejeição a tradições experimentalistas da Psicologia que englobaram não só o cognitivismo como também o Comportamentalismo Radical de Skinner. Neste cenário, vemos que os compromissos teórico-políticos de Sá são similares àqueles postulados por Lane, no que diz respeito a dar condições para que o sujeito seja um agente transformador da sociedade em que vive, muito embora o percurso realizado por Sá tenha incluído a adoção de teses que não se limitam a apenas uma escola de pensamento.

Tendo tudo isso em perspectiva, endossamos a tese de que a História da Psicologia brasileira precisa ser pensada de forma global, sem se deixar cair na armadilha de interpretar sistemas teóricos, personagens e os devidos objetos de uma ciência ou campo disciplinar como seus pertences exclusivos. Rotular Celso Pereira de Sá como pertencente exclusivo deste ou daquele campo disciplinar teria obscurecido um dos resultados mais latentes de nossa pesquisa, que é justamente a postura indisciplinar do autor na apropriação de objetos e teses da Psicologia, Sociologia e História. Inclusive, ao termos percorrido o trabalho deste autor, e analisado suas apropriações, vemos que esta característica não foi idiossincrática. Isto é, vimos Schneider, Seminério e Lane também debatendo com tradições teóricas diversas àquelas em que são reconhecidos como representantes.

Neste sentido, defendemos que talvez seja mais apropriado para o Brasil e para a América Latina que a pesquisa da história de sua Psicologia esteja orientada às particularidades como territórios que foram colonizados, também no sentido intelectual. Aos olhos de uma historiografia disciplinar, estas apropriações seriam aberrações peculiares, ao passo que, de uma perspectiva global e crítica da História da Psicologia, seriam compatíveis com a realidade de regiões marcadas pelo transculturalismo. Contudo, isso não significa dizer que rotular afiliações teóricas seja contraproducente. Pelo contrário, esmiuçar essas influências e identificar a quais quadros elas pertencem nos ajuda a entender os interesses do personagem analisado, bem como possibilita o reconhecimento do trabalho e dos avanços teórico-institucionais alcançados para um dado campo disciplinar. Por fim, acreditamos que nossa pesquisa seja uma contribuição pertinente àqueles interessados em explorar a interface entre o Comportamentalismo Radical e a Psicologia Social, tanto para compreender a história desta relação quanto para operar em temáticas do presente.

## **REFERÊNCIAS**

---

- Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 27-39.
- Akera, A. (2017). Bringing radical behaviorism to revolutionary Brazil and back: Fred Keller's Personalized System of Instruction and Cold War engineering education. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 53, 364–382. doi:10.1002/jhbs.21871
- Alves, R.G.; Costa, A. S.; Rohden, R. F. S.; & Miranda, R.L. (2020). *Do behaviorismo radical ao ecletismo teórico: A recepção da Terapia Comportamental em Belo Horizonte (Brasil)*. Manuscrito submetido para publicação.
- Amouroux, R. (2017). Beyond indifference and aversion: The critical reception and belated acceptance of Behavior Therapy in France. *History of Psychology*, 20, 313-329. doi: 10.1037/hop0000064
- Azoubel, M. S. (2017). Considerações sobre dogmatismo teórico no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(2), 19-27.
- Azrin, N. (1978). Toward a solution: A critique. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 175.
- Batur, S. (2013). Peripheralization and history of psychology: An example from Turkey. In: A. Marvakis; J. Motzkau; D. Painter; R. Ruto-Korir; G. Sullivan; S. Triliva & M. Wieser (Orgs.), *Doing Psychology Under New Conditions* (pp. 131-138). Toronto: Captus Press.
- Benevides, R. (2005). A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: Quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 21-25.
- Bernardes, A. G. (2010). Psicologia e saúde: interrogando práticas psicológicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (3), 1-114.
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e

- democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(esp.), 57-70.
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In: O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-202). Natal: EdUFRN.
- Camargo, B. V., & Nascimento-Schulze, M. N. (2016). Nota de falecimento de Celso Pereira de Sá. Retirado de <http://www.sbponline.org.br/nota-de-falecimento-celso-pereira-de-sa-1941-2016>
- Camargo, B.V., & Justo, A. M. (2013a). IRAMUTEQ: Um *software* gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16
- Camargo, B.V., & Justo, A. M. (2013b). Tutorial para uso do *software* de análise textual IRAMUTEQ. Retirado de <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Cândido, G. V. (2017a). Introdução da Análise do Comportamento no Brasil: A cadeira de Psicologia de Rio Claro (1962–1963). *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(1), 135–143. doi: 10.18761/pac.2016.027
- Cândido, G. V. (2017b). Novas perspectivas para a história do Sistema Personalizado de Ensino: seus fundadores. *Memorandum*, 33, 51-67.
- Cândido, G. V. & Massimi, M. (2012). Contribuição para a formação de Psicólogos: Análise de artigos de Carolina Bori publicados até 1962. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 246-263. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500018>
- Castelo Branco, F.; Da Silva, J.; Dutok, C.; & Branco Neto, T. (2020). Percepção dos familiares de pessoas com esquizofrenia: análise lexicográfica através do Iramuteq. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, 8(2). 10.18554/reas. v8i2.3673
- Castelo Branco, P. C.; Rota Júnior, C.; Miranda, R. L.; & Cirino, S. D. (2016). Recepção e circulação de objetos psicológicos: implicações para pesquisas em História da

- Psicologia. In: R. M. Assis & S. P. Peres (Orgs.), *História da Psicologia: Tendências contemporâneas* (pp. 31-49). Belo Horizonte: Artesã.
- Castro, R.V. (2016). O que pode fazer a diferença entre intelectuais? (Dedicado a Celso Pereira de Sá). *Psicologia e Saber Social*, 5(1), 2-4. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2016.24847
- Castro, T. C. & Lacerda Júnior, F. (2016). A relação Psicologia Comunitária e Behaviorismo: das críticas às propostas de diálogo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 732-755.
- Codato, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, 25, 83-106.
- Comblin, J. (1980). *A Ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Congresso Nacional. (1962). *Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B3e%20sobre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo. &text=Art.,de%20bacharelado%2C%20licenciado%20e%20Psic%C3%B3logo.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B3e%20sobre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo. &text=Art.,de%20bacharelado%2C%20licenciado%20e%20Psic%C3%B3logo.)
- Congresso Nacional. (1971). *Lei 5.766 de 20 de dezembro de 1971*. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%20DE%2020%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1o%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o%20de%20sua%20atua%C3%A7%C3%A3o%20e%20de%20seu%20exerc%C3%ADcio%20profissional.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%20DE%2020%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1o%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o%20de%20sua%20atua%C3%A7%C3%A3o%20e%20de%20seu%20exerc%C3%ADcio%20profissional.)

- AAncias.&text=Art.&text=2%C2%BA%20O%20Conselho%20Federal%20de,e%20s  
ede%20no%20Distrito%20Federal.
- Cruz, R. (2006). História e historiografia da ciência: Considerações para a pesquisa histórica em Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8 (2), 161-178.
- Danziger, K. (1985). Towards a conceptual framework for a critical history of psychology. In H. Carpintero & J. M. Peiro (Orgs.), *Psychology in its historical context: Essays in honour of J. Brozek* (p. 99-107). Valencia: Monografias de la Revista de Historia de la Psicología.
- Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Org.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 226-241). Nova Iorque: New York University Press.
- Duran, A. P. (1983). Psicologia social: Entre a microscopia e a macroscopia do social. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 5, 53-61.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121.
- Feitosa, A. L. O. & Costa, F. A. (2020). Reflexões sobre modos de análise de temas políticos em produções publicadas entre as décadas de 1950 e 1980 no campo da Psicologia Social brasileira In A. M. Jacó-Vilela & M. S. N. Messias (Orgs.). *Clio-Psyché – Resistências: Ciência e política na História da Psicologia*. Curitiba: CRV.
- Fernandes, D. M. (2015, junho 15). Uma breve conversa com James Holland [Blog]. Recuperado de <http://www.comportese.com/2015/06/breve-conversa-com-james-holland>.

- Fernandez, I. T.; Polanco, F.; Pereira, S. R.; Beria, J. S.; & Zapico, M. G. (2017). Celebrating 50 years of the Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology: a content analysis. *Revista Interamericana de Psicología*, 51(3), 320-334.
- Ferreira, A. B. H. (1975). *Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 51-64.
- Flores Júnior, C. R. & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4), 527-544.
- Gaspari, E. (2016). *Ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Goldiamond, I. (1978). The professional as a double-agent. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 178-184.
- Goddard, M. J. (2014). Critical Psychiatry, Critical Psychology, and the behaviorism of B. F. Skinner. *Review of General Psychology*, 18(3), 208–215.  
<http://dx.doi.org/10.1037/gpr0000012>
- Green, C. D. (2016). A digital future for the History of Psychology? *History of Psychology*, 19(3), 209–219. <http://dx.doi.org/10.1037/hop0000012>
- Green, C. D.; Feinerer, I.; & Burnman, J. T. (2015). Searching for the structure of early American Psychology: networking *Psychological Review*, 1909–1923. *History of Psychology*, 18(2), 196–204. <http://dx.doi.org/10.1037/a0039013>
- Guedes, M.C., Queiroz, A. B., Campos, A. C. H. F., Fonai, A. C. V., Silva, A. P. O., Sampaio, A. A. S., . . . Pinto, V. J. C. (2006). Institucionalização da Análise do Comportamento no Brasil: Uma perspectiva histórica. *Behaviors*, 10, 17–29.
- Guedes, M. C., Cândido, G., Beloto, A. C., Giolo, J., Vieira, M., Matheus, N., . . . Gurgel, T.

- V. (2008). A introdução da Análise do Comportamento no Brasil: vicissitudes. *Behaviors*, 12, 41–57.
- Guerin, B. & Ortolan, M. O. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. <https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.6804>
- Holland, J. G. (1978). To Cuba with the Venceremos Brigade. *Behaviorists for Social Action*, 1, 21-28.
- Holland, J. G. (1983). Comportamentalismo – Parte do problema ou parte da solução? *Psicologia* 9(1), 59-75. (Trabalho originalmente publicado em 1978).
- Holland, J. G. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 104-117. (Trabalho original publicado em 1973).
- Hur, D. U. (2012). Políticas da Psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, 23(1), 69-90. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000100004>
- Hur, D. U. & Lacerda Júnior, F. (2017). Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertaçāo e Resistência Armada. *Psicologia: Ciēncia e Profissāo*, 37 (esp.), 28-43.
- Iyengar, K. (2015). The Venceremos Brigade: North Americans in Cuba since 1969. *International Journal of Cuban Studies*, 7(2), 236-264.
- Jacó-Vilela, A. M. (2016). Celso Pereira de Sá (1941-2016) – acadêmico, amigo. Retirado de [https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=621](https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621)
- Karnal, L.; Purdy, S.; Fernandes, L. E.; & Morais, M. V. (2007). *História dos Estados Unidos: das origens ao Século XXI*. São Paulo: Contexto.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social?* São Paulo: Brasiliense.

- Lane, S. T. M.; & Codo, W. (1984). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em Psicologia. In Laurenti C.; Lopes, C. E. & Araujo, S. F. (Orgs.). *Pesquisa teórica em Psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe
- Lopes, C. E. & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade a política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 6-10.
- Luke, M. M.; Roose, K. M.; Rakos, R. F.; & Mattaini, M. A. (2017). The history and current status of Behavior and Social Issues: 1978-2016. *Behavior and Social Issues*, 26, 111-127.
- Luna, S. V. (1983). Compromisso social: “opção” do analista experimental do comportamento ou elemento constituinte da contingência? *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1, 13-20. (Original publicado em 1981)
- Martín-Baró, I. (1984). El terrorismo del estado norteamericano. *Estudios Centroamericanos*, 39(433), 813-816.
- Marsella, A. & Yamada, A.M. (2000). Culture and mental health: An introduction and overview of foundations, concepts and issues. In: Cuéllar, I. & Paniagua, F. (Ed.). *Handbook of multicultural mental health*. San Diego: Academic Press.
- Massimi, M. (2010). Métodos de investigação em História da Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 100-108.
- Miranda, R. L.; Torres, J. A.; Alves, R. G.; & Cirino, S. D. (2020). Indigenization of Behavior Analysis in Brazil. In *Oxford Research Encyclopedia of Psychology* (pp.1-26). Oxford University Press. 10.1093/acrefore/9780190236557.013.688
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-

28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Mizael, T. M. & De Rose, J. C. (2017). Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365-377.
- Montagna, W. (1986). A doutrina da segurança nacional. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 6, 29-40.
- Moreira, V. (2002). Psicopatologia crítica. Conferência – Semana da Psicologia da Universidade Federal do Ceará. 11 de jul de 2002.
- Moreira, V. (2004). O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 447-456.
- Morfín, L. R. M. & Aguirre, C. J. F. (2019). El análisis de la conducta en México. Orígenes y estado actual. In L. R. M. Morfín & C. J. F. Aguirre (Orgs.), *Recuento histórico del análisis de la conducta*. Ciudad de México: Universidad de Guadalajara.
- Morrow, J. E. (1978). Dear friend. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), n.p.
- Naiff, D. G. M., & L. A. M. (2016). Celso Pereira de Sá: Uma vida na Psicologia Social. Retirado de <http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Celso-S%C3%A1-uma-vida-na-Psicologia-social.pdf>
- Neves, F. M. (2009). Diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. *Revista Sociologia Política*, 17(34), 241-252.
- Pickren, W. E. (2009). Indigenization and the history of psychology. *Psychological studies*, 54, 87-95. doi: 10.1007/s12646-009-0012-7
- Pinheiro, R. & Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações.
- Polanco, F.; Beria, J. S.; & Klappenbach, H. (2017). Cinco décadas de la Revista Interamericana de Psicología. Un estudio socio-bibliométrico. *Revista Interamericana de Psicología*, 51(3), 297-319

- Raj, K. (2017). Networks of knowledge, or spaces of circulation? The birth of British cartography in colonial south Asia in the late eighteenth century. *Global Intellectual History*, 2(1), 1-18.
- Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Retirado de <http://www.iramuteq.org>
- Reis, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ribeiro, L. P., Neves R. S. R., & Antunes-Rocha, M. I. (2019). Representaciones sociales de personas transgénero travestis y transexuales) sobre la violencia. *Revista de Psicología*, 37(2), 496–527. <https://doi.org/10.18800/psico.201902.006>
- Ruiz, M. R., & College, R. (1998). Women and welfare reform: how well can we fare without education? *Behavior and Social Issues*, 8, 153-158.
- Ruiz, M. R., & College, R. (2003). Inconspicuous sources of Behavioral Control: The Case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16.
- Rutherford, A. (2003a). Skinner boxes for psychotics: Operant conditioning at Metropolitan State Hospital. *The Behavior Analyst*, 26(2), 267-279.
- Rutherford, A. (2003b). B. F. Skinner's technology of behavior in American life: From consumer culture to counterculture. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, 39(1), 1–23. DOI: 10:1002/jhbs.10090
- Rutherford, A. (2006). The social control of behavior control: Behavior modification, individual rights, and research ethics in America, 1971–1979. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, 42(3), 203–220. DOI 10.1002/jhbs.20169
- Ryan, J., Guerin, P. & Guerin, B. (2019). What can Somali community talk about mental health tell us about our own? Contextualizing the symptoms of mental health. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 15(2), 133-149.

<https://doi.org/10.1108/IJMHS-03-2018-0020>

- Sá, C.P. (ca. 1980). *Proposições de Skinner sobre controle e contracontrole social extraídos de Ciência e Comportamento Humano*. Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Sá, C. P. (1981a). Diálogos sobre motivação I - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: seu estado atual. *Psicologia em curso*, 2(7), 12-16.
- Sá, C. P. (1981b). Diálogos sobre motivação II - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: sua evolução histórica. *Psicologia em curso*, 2(8), 12-16.
- Sá, C. P. (1981c). Diálogos sobre motivação III - Sobre o conceito psicológico genérico de motivação: seu possível desaparecimento. *Psicologia em curso*, 3(9), 10-14.
- Sá, C. P. (1982a). Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O Comportamento Verbal, de Skinner. *Forum Educacional*, 6(1), 22-51.
- Sá, C. P. (1982b). O intelectual na Sociedade de Massas. *Forum Educacional*, 6(4), 65-85.
- Sá, C. P. (1983). Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 39(2), 136-145.
- Sá, C. P. (1984a). Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação. *Fórum Educacional* 8(1), 23-44.
- Sá, C. P. (1984b). O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do RJ. *Forum Educacional*, 8(4), 21-44.
- Sá, C.P. (ca. 1985). *Roteiro da apresentação “Controle e contracontrole do comportamento na construção de uma sociedade democrática”*. Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Sá, C. P. (1986). Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação

- política popular. *Fórum Educação*, 10(2), 43-73.
- Sá, C. P. (1986b). Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo. *Temas de Educação*, 1(1), 77-92.
- Sá, C. P. (1987a). Comportamento verbal e literatura. *Matraga*, 1(1), 63-69.
- Sá, C. P. (1987b). *Roteiro da apresentação “Memória e comportamento”*. Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Sá, C. P. (1990a). Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do RJ. *Forum Educacional*, 14(3), 93-108.
- Sá, C. P. (1990b). Cópia rasurada da entrevista dada por Skinner a Folha de São Paulo em 25/08/1990. Coleção Celso Pereira de Sá. Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Sá, C. P., & Castro, P. (2005). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora do Museu da República.
- Sá, C.P. (2007). Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 7-13.
- Sá, C.P. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(especial), 52-60.
- Sandoval, S. (1982). Behaviorismo e as ciências sociais. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 24-29.
- Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2016). A ABRAPSO se despede do Prof. Celso Pereira de Sá. Retirado de [https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=621](https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=621)

- Seminário, F. L. P. (1979). Psicologia, ciência, educação. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 31(2), 5-16.
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B.F. (1978). *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Skinner, B.F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinta, M. D., Hoeflein, B., Muñoz-Martínez, A. M., & Rincón, C. L. (2018). Responding to gender and sexual minority stress with functional analytic psychotherapy. *Psychotherapy (Chicago, Ill.)*, 55(1), 63–72. <https://doi.org/10.1037/pst0000157>
- Souza Júnior, E. J.; Miranda, R. L.; & Cirino, S. D. (2018). A recepção da Instrução Programada como abordagem da Análise do Comportamento no Brasil nos anos 1960 e 1970. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 25, 449-467.
- Spink, M. J. P. (1992). A construção social do saber sobre saúde e doença: Uma perspectiva psicossocial. *Saúde e Sociedade*, 1(2), 125-139.
- Teixeira, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde Sociedade*, 24(1), 27-43. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01003>.
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (1998). FAP and Feminist Therapies: Confronting Power and Privilege in Therapy. In J.W. Kanter et al. (eds.), *The Practice of Functional Analytic Psychotherapy* (pp. 97-122). doi 10.1007/978-1-4419-5830-3\_7,
- Todorov, J. C. (2006). Behavior analysis in Brazil. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 24, 29–36.
- Torres, J. A., Cândido, G. V., & Miranda, R. L. (2020). Associação de Modificação do Comportamento: contingências para a institucionalização da Análise do Comportamento

- no Brasil. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 11(1), 001-016.  
<https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.01>
- Traverso-Yépez, M. (2001). A interface Psicologia Social e saúde: Perspectivas e desafios. *Psicologia em Estudo*, 6 (2), 49-56.
- Trzan, A. & Degani-Carneiro, F. (2014). Transcrição de entrevista com Celso Pereira de Sá In A. M. Jacó-Vilela e F. T. Portugal (Eds.) *Clio-Psyché: Instituições, História, Psicologia*. Rio de Janeiro: Outras Letras.
- Waeny, M. F. C. & Macêdo, C. M. V. (2019). A importância do contexto histórico: El Salvador e Ignácio Martín-Baró. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15.  
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31187485>

## APÊNDICES

---



## Apêndice I - Título: Diálogos sobre motivação I, II e III

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1981**

### Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições

**Motivação (p.13, par. 1) (Aluno)** – “É um processo psicológico; quer dizer, é um processo interno ao indivíduo, ... e dinâmico; é uma força interna que provoca, isto é, que determina os atos do indivíduo, o seu comportamento”.

**Motivação (p.13, par. 3) (Professor)** – “O que eu estou querendo dizer é que se pode conceber a existência de diversos processos de determinação do comportamento, sendo um deles a motivação.”

**(p.13, par. 5):** “Alguns teóricos dizem que a motivação é uma força ou energia interna que deflagra, mantém e dirige o comportamento; quer dizer, aderem a uma concepção que identifica ‘motivação’ com ‘determinação do comportamento’... Para estes, então, a motivação designaria apenas a dimensão energética – deflagrar e manter – da determinação do comportamento.

**(p.13, par.6):** “Isto é, o motivo deflagra uma sequência comportamental orientada para tal fim”.

**(p.13, par. 8):** “Nem sempre os alunos compreendem, e com frequência, resistem mesmo à idéia de que a motivação possa simplesmente se desnecessária na explicação do comportamento”.

**(p.14, par.1):** “Simplesmente porque talvez a motivação não constitua um fenômeno psicológico. ... Dizendo de outra maneira: motivação não é um verdadeiro ‘objeto’ de estudo psicológico; não é algo a ser explicado, mas sim uma explicação em si; seu ‘status’ é teórico-conceitual apenas, não factual. ... Já a motivação não tem sua origem nos próprios dados básicos da Psicologia – comportamento e experiência – mas surge sim no contexto da

necessidade de explica-los”.

**(p.14, par. 4):** “Apenas quando uma pauta de comportamento apresenta algum grau de variabilidade sendo algumas vezes emitido e outras vezes não, é que se fala em motivação”.

**(p. 14, par. 4):** “Em outras palavras, segundo o ‘tal’ de Bolles, não existe nenhum traço ou característica distintiva de comportamento a que se possa fazer referência quando se diz que um dado comportamento é motivado”.

**(pg.14, par. 6):** “Tal suposta identificação de um estado motivacional é, na verdade, um fenômeno cultural; ou, em termos individuais, resultante da aprendizagem”.

**(p.15, par. 2):** “Além de não ter sido considerada necessária a explicação do comportamento antes dessa época, alguns autores contemporâneos, como Charles Cofer que está na nossa bibliografia, julgam também hoje que o conceito de motivação como fonte autônoma de energia interna é inteiramente desnecessário.

**(p.13, par.2):** “Em tal linha de construção teórica (determinismo empírico), a motivação pode ser entendida como entidade hipotética, sem que a energia que lhe seja conceitualmente atribuída tenha que provir de alguma fonte material concreta”.

**Motivação/reforçamento (p.13, par.1):** “Todos esses sinais de que nos basearíamos para afirmar a existência da motivação são exatamente os mesmos que usamos para indicar que o comportamento consumatório (sexual, no caso) é reforçador. Concluindo, e generalizando desse exemplo para o comportamento em geral, motivação e reforçamento são um e o mesmo processo psicológico”.

**(p.13, par.3):** “...Bolles acha que o principal efeito de um evento reforçador não seja simplesmente o de reforçar (aumentar a probabilidade de emissão) uma resposta, e sim o de criar um estado motivacional que influencia uma ampla variedade de comportamentos subsequentes”.

**(p.13, par.4):** “Alguns lances ainda podem ser feitos para justificar a substituição da

motivação pelo reforço. Por exemplo, uma desvantagem, apontada por Skinner da postulação de motivos para explicar o comportamento é a de que isso pode nos levar a não investigar o comportamento em si próprio, enredando-nos ao invés, em intermináveis discussões acerca das peculiaridades sintáticas (ou seja, da lógica interna) das teorias motivacionais. E, na verdade, a **teoria do reforço**, pelo menos na versão skinneriana, é bastante mais econômica ou parcimoniosa do que qualquer formulação essencial da motivação; além do que se tem constatado frequentemente a atribuição de significados supérfluos (ou seja, além dos essenciais) aos constructos motivacionais”.

**Teoria do reforço (p.13, par.6):** “...Afirma que a natureza do homem se deve às condições que predominam em sua situação social, que o reforçamento social procede da estrutura da sociedade; e que, consequentemente, podemos abrigar algumas esperanças de descobrir origens dessa suposta ‘natureza’ e talvez muda-la um dia, para melhor”.

**Motivação mediacional (p.15, par. 4):** “Corresponde a definição que você mesmo formulou anteriormente – um processo energético interno, ou mediador, que produz o comportamento, ou que se manifesta através do comportamento. A motivação funciona, nesse caso, como uma variável interveniente, mediacional. ... Na abordagem mediacional, introduz-se entre a privação de água e ao comportamento de beber um elo intermediário – a sede; e é a esse elo interno hipotético que se dá o nome de motivação”.

**Motivação operacional (p.15, par. 4):** “Na perspectiva operacional, o termo ‘motivação’ designa, segundo Penna, o conjunto de relações entre operações de estimulação ou privação e as modificações observadas no comportamento que se processam após as citadas operações. ... Tal relação entre a operação antecedente e o comportamento consequente é em si a motivação na concepção operacional.”

**Processos de determinação do comportamento (p.13, par. 3)** – “Por exemplo, a aprendizagem do comportamento. A operação conjunta de todos os processos determinantes é

que asseguraria, em uma perspectiva conceitual integradora, a produção de comportamentos específicos”.

**Comportamento (pg. 13, par. 2) (Aluno): S.D.**

## Apêndice II - Título: O intelectual na sociedade de massas

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1982**

### Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições

**Intelectualismo (p.61, par.2):** “Envolvimento excessivo dos membros individuais, ou de subconjuntos, de uma elite cultural – a que já se convencionou denominar de *intelligentsia* – na produção de debates sobre interpretações/representações/etc. abstratas.”

**Sociedade de massas (p. 66, par. 2):** “é uma expressão comumente usada para indicar, entre outras coisas, o caráter crescentemente burocrático, contratual, multiespecializado dos relacionamentos entre os membros das modernas sociedades industriais, assim como aquelas em evidente processo de ‘modernização’. As massas humanas referidas nessa expressão não precisam necessariamente constituir conjuntos compactos de indivíduos – numerosos, espacialmente dispersos e anônimos, e sem muita consciência uns dos outros – reagem continuamente a estímulos/situações semelhantes com comportamento bastante homogêneos.”.

**(p.67, par. 2):** “Uma outra consideração preliminar para a apreciação do papel do intelectual na sociedade de massas em que vivemos é a de que esta consiste, antes de mais nada, em uma ‘sociedade de classes’.”.

**Sociedade de massas em contraste com sociedade de públicos (Em Wrigth Mills) (p. 97, par.1):** “Quatro são os contrastes, apontados pelo autor, de ‘massa’ em relação ao ‘público’: 1) o número de pessoas que expressam opiniões é muito menos do que a coleção abstrata de indivíduos que as recebe através dos veículos de comunicação; 2) as comunicações são tão organizadas que é difícil ou impossível ao indivíduo responder imediatamente ou com qualquer eficiência; 3) a colocação em prática de uma opinião eventualmente formada encontra-se sob rigorosa fiscalização (e frequente interdição) das autoridades que detém o

controle dos canais para tal ação; 4) os grupos sociais fracamente organizados que compõe a massa são ‘penetrados por onipresentes agentes institucionais, que assim tolhem sua autonomia na formação de opiniões próprias.”.

**Comunicação social (p. 67, par. 1):** “... o processo de comunicação social se deteriorou em sua função reguladora das relações de interesses políticos e econômicos entre os homens.”.

**Abordagem psicossociológica (p.68, par.3):** “...a qual, longe de ser incompatível com a abordagem estrutural marxista, vem a complementá-la”.

**Sociologia do conhecimento (Para Karl Mannheim) (p.68, par. 4):** “... como uma nova disciplina intelectual, superar a teoria da ideologia de Marx, e que de modo geral se tenha posicionado contra a concepção marxista da ‘luta de classes’...”.

**(p.79, par. 4) (Em citação a Berger e Luckman):** “A sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que é considerado ‘conhecimento’ na sociedade. (...) Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica (Berger & Luckmann, 1974, p.20-30).”.

**Intelligentsia relativamente descomprometida (p.69, par.1):** “... querendo com isso significar que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso quanto o fazem as classes sociais. (...) Tal estrato estaria localizado não exatamente acima das classes (...), mas envolvido simultaneamente com inúmeros grupos sociais superpostos e conflitantes, participando vicariamente de uma grande variedade de movimentos sociais.”.

**Concepções de mundo e filosofia (p. 70, par.1):** “... no sentido de que esta última representaria a crítica e superação do primeiro, transformando-o em ‘bom senso’. Gramsci afirma que ‘um movimento filosófico só merece este nome (...) na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e científicamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com o ‘simples’.”

**Autoconsciência crítica (p.70, par. 4):** “significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato) ...”.

**Sociologia institucional das atividades científicas (p. 73, par. 1):** “... o método que Bem-  
David (1974) denomina ‘sociologia institucional das atividades científicas’, cujo conceito  
sociológico privilegiado na análise histórica é justamente o de papel social.”.

**Papel social científico (p.73, par.3):** “implica a aceitação da busca da verdade, por meio da  
lógica e da experimentação, como empresa intelectual valiosa. (...) esteve relacionado com as  
mudanças nos padrões normativos (instituições) que regulavam as atividades culturais  
(p.30).”.

**Ciência (para Ziman) (p.74, par. 3):** “é precisamente o que o título do seu livro indica –  
‘conhecimento público’ – expressão que significa, em suas próprias palavras, o seguinte:  
‘ciência não é meramente conhecimento ou informação *publicada*. (...) Seus fatos e teorias  
devem sobreviver a um período crítico e testagem por outros indivíduos competentes e  
desinteressados, e deve ser achado tão persuasivo que seja quase universalmente aceito. O  
objetivo da ciência não é somente adquirir informações nem expressar todas as noções não-  
contraditórias; sua meta é um *consenso* de opinião racional sobre o campo mais vasto  
possível.”.

**Cientista (p. 76, par. 3):** “Concluindo, se os cientistas constituem um tipo de intelectualidade  
absolutamente comprometida com o ‘conhecimento público’, isto deveria implicar igualmente  
um forte compromisso social; ou, em outras palavras, que eles estão aptos a desempenhar um  
papel socialmente mais relevante do que outros tipos de intelectuais.”.

**Cultura superior humana (p. 77, par. 3):** “Consideramos, entretanto, tais reações potenciais  
como nada mais do que uma manifestação do viés intelectualista e tradicionalista da  
autodenominada ‘cultura superior’ humana.”.

**Produção intelectual socialmente relevante (p. 84, par. 2):** “A produção intelectual que pretenda ser socialmente relevante, isto é, passível de apropriação vantajosa (e não falseadora das proposições originais) pelas massas populares deve: em primeiro lugar, ser *científica* – ou seja, caracterizar-se como ‘conhecimento público’, no sentido estabelecido por Ziman; em segundo lugar, ser *simples* – isto é isto é, ter seus termos teóricos o mais diretamente possível articuláveis com a realidade factual; em terceiro lugar, ser *incansavelmente repetida* – como prescreve Gramsci – por seus elaboradores e divulgadores”.

**Educação forçosamente lenta/educação socialmente engajada (p. 77, par. 3):** “Trata-se, isto sim, de prevenir um tipo prejudicial de interferência de grupos intelectualmente sofisticados e ‘relativamente descomprometidos’ (para usar a expressão de Manheim) na educação forçosamente lenta e, deseja-se, socialmente engajada das pessoas simples.

**Pensamento anti-intelectualista (p. 79, par. 2):** “De fato, a formação e/ou engrossamento de uma corrente de pensamento anti-intelectualista no ambiente universitário só poderiam ocorrer através da discussão e convencimento racionais.”.

**Apêndice III - Título: Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O Comportamento Verbal, de Skinner**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1982**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Gramática generativa (p.22): S.D.**

**Choque de paradigmas (par. 3, pg. 23):** “Em certos períodos de desenvolvimento de uma ciência surge tipos extraordinários de controvérsias. Kuhn, em uma análise da história da ciência, caracterizou essas fases como de ‘choques de paradigmas’.”.

**(par.4, pg. 26):** “Em tal choque de paradigmas, o que o defensor de um dos paradigmas acha natural esperar será natural apenas para ele, não para o seu oponente”.

**Mando (par.2, pg. 25):** “... Funções do falante e do ouvinte na emissão e no reforço do operante verbal designado como mando”. (PARA CHOMSKY)

**Comportamento verbal (par. 1, pg. 26):** “O termo ‘comportamento verbal’ tem muitas vantagens, que lhe recomendam o uso. Sua sanção etimológica não é excessivamente poderosa, mas destaca o falante individual e, quer seja reconhecido ou não por quem o usa, especifica o comportamento modelado e mantido pelas consequências mediatas. Tem também a vantagem de ser relativamente pouco familiar aos modos tradicionais de explicação (Skinner, 1978, p.16)”.

**(par. 3, pg. 46):** “A definição inicialmente proposta por Skinner para o comportamento verbal é a de ‘comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas’ (p.16).”.

**Comportamento verbal/comportamento social (par. 4, pg. 47):** “É claro que uma distinção entre comportamento social em geral e comportamento verbal é muito tênue, algo arbitrária mesmo, como o próprio Skinner chega a reconhecer; e forçosamente é assim, porque não se trata de tipos absolutamente delimitados e mutuamente exclusivos de comportamento. O

comportamento verbal é comportamento social.”.

**Falante (par. 1, pg. 27):** “O falante de Skinner não contribuiu simplesmente para o comportamento verbal; ele o produz em sua totalidade. Isso é, não obstante, compatível com a proposta de que fatores externos potencialmente identificáveis exercem controle sobre a resposta verbal momentânea emitida pelo falante”.

**Contingências de reforço especiais (par. 1, pg. 28): S.D.**

**Análise Funcional (par. 2, pg. 28): S.D.**

**Operantes Verbais (par. 4, pg. 28): S.D.**

**Tríplice sequência (par. 5, pg. 28):** “a) estímulo discriminativo; b) resposta; c) reforçamento.”.

**Contingências de reforço (par.3, pg. 29):** “Os princípios básicos da análise experimental do comportamento, e em particular o conceito de contingências de reforço, dão conta satisfatoriamente de todos os aumentos e diminuições nas taxas de emissão de operantes verbais em uma situação de grupo”.

**(par.1, pg.45):** “As contingências de reforço trabalham efetivamente todos os dias da vida do indivíduo para gerar e manter inumeráveis pautas de comportamento, incluindo aquelas caracterizadas como verbais; além disso, Skinner admite que muitos itens de comportamento, verbais e não-verbais, possam ser adquiridos mediante um único reforço.”.

**Estímulo e resposta (par. 7, pg. 31):** “Um estímulo ou uma resposta é um fato, ou seja, não é uma propriedade; assim pois, temos que passar a uma definição baseada no princípio de classes. Em consequência, se temos que seguir considerando a flexão reflexa como uma entidade isolada tanto o estímulo como a resposta devem ter tomados como termos de classe (...).”.

**(par. 3, pg. 35):** “indicativos de classes definidas por algumas propriedades específicas significativas.”.

**Processos básicos da linguagem (par. 2, pg. 32): S.D.**

**Terapia Comportamental (par. 3, pg. 33):** “... ‘os métodos operantes podem ser estendidos ao comportamento humano sem séria modificações’ é atestado pelo já hoje comprovado sucesso de tal ramo de terapia comportamental, cujos modos de intervenção se mantém bastante fiéis ao paradigma operante original, na solução de variados problemas psicológicos, inclusive aqueles que envolvem o comportamento verbal.”.

**Máquinas de ensinar (par. 3, pg. 34):** “para um controle mais eficaz da aprendizagem humana é especialmente útil o emprego de dispositivos mecânicos – as chamadas máquinas de ensinar – simples e baratos, porém engenhosamente projetados. (...) A característica mais importante de tais aparelhos é a possibilidade de reforço imediato da resposta verbal correta a cada estímulo verbal constituinte das aproximações sucessivas especificamente programadas para o desenvolvimento de uma dada capacitação escolar.”.

**Instrução programada (par. 1, pg. 35): S.D.**

**Cadeias intraverbais (par. 2, pg. 35): S.D.**

**Estímulo Discriminativo (par. 4, pg. 36): S.D.**

**Comunidade Verbal (par. 1, pg. 37): S.D.**

**Controle de estímulos (par. 2, pg. 37):** “Além dessas condições momentâneas, o controle de estímulos pode ser distorcido por certas consequências especiais, proporcionadas por um ouvinte em particular ou por ouvintes em geral sob determinadas circunstâncias (Skinner, 1978, p. 182).”.

**Força ou probabilidade de resposta (em Chomsky) (par. 1, pg. 38):** “Sua extração (de Skinner) da noção de probabilidade pode ser melhor interpretada como a decisão – e nada mais do que isso – de usar a palavra ‘probabilidade’, com sua conotação favorável de objetividade, como um termo abrangente para parafrasear palavras de tão baixa categoria como ‘interesse, intenção, crença’ e outras no estilo (p.127).”.

**Em Skinner (par. 3, pg. 38):** “Indicar que o termo força ou probabilidade de resposta designa a variável dependente em sua análise funcional do comportamento verbal.”.

**Reforço (par. 1, pg. 41):** “Na verdade, a aparência lógica desse raciocínio se perde inteiramente, quando se faz ver que a aludida definição de estímulo reforçados (colocada em termos de seu poder de produzir mudança na força da resposta) e a lei do condicionamento operante são efetivamente, na perspectiva skinneriana, uma e a mesma coisa. Como o estímulo reforçados não é definido independentemente do processo de condicionamento particular de um organismo, o próprio Skinner (1967) adverte que não se pode dizer que um dado evento aumente a probabilidade de um operante *porque* seja reforçador (p.48). Pelo contrário, diz-se que um dado evento é reforçador porque se verifica que a sua apresentação aumenta a probabilidade de um operante. (...) Observamos a frequência de uma resposta selecionada, depois tornamos um evento a ela contingente e observamos qualquer mudança na frequência. Se houver mudança, classificamos o evento como reforçador para o organismo sob as condições existentes. Não há nada de circular em se classificar eventos em termos de seus efeitos; o critério não é empírico e objetivo (Skinner, 1967, p.48).”.

**Modelagem (par. 1, pg. 45):** “Quanto a ‘necessidade de um cuidado meticoloso’ na modelagem, a coisa mais próxima disso que Skinner possa ter dito refere-se ao reforço educativo formal, que desempenha, pelo menos em certas sociedades, um papel na construção dos repertórios verbais de seus membros.”.

**Comportamento governado por regras (par. 3, pg. 48):** “... No qual as contingências de que se derivaram as regras vigentes na comunidade verbal não precisam afetar diretamente o indivíduo que emite esse comportamento.”.

**Ouvinte (par. 4, pg. 48):** “O comportamento do ouvinte, ao servir de mediador para as consequências do comportamento do falante, não é necessariamente verbal em nenhum sentido especial. Na verdade, não podemos distingui-lo do comportamento em geral, e uma descrição

adequada do comportamento verbal precisa cobrir apenas aqueles aspectos do comportamento do ouvinte necessários para explicar o comportamento do falante (Skinner, 1978, p. 17).”.

**Para Chomsky (par. 1, pg. 49):** “O ouvinte deve estar respondendo de uma forma já condicionada precisamente para reforçar o comportamento do falante.”.

## Apêndice IV - Título: Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1983**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Investigação arqueológica dos saberes (p. 138, par. 1): S.D.**

**Triedro dos saberes (p.138, par. 1): S.D.**

**Funções-normas (p.138, par. 1): S.D.**

**Conflito-regra (p.138, par. 1): S.D.**

**Significado-sistema (p.138, par. 1): S.D.**

**Arqueologia do saber (p. 138, par. 2):** “procurava estabelecer a constituição dos saberes e privilegiava as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondendo assim a *como* os saberes apareciam e se transformavam”.

**Genealogia do poder (p. 138, par.2):** “tem como maior preocupação a questão do *porquê*, introduzindo a noção de *poder* nas análises históricas como um instrumento capaz de explicar a produção de saberes”.

**Controle social (p. 139, par.1):** “operando através das leis do controle do comportamento, produz assim o ‘homem único’ que cada um de nós é, o ‘homem típico’, de uma determinada cultura ou subcultura, e, generalizando, ‘o homem’, por mais amplo que possa ser o conjunto de fenômenos comportamentais englobados sob essa rubrica sintética”.

**Controle (p. 140, par.2):** “o insistente emprego do termo controle por Skinner provém basicamente do que ele considera uma cientificamente necessária ‘hipótese de trabalho’, qual seja, a conjectura inicial de que o comportamento (animal ou humano) como variável dependente observável é sempre controlado por variáveis independentes atual ou potencialmente identificáveis”.

**Controle social (p. 141, par. 1):** “A tal concepção genérica de controle social, através da qual se distingue múltiplas técnicas ou tecnologias de controle, empregadas de modo alternativo ou combinado ao nível de controle interpessoal, do controle pelo grupo e do controle por agências institucionalizadas. Caracterizando esses diferentes níveis do instâncias de controle social, Skinner considera que, no caso do controle interpessoal, uma pessoa comporta-se de uma maneira altera o comportamento de outra por causa das consequências que o comportamento dessa segunda tem para a primeira (ou seja, a reforça); no controle típico do grupo duas ou mais pessoas, manipulando variáveis que tem um efeito comum sobre o comportamento de um indivíduo, submetem-no a um controle mais poderoso; e, finalmente, para suprir as deficiências dos controle pessoal e grupal, certas agências controladoras melhor organizadas – como o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação – manipulam variáveis específicas mais complexas, conseguindo assim operar com maior sucesso. Embora privilegie a noção de controle, e a desdobre em controles (tanto em termos de níveis de manifestação quanto de procedimentos técnicos), Skinner não prescinde em sua análise do conceito de poder.”

**Condicionamento operante (p. 139; par. 2):** “processo responsável pela maioria das modificações comportamentais significativas que um organismo humano experimenta (inclusive aquelas que o levam a referir-se a si próprio como homem), ‘faz parte da dotação genética da espécie tanto quanto a ingestão e a gestação’”.

**Contingências de reforço (p.140, par. 2):** “(isto é, as consequências de respostas operantes que retroagem sobre o organismo que as tenha emitido, alterando a probabilidade de emissão futura dessa classe de respostas por esse organismo); contingências essas que podem ser naturalmente providas pelo ambiente físico ou histórico, culturalmente dispostas por ambientes sociais específicos.”

**Agência controladora (p. 141, par.2):** “juntamente com os indivíduos que controla, constitui

um sistema social”.

**Investigação histórica (p. 142, par. 1):** “em sua adesão à noção nietzschiana de ‘genealogia’, consiste não em descrever gênese lineares, em pesquisas origens, em descobrir ‘verdades’, em identificar enfim um ‘sentido histórico’ (que, a seu ver, supõe necessariamente uma perspectiva determinista ‘supra-histórica’) dos acontecimentos; e sim um ‘indispensável demorar-se’ sobre os acontecimentos em si, marcando suas singularidades, sem apoiar-se em nenhuma constância, sem dilui-los em nenhuma continuidade ideal”.

**História efetiva (p. 142, par. 2):** “faz ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada”.

**Governamentalidade (p. 142, par. 3):** “termo que, entre outras coisas, significaria o ‘conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análise e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais aos dispositivos de segurança’”.

**Poder (p. 143, par. 3):** “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação”.

**Apêndice V - Título: O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do Rio de Janeiro**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1984**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Behaviorismo Radical (p.22, par.1):** “São Paulo e Brasília, por exemplo, beneficiaram-se historicamente das ativas visitas e permanências. na primeira metade da década de 1960, dos eminentes psicólogos behavioristas norte-americanos F. S. Keller e J. G. Sherman, como relatadas por Keller (1973). Sob a influência do consistente projeto curricular e didático delineado experimentalmente pelos referidos autores, diversos professores brasileiros - como Carolina M. Bori, Mario G. Ferri e Rodolpho Azzi - que passaram a dividir suas atuações profissionais entre a Universidade de São Paulo e a nascente Universidade de Brasília, encarregaram-se de sedimentar uma tradição psicológica comportamental nessas instituições”.

**Behaviorismo Radical no Rio de Janeiro (p.21, par.1):** “No Rio de Janeiro, o *status* acadêmico do behaviorismo radical de B. F. Skinner, entendido como o conjunto articulado de pressupostos filosófico-científicos subjacentes à análise experimental do comportamento, é flagrantemente inferior ao alcançado por esse sistema psicológico em outros centros culturais do país”.

**(p.22, par.1):** “Já no Rio de Janeiro, embora existissem, mais ou menos na mesma época, professores que compartilhavam iguais orientações teóricas e metodológicas, seus esforços não apresentaram a extensão e continuidade necessárias para fundar a tradição, provavelmente devido a deficiente estrutura universitária em que se encontravam inseridos. A essa ausência de precondições históricas somou-se a proliferação no estado do Rio de Janeiro, durante o final dos anos 60 e início da década de 70, de cursos de graduação em Psicologia, nos quais o ensino se mostrava praticamente divorciado da pesquisa comportamental básica. Viu-se ainda

surgir no Rio de Janeiro, por essa ocasião, um movimento editorial incipiente em Psicologia, porém predominantemente orientado para a valorização de outras abordagens teóricas que não a behaviorista. De tudo isso terá decorrido a situação atual da fração da comunidade universitária do Rio de Janeiro que se ocupa da Psicologia, tanto em sua dimensão puramente acadêmica quanto em suas vertentes aplicadas aos campos da educação, da saúde mental, do trabalho e dos problemas sociais contemporâneos. De fato, a maioria dos membros dessa comunidade - professores e estudantes - parece não conhecer muito bem ou interpretar de forma distorcida os princípios básicos do behaviorismo radical e seus mais importantes desdobramentos e implicações psicossociais. Verifica-se ainda, nessa subcultura acadêmica, uma ampla difusão da crença ingênua de que as formulações behavioristas radicais, por terem sido geradas a partir de resultados obtidos nos espaços experimentais restritos dos laboratórios de Psicologia animal de universidades norte-americanas, estariam inherentemente incapacitadas para lidar com as complexidades da vida social humana, principalmente em seus aspectos políticos, econômicos e educacionais, e no caso de uma cultura latina supostamente não-pragmática, como a brasileira. Essa crença pode ser vista como o núcleo cognitivo precário de uma atitude negativa mais abrangente e bastante emocionalidade em relação ao behaviorismo skinneriano”.

**(p.23, par. 3/4):** “Na verdade, estudos exploratórios conduzidos pela equipe de pesquisa indicaram que, de modo geral, nos cursos de graduação em Psicologia do estado do Rio de Janeiro, não se privilegia o estudo do behaviorismo radical a ponto de se solicitar consistentemente dos alunos a leitura pelo menos das principais obras de B. F. Skinner disponíveis em português. Parece, com efeito, mais comum a adoção exclusiva de livros didáticos resumidos e simplificados sobre o assunto. Outras observações informais por parte da equipe, bem como depoimentos de diversos professores e estudantes, sugeriram que, mesmo nesse insuficiente contacto com o behaviorismo skinneriano, muitos alunos já

assumem um posicionamento crítico negativo, comumente mal fundamentado, porém bastante vigoroso e emocionalizado, em relação às informações que apenas começam a receber. O inteiro clima cultural desses cursos de Psicologia - comentários irônicos de alguns professores, leituras da "moda espontaneísta/libertária", "questionamentos" por grupos de estudantes mais loquazes, promoção tendenciosa de atividades extracurriculares, etc. - parecia apresentar um nítido caráter antibehaviorista, devendo, pois, surpreender que as atitudes dos alunos como um todo se orientassem rápida e crescentemente nesse sentido (...)".

**(p.43, par.2/3):** "São, assim, lançados no mercado de trabalho psicólogos, bem como educadores, cientistas sociais, etc., que não farão uso do instrumental teórico e técnico da "ciência do comportamento" e permanecerão indiferentes à filosofia - o behaviorismo radical - subjacente a tal ciência. E a parcela destes que se tornarão professores universitários não trarão, consequentemente, para o meio acadêmico esses tipos de informação e de prática, contribuindo, pela omissão, para a persistência do baixo *status* do sistema skinneriano nessa específica subcultura do nosso Estado. Concluindo, pode-se afirmar que, sem dúvida alguma, o *status* acadêmico do behaviorismo radical seria consideravelmente superior ao atualmente constatado, se o seu ensino e estudo fossem conduzidos de modo mais consistentes nos cursos de Psicologia, educação e ciências sociais do estado do Rio de Janeiro. Acredita-se, entretanto, como já adiantado na presente discussão, que a pesquisa ora relatada, planejada e conduzida sem laivos de "neutralidade científica", porém com objetividade e cuidado metodológico, possa contribuir, ainda que minimamente, para a ruptura desse círculo vicioso".

**Rejeição ao Behaviorismo Radical (p. 24, par. 3):** "Mais explicitamente, para fins de submissão à testagem experimental, foi formulada a hipótese de que a eventual rejeição das proposições behavioristas radicais deve-se menos ao seu próprio teor do que ao conhecimento proporcionado aos sujeitos de que elas foram produzidas pelo mais proeminente psicólogo e

educador behaviorista contemporâneo - B. F. Skinner”.

**(p.41, par.4):** “A rejeição do sistema skinneriano parece ocorrer a um nível de declarações atitudinais explícitas, porém excessivamente genéricas. Estudantes, e também alguns professores, posicionam-se contra o behaviorismo, metodológico ou radical, confundindo-os inclusive, sobre bases de duvidosa solidez. Empregam muitas vezes para rejeitá-lo, e com frequência inadvertidamente, a "técnica do espantalho ou *strawman*" (homem de palha), ou seja, supersimplificam e/ou distorcem de tal maneira os pressupostos behavioristas que se torna então fácil derrubá-los”.

**(p.42, par.4):** “Cabe discutir, em segundo lugar, o fato de os resultados da pesquisa sugerirem haver uma tendência para o desenvolvimento de atitudes cada vez menos favoráveis ao behaviorismo radical, quando explicitamente rotulado, à medida que os estudantes se aproximam do término de sua formação profissional”.

**Apêndice VI - Título: Sobre a fundamentação psicóloga da Psicologia Social e suas implicações para a educação**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1984**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Crise da Psicologia Social (p.23, par. 2):** “A rigor, crises em uma disciplina acadêmica constituem, elas próprias, mormente quando discutidas e divulgadas de modo amplo, processos psicossociais complexos, que tendem a desacreditar na prática qualquer projeto de solução que seja meramente fruto de preferências ou convicções pessoais isoladas.”.

**Psicologia Social psicológica (p.24, par. 3):** “... a expressão ‘Psicologia Social psicológica’, tomada por Stryker (1977) entre outros, será aqui empregada para designar, de modo extensivo, o conjunto dos trabalhos de todos os psicólogos sociais de formação psicológica, incluindo aqueles que por suas preocupações e métodos estariam talvez mais próximos do que se poderia chamar de ‘Psicologia Social sociológica’, de ‘Psicologia transcultural’, de ‘Psicologia histórica’, e assim por diante.

**Corrente dominante (na Psicologia Social) (p.24, par.4):** “A corrente assim tida como dominante é originária dos centros acadêmicos norte-americanos, e pode ser caracterizada, em linhas gerais, como de filiação teórica cognitivista, orientação metodológica experimentalista, e mais dedicada à chamada ‘pesquisa pura’ do que à ‘aplicada’.”.

**(p.27, par.2):** “Tal Psicologia Social apresenta-se comumente como um ramo ou divisão da Psicologia e reconhece que, além de a essa filiação se dever sua preferência pelo método experimental, suas teorias particulares têm derivado dos princípios mais gerais já estabelecidos no âmbito daquela ciência.”.

**Ciência natural (p.26, par. 2):** “Admite esse autor (Edward Sampson, 1978) que o paradigma científico do tipo ‘ciência natural’, que busca, através principalmente do método

experimental estabelecer um conhecimento transcendente e independente de qualquer sociedade particular ou período histórico (...)".

**Psicossociologia (p.29, par. 2):** "... para quem a 'psicossociologia' – como ele a prefere chamar, para evitar uma acentuação indevida da Psicologia na constituição da disciplina – é uma 'ciência-charneira' entre a Psicologia e a sociologia. Na verdade, o objeto dessa psicossociologia não diferiria essencialmente daquele que os demais psicólogos sociais têm reconhecido, ou seja, os processos interacionais – entre fenômenos psicológicos e sociais, entre indivíduos e grupos, entre abordagens objetivas do indivíduo em situação social e o sentido vivido que a situação assume para o indivíduo.".

**Disciplina básica (p.30, par.1):** "Uma disciplina pode ser básica justamente por não ser autônoma, ou seja, pelo fato de que os fenômenos de que ela tipicamente se ocupa apresentarem uma dupla natureza – biológica e social, por exemplo, como no caso da Psicologia. ".

**Psicologia Social (p.30, par.1):** "Quanto à Psicologia Social em si, o quadro é o seguinte: seria ela básica em sua terminalidade idealmente projetada (e provavelmente inalcançável), exigindo-se para isso, entre outras coisas, o alargamento e renovação metodológicas a que alude Schneider; mas não seria absolutamente autônoma em seu processo de constituição, e sim amplamente dependente das próprias ciências que pretende posteriormente fundamentar.".

**(p.37, par.2):** "Em segundo, nega-se autonomia à Psicologia Social em sua função precípua de articulação entre ciências verdadeiramente autônomas, como fez Le Ny ...".

**Processos biopsicológicos (p.30, par.2):** "Os processos biopsicológicos ou comportamentais, com os quais caracteristicamente deve lidar o psicólogo (pelo menos quando se dispõe a explorar um dos limites extremos do domínio de sua própria disciplina), deveriam ser considerados básicos, no sentido de constituírem as bases permanentes sobre as quais é

desenvolvida e continuamente modificada a multifacetada vida social humana.”.

**Teoria histórico-biopsico-sócio-cultural do comportamento humano (p.31, par.2):** “Pela Psicologia, entendida como extensão natural da biologia, só podemos apreender os ‘comos’ do comportamento, ou seja, os processos instrumentais – percepção, aprendizagem etc. – de concretização daquelas premissas nas ações vitais dos indivíduos.”.

**Contribuições psicologistas (p.34, par.1):** “Em qualquer caso, o que conseguem com mais frequência são contribuições ‘psicologistas’, ou seja, modelos mais ou menos sofisticados da estrutura e/ou funcionamento dos ‘corações e mentes’ dos homens; ...”.

**Behaviorismo Radical (p.34, par. 1): S.D.**

**Psicologia básica (p.35, par.1): S.D.**

**Correntes de explicação dos fenômenos sociais (p.35, par.1):** “Segundo Homans, distinguem-se quatro tipos correntes de explicação dos fenômenos sociais: estruturais, funcionais, históricas e psicológicas. (...) o tipo estrutural não constitui uma explicação, porque, embora possa ser posto sob uma forma que superficialmente pareça um sistema dedutivo, nenhuma de suas proposições é mais geral do que as outras; o tipo funcional é não-contingente, ou seja, dados, fatos ou evidências empíricas não cumprem um papel crucial na aceitação ou rejeição de suas proposições; o tipo histórico é logicamente redutível ao psicológico, já que as proposições gerais não explicitadas que deveriam funcionar como premissas maiores de seu sistema dedutivo são de natureza psicológica; finalmente, por exclusão, conclui-se que o único tipo de explicação que retém alguma viabilidade em termos de ciências sociais é o psicológico. Tendo caracterizado como explicações psicológicas aquelas que empregam proposições presumivelmente válidas e gerais com respeito ao comportamento de todos os homens como indivíduos ...”.

**Proposição psicológica da racionalidade (p.35, par.1):** “... não são suficientemente gerais para prover uma explicação adequada de qualquer acontecimento histórico-social. (...) Esta,

por exemplo, lida apenas com o presente, já que os dados de que se serve são as percepções atuais dos indivíduos envolvidos no acontecimento ou na situação social que se quer explicar ...”.

**Psicologia do comportamento (p.35, par.1):** “... Explica inclusive tais percepções, relacionando-as às experiências passadas desses indivíduos, ou melhor, acaba por eliminar esse termo intermediário – percepção – e explica o comportamento presente diretamente em função da experiência passada, o que interessantemente faz dela uma teoria histórica em si própria.”.

**(p.37, par.2):** “Em terceiro, afirma-se o caráter básico da Psicologia do comportamento e a possibilidade de sua articulação direta com as interpretações sócio-históricas da vida humana, como fez Homans ao distinguir os diversos tipos de explicação nas ciências sociais, privilegiando o psicológico-comportamental.”.

**Individualismo metodológico (p.36, par. 1):** “O que o primeiro sustenta é que ‘todos os fenômenos sociais podem ser analisados sem resíduos em ações de indivíduos’ (Homans, 1970, p.325); ou seja, que as proposições sociológicas acerca de supostas características globais ou emergentes de grupos ou agregados sociais podem ser em princípio derivadas de (ou reduzidas a) proposições sobre o comportamento de indivíduos.”.

**Socialismo metodológico (p.36, par.1):** “Para o ‘socialismo metodológico’, ao contrário, existiriam proposições sociológicas gerais não redutíveis a proposições psicológicas, e das quais inclusive poderiam ser derivadas proposições sobre o comportamento individual.”.

**Grupo social (p.36, par.1):** “ Essa mesma posição é consistentemente mantida pelo ‘behaviorismo radical’ de Skinner: o grupo social, entendido como o conjunto de processos comportamentais verificados entre um pequeno número de indivíduos em estado de agregação, constitui um fenômeno a ser explicado, e não algo que, meramente descrito, possa ser usado como explicação de situações e acontecimentos sociais de grandeza e complexidade

diversas.”.

**Concepção naturalista do homem (p.38, par.1): S.D.**

**Caráter social do psiquismo humano (p.38, par.2): S.D.**

**Homem (Em citação a Le Ny, 1976, p.65-6) (p.38, par.2):** “É necessário, pois, manter bem presente no espírito que o homem é produto de uma longa evolução biológica, que ele próprio pertence ao reino animal, e que é vão pretende-lo conhecer independentemente desse processo que lhe deu origem (...).”.

**Leis da determinação do comportamento (p.38, par.3): S.D.**

**Processos de modificação do comportamento humano (p.38, par.3): S.D.**

**Variáveis ambientais sociais (p.38, par.3; p.40, par.1): S.D.**

**Determinação social de comportamentos humanos complexos (p.39, par.1): S.D.**

**Entidades psíquicas (p.39, par.3): S.D.**

**Psicologia idealista (p.39, par.4): S.D.**

**Leis da aprendizagem; Condicionamento (Em citação a Le Ny, 1976, p. 85-6) (p.39, par.4):** “As leis da aprendizagem e do condicionamento não são somente um capítulo da Psicologia, mas uma base essencial para a compreensão de toda a atividade psíquica.”.

**(p.40, par.2) (Em citação a Melton (1964, p.2):** “E, não obstante, no julgamento de Melton (1964), os ‘fenômenos do condicionamento representam ao menos um dos principais fundamentos para uma descrição sistemática das variedades de aprendizagem humana’ (p.X), dentre as quais se arrolam a aprendizagem verbal, a aprendizagem de conceitos e o estabelecimento de disposições mentais para a aquisição de novas capacidades ou utilização de capacidades previamente adquiridas.”.

**História individual (p.39, par. 4): S.D.**

**Contradições (internas) (p.39, par. 4):** “As contradições internas nada mais são de que um reflexo dessa interação.” (*entre o indivíduo e seu ambiente*).

**Educação popular (p.42, par.1): S.D.**

**Mecanismos psicológicos de aprendizagem (p.39, par.5): S.D.**

**Aprendizagem (p.39, par.5):** “Em lugar da aprendizagem – definível factualmente como qualquer modificação de comportamento relativamente duradoura que resulte da prática ou experiência - ...”.

**Desenvolvimento cognitivo (p.40, par.1): S.D.**

**Processo ensino-aprendizagem (p.40, par.3): S.D.**

**Psicologia Social de base psicológico-comportamental (p.40, par.4): S.D.**

**Psicologia Social de base skinneriana (p.41, par.2): S.D.**

**Psicologia Social da educação (p.41, par.4): S.D.**

**Apêndice VII - Título: Contracontrole social: uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1986**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Controle e contracontrole do comportamento (p.44, par. 1):** “As considerações tecidas nesse primeiro informe no âmbito da SBPC indicavam que, na exploração da “possibilidade e fecundidade de aplicação das noções de controle e contracontrole do comportamento”, seria focalizado basicamente “o desenvolvimento de esforços intencionalmente dirigidos a uma meta específica dentro da problemática teórica e prática mais ampla da mudança social”, qual fosse a da “convivência democrática”.

**Contracontrole social (p.44, par. 3):** “Cabe, para os propósitos do momento, a ressalva de que o emprego de técnicas de controle social com finalidades exploratórias, ou seja, em proveito exclusivo do controlador e em detrimento do controlado, é obviamente anterior ao advento de uma ciência e uma tecnologia do comportamento nos moldes skinnerianos”.

**(p. 46, par. 2) citação a Holland (1973, p. 273):** “O mais importante a esse respeito é que o cientista do comportamento analise a operação de controle comportamental em nossa sociedade e comunique essa análise a outros para que estejam melhor preparados para o contracontrole. Com esse fim, deverá analisar também os efeitos potenciais de diferentes formas de contracontrole. Em segundo lugar, deverá idealizar uma tecnologia intrinsecamente adaptada para se usar na luta”.

**(p.47, par. 2):** “Participar do esforço de construção de uma sociedade democrática consiste, assim, em exercer contracontrole, principalmente no sentido de forçar sua institucionalização nos mais variados domínios da vida social”.

**(p.47, par. 4):** “A maioria utiliza o conceito de contracontrole no contexto da terapia

comportamental, equiparando-o à própria noção de resistência como empregada na prática psicanalítica”.

**(p.49, par.1):** “Dentro da proposta de Holland de se “dar prioridade àqueles aspectos da análise comportamental aplicada que tenham a possibilidade de ser usados pela generalidade das pessoas”, e não apenas pelas elites dominantes, a primeira prescrição é a de que se “analise a operação do controle comportamento vigente na sociedade”, assim como “os efeitos potenciais de diferentes formas de contracontrole”.

**(p.49, par.2):** “Realmente, a única forma efetiva de intervenção contracontroladora que ora se vislumbra consiste em um procedimento educacional potencialmente generalizável”.

**(p.53, par.2):** “O que estará sendo então considerado como de suficiente relevância social será a possibilidade de exercício eficaz, a curto ou médio prazos, de procedimentos contracontroladores. A superação a longo prazo, defendida por Skinner, nas relações instáveis entre controle e contracontrole encontra-se, portanto, além das ambições desse estudo”.

**(p.53, par.4):** “Qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazos) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização”.

**Poder (pg. 46, par. 7): S.D.**

**Educação popular (p.49, par.1):** “Em segundo lugar, ainda de acordo com Holland, dever-se-ia projetar uma tecnologia comportamental intrinsecamente adaptada à luta pela justiça social. Admitindo-se a pertinência de tais requisitos, a intervenção pretendida deve caracterizar-se como um processo de educação popular, através do qual o próprio povo se capacite ao exercício mais eficaz do contracontrole social.

**(p.51, par.2):** “No presente projeto de educação popular, por outro lado, o comportamento verbal vem a constituir não só o foco principal da intervenção, como também o seu instrumento exclusivo”.

**(p.49, par.2):** “Por ensino adequado a esses segmentos populacionais entende-se aqui uma prática educativa simplificada dos princípios teóricos, e não simplificadora da realidade social como quis entender um crítico apressado do projeto”.

**Literatura democrática tradicional (p.45, par. 2):** Sem definição.

**Procedimentos de modificação do comportamento (p.50, par.6):** S.D.

**Comportamento verbal (p.52, par.3) em citação a Rozynk et alii (1973, p.84):** “O comportamento verbal cria nossa realidade, estabelece os nossos reforçadores e, em grande extensão, controla o nosso comportamento não-verbal”.

**Instrumento de popularização (p.53, par.3):** S.D.

**Igualitarismo social humano (p.53, par.3):** S.D.

**Instrumento de divulgação popular (p.53, par. 4):** Cartilha de contracontrole social.

## Apêndice VIII - Título: Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1986**

### **Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Comportamento coletivo (p.78, par.1):** “O comportamento coletivo será aqui tratado como um importante campo de estudos no âmbito da Psicologia Social”.

**(p.79, par.3):** “... o termo ‘comportamento coletivo’ designa qualquer comportamento (de massa) que se origina espontaneamente, é relativamente não-organizado, praticamente imprevisível ou não-programado em seu curso de desenvolvimento, e que depende da inter-estimulação entre seus participantes”.

**(p.80, par.1):** “Tipicamente, o chamado comportamento coletivo se desenrola à margem da sociedade convencional, institucionalizada, e frequentemente contra ela (como no caso dos movimentos sociais revolucionários); o que não quer dizer que ele não possa se tornar gradualmente mais estabilizado, organizado, institucionalizado enfim, e consequentemente deixe de ser categorizado como comportamento coletivo (como o ilustram, por exemplo, os desenvolvimentos da ‘OLP’ do Oriente Médio e do ‘IRA’ na Irlanda do Norte)”.

**(p.81, par.1):** “O estudo do comportamento coletivo ajuda a ancorar a **Psicologia Social** em um conjunto de problemas significativos, e impede que se deposite uma confiança exclusiva sobre técnicas estreitamente concebidas”.

**(p.81, par.2):** “Considerando que o termo ‘comportamento coletivo’ engloba várias instâncias do comportamento manifestadas por agregados de pessoas designadas como ‘massas’, que possuem não muitas características em comum, tem parecido necessário a alguns importantes estudiosos do assunto estabelecer uma *taxonomia* de tais comportamentos ou das massas que nele se engajam”.

**(p.85, par.1 e 2):** “Em outras palavras, os comportamentos coletivos são *fatos*, que exigem *explicações teóricas*. Uma boa e abrangente teoria do comportamento coletivo deveria ser capaz de responder e integrar uma série de questões particulares ou detalhes problemáticos, já insistentemente reconhecidos na constituição, contextualização e funcionamento das massas”.

**(p.85, par.7):** “As causas dos comportamentos coletivos são geradas dentro das próprias massas, ou residem em condições mais amplas – econômicas, culturais e institucionais da sociedade? ... Indubitavelmente, o estudo global da causação do comportamento coletivo exige a investigação de seus fatores precipitantes, assim como uma familiaridade com fatores que operam a longo prazo, ou seja, históricos”.

**(p.90, par.2):** “Finalmente, segundo a abordagem mais sociologicamente orientada de N. J. Smelser (1963), o comportamento coletivo se inicia quando pessoas se preparam para agir com base em uma crença de que determinado aspecto da sociedade deva ser mudado, mas só chega a eclodir de fato quando não existe nenhum meio de atingir o objetivo desejado através das instituições sociais vigentes. Trata-se, portanto, de comportamento que ocorre fora da ordem institucional, e é intencionalmente dirigido para a produção de alguma mudança social”.

**(p. 92, par.1):** “Quanto aos psicólogos, a avaliação de Milgram e Toch é a de que eles têm sido singularmente pouco imaginativos no planejamento de pesquisas sobre o comportamento coletivo, insistindo em aplicar a esse campo os resultados de experimentos ‘artificiais’ de laboratório”.

**Comportamento social coletivo (p.79, par.1):** “... se entende por ‘comportamento social coletivo’, os seguintes movimentos sociais (de culto ou protesto), com particular ênfase às revoluções; a marginalidade social, basicamente associada à pobreza; diversos aspectos psicológicos da vida individual em uma sociedade de massas; o papel dos intelectuais nessa sociedade; e assim por diante”.

**Psicologia Social (p.78, par.2):** “McDavid e Harari, em ‘Psicologia e Comportamento Social’ (1980), distinguem dentro da Psicologia Social quatro amplos conjuntos temáticos: comportamento social do indivíduo (englobando os estudos sobre socialização, cognição social, formação e mudança de atitudes, etc.); comportamento social interpessoal (envolvendo os variados fenômenos que surgem nas relações diádicas e triádicas); comportamento social organizado (referindo-se basicamente aos processos grupais); e finalmente, comportamento social coletivo. ... Stoetzel, em seu clássico manual de ‘Psicologia Social’ (1967), chega mesmo a afirmar que ‘ao abordar os problemas de Psicologia coletiva, eis-nos enfim chegados ao que é frequentemente tido como a esfera por excelência da Psicologia Social’”.

**(p.80, par.3):** “A Psicologia Social foi fundada (com Ross e McDougall, em 1908) sobre os tópicos das multidões e do comportamento coletivo. Afastar-se dessas preocupações significa apropriar-se da disciplina enquanto se abandonam seus mais desafiantes problemas”.

**(p.81, par.1):** “Não há tarefa mais exigida na Psicologia Social do que a explicação das bases da estabilidade do mundo cotidiano. ... Nenhuma disciplina além da Psicologia Social é naturalmente adequada ao tratamento científico do comportamento coletivo. ... Somente a Psicologia Social, com sua articulação conceitual entre a Psicologia e a sociologia, pode situá-la no âmago do seu campo de estudos”.

**Massas (p.79, par.2):** “Os agregados sociais não-organizados que se devem considerar neste nível de estudo do **comportamento social** são às vezes designados como *massas*”.

**(p.79, par.4):** “A massa não tem via de regra uma história de conveniência que responda pela afetividade e a consolidação de papéis informais que condicionam a ação dos grupos primários. Seus participantes não se encontram, por outro lado, submetidos a uma estrutura regulamentar, contratual, de responsabilidades que determina a ação organizada dos grupos secundários”.

**(p.81, par.2):** “As massas tem uma ‘Psicologia’ extremamente fluída e instável; podem passar

rapidamente de um tipo de comportamento coletivo a outro, o que vem certamente a limitar a relevância teórica ou prática de sua classificação”.

**(p.88, par.4):** “Embora sem pressupor que as massas sejam ‘por natureza’ (já que as nega como entidades supra-individuais autônomas) irracionais ou acríticas, Floyd Allport considera que tais características comumente se manifestam na prática. Diz ele que os primeiros a agir ou expressar seus sentimentos são os indivíduos mais impulsivos e ignorantes, precipitando assim uma avalanche de estimulação social do que termina por envolver também os mais competentes e auto-controlados”.

**Multidões (p.80, par.3):** “A ação intensificada de multidões frequentemente acompanha a rápida reestruturação da sociedade, e as multidões podem elas próprias agir como veículos de mudança social. O campo do **comportamento coletivo** serve como uma ponte entre a Psicologia individual e a evolução social”.

**(p.81, par.1):** “O estudo das multidões serve como um corretivo para a **Psicologia Social** que abandonou o interesse por fenômenos distintivamente *sociais*, isto é, por conceitos cuja definição mesma depende de um agregado de atores”.

**(p.82, par.2):** “*Multidão* é certamente o termo que de modo mais genérico designa a agregação psicossociologicamente significativa de um número variável de indivíduos em um local (ou ao longo de um trajeto) específico e durante um determinado tempo”.

**(p.85, par.5):** “Qual a relação entre a composição da multidão, a forma de comportamento em que se engaja, e o método de controle usado para combate-la? Sob que circunstâncias a imposição de controles se segue aos episódios coletivos ou são previamente programados para impedí-los? Certamente, as respostas a essas perguntas estarão condicionadas aos graus de mudança social que as diferentes massas têm o poder de promover”.

**Turbas (p.82, par.3):** “... são sempre multidões ativas (com relação aos seus ‘objetivos’ ou focos de polarização) e interativas (ou seja, seus participantes se inter-estimulam em alto

grau)’’.

**Turbas agressivas (p.83, par.1):** “A categoria *turbas agressivas* provavelmente terá sido incluída apenas para acentuar o fato de que nem todas as multidões ativas são violentas, mas na verdade os comportamentos atribuídos a tais turbas enquadram-se facilmente nas demais categorias”.

**Motim (p.83, par.2):** “O termo *motim* descreve uma situação em que a ação da turba é dirigida primariamente para fins *aquisitivos*, tentando a posse de algum ou diversos objetos ... o que melhor os distingue de outros tipos de turbas é sua finalidade de adquirir a posse ou controle de algo”.

**Turbas expressivas (p.83, par.4):** “O termo demonstração designa o comportamento das chamadas *turbas expressivas*, cujos participantes estão simplesmente empenhados em exprimir ou manifestar publicamente suas crenças, atitudes ou sentimentos, com o óbvio propósito de sensibilizar ou conquistar a simpatia e adesão de outras pessoas para tais ‘causas’”.

**Movimentos sociais (p.84, par.1):** “... os movimentos sociais constituem, segundo Milgram e Toch, formas de comportamento coletivo que menos atendem ao critério de serem não organizadas e mais explicitamente se orientam para a modificação da ordem social vigente. Dizem esses autores que ‘psicologicamente definido, um *movimento social* representa um esforço empreendido por um grande número de pessoas para solucionar coletivamente um problema que elas sentem ter em comum’; e que ‘esses esforços tendem a ocorrer sob a forma de movimentos sociais por que a sociedade respeitável (no sentido de institucionalizada) não oferece nenhum alívio ou solução para as preocupações dominantes dos indivíduos envolvidos’. ... Um movimento social pode ser melhor visto como *um processo*, que comporta múltiplos *momentos* representados pelas ações de turbas aquisitivas, defensivas e expressivas e pela formação de audiências (incluindo as dos meios de comunicação de massa). Os

movimentos sociais podem ser divididos, segundo uma classificação estática, em *protagonísticos* e *antagonísticos*, ou seja, a favor ou contra algo – uma pessoa, uma atividade social, uma crença religiosa, um aspecto da ordem política, jurídica, ou econômica, um ideal abstrato, e assim por diante.

**Associações comunitárias (p.84, par.3):** “Caminhando decisivamente para uma maior organização e mesmo institucionalização, e portanto já quase deixando de exibirem ‘comportamento coletivo’, encontram-se as *associações comunitárias*, como as ‘comunidades eclesiás de base’, as associações de moradores de bairro e outras diversamente engajadas em processos, amplos ou restritos, de auto-ajuda e de **contracontrole social**”.

**Gustave Le Bon (p.87, par.1):** “Dentre as críticas que se podem fazer à teoria de Le Bon, duas parecem particularmente interessantes: em primeiro lugar, embora o autor contraste continuamente a irracionalidade das multidões com um modelo de homem isolado normal, cabe lembrar que este costuma exibir concretamente uma quantidade igual de estupidez, irracionalismo e emocionalismo; em segundo lugar, Le Bon selecionou o tipo mais extremo de multidão – a turba agressiva – para ilustrar sua teoria, e em seguida a aplicou a grupos humanos tão diversos quanto audiências, júris e parlamentos”.

**Sigmund Freud (p.87, par.3):** “Segundo Freud, a irracionalidade das massas seria explicada pelos laços libidinais que se estabelecem entre seus participantes e o líder; isto ocorreria basicamente na direção dos primeiros para o segundo, mas, como o líder não pode retribuir globalmente (a todos e com total intensidade) esse ‘amor’, frustrando assim a relação libidinal plena dos participantes com o seu ‘objeto de escolha’, esta se faz sob a forma de um processo mais primitivo de ‘identificação’ ... cada membro da multidão renuncia ao seu próprio ‘superego’ e delega suas faculdades críticas ao líder, regredindo assim a um estado de dependência infantil”.

**Floyd Allport (p.88, par.2):** “... Allport argumenta que o indivíduo na multidão se comporta

exatamente como se comportaria se estivesse sozinho, apenas mais intensamente. As causas dos episódios de comportamento coletivo deveriam ser buscadas inicialmente nos impulsos individuais primários (proteção, fome, sexo, etc.) ou derivados (desejos e interesses diversos), e não serem atribuídas ao simples fato da agregação circunstancial de tais indivíduos”.

**Mobilização dos participantes para ação (p. 90, par.8):** “Refere-se ao papel destacado que certos indivíduos ou grupos desempenham, a partir da ocorrência de um fator precipitante, no engrossamento e intensificação do estado de ânimo da massa que se engajará no comportamento coletivo, se o último determinante significativo assim o permitir (ou como o permitir)”.

**Operação de controle social (p. 90, par.9):** “Refere-se às maneiras e graus em que as agências de controle no sistema social facilitam (e mesmo encorajam, às vezes) ou dificultam (impedem, desencorajam, etc.) a emergência final de um ou outro tipo de comportamento coletivo; obviamente, ao determinar positivamente uma forma específica de episódio coletivo, o controle social estará ‘esvaziando’ a possibilidade de ocorrência de outras formas alternativas sem atuar negativa ou repressivamente sobre elas”.

## Apêndice IX - Título: Comportamento verbal e literatura

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1987**

### Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições

**Behaviorismo Radical (p. 63, par. 1):** “Isso é particularmente verdadeiro no que se refere ao *behaviorismo radical*, corrente desenvolvida por B. F. Skinner, desde 1938, a partir da matriz comportamentista básica, e que atingiu seu apogeu nas décadas de 60 e 70 como talvez o último dos sistemas psicológicos de ambição maximamente abrangente.

**(p.67, par.2):** “Não obstante, é possível sim extraír da obra de Skinner interessantes interpretações behavioristas, con quanto assistemáticas ou fragmentárias, dos processos de ordem eminentemente psicossocial em que se envolvem o autor literário e seu leitor”.

**Behaviorista Radical (p. 63, par. 1):** “Atualmente, os behavioristas radicais parecem investir menos no propósito ambicioso de prover uma explicação unificada para todos os fenômenos psicológicos (ou seja, toda e qualquer forma de comportamento), preferindo concentrar seus reforços na exploração rigorosa de campos mais estritamente delimitados, tanto em termos de elaborações práticas de tal conhecimento científico. Não obstante, algumas áreas de atividade social humana – como a literatura e o comportamento político, por exemplo – parecem, pela própria abrangência e diversidade das ações e representações que englobam, compatíveis com (ou, a rigor, exigem) um tratamento behaviorista radical ao seu nível mais flexível e especulativo”.

**Ciência do comportamento (p. 64, par. 3):** “Realmente, a obra inaugural do sistema psicológico de Skinner trata exclusivamente do comportamento animal, sem que se sugira qualquer extensão de suas proposições ao comportamento humano. Isto porque considerava ele, nesse trabalho, que a ‘importância de uma ciência do comportamento deriva em grande medida da possibilidade de sua aplicação final aos assuntos humanos, mas constitui um sério

erro, embora comum, permitir que questões de aplicação última influam no desenvolvimento de uma ciência sistemática em seus estágios iniciais””.

**Beyond Freedom and Dignity (p. 64, par. 1):** “... Beyond Freedom and Dignity (também uma produção mais propriamente literária do que científica), a parte da obra de Skinner de maior relevância político-social e, por isso mesmo, a que tem provocado maior repercussão polêmica”.

**Verbal Behavior ou Comportamento Verbal (p.65, par.1):** “... Skinner especulara que a investigação do campo verbal provavelmente daria plena conta das únicas diferenças significativas que esperava descobrir entre os comportamentos animal e humano. Desde essa época, empenhou-se em tal tarefa, o que resultou finalmente na publicação em 1957, de seu livro *Verbal Behavior*, considerado por ele próprio como a vertente mais importante de sua inteira produção científica, dadas suas implicações para uma reformulação behaviorista não só dos fenômenos psicológicos tradicionalmente valorizados sob o rótulo de *pensamento*, mas também dos campos afins da cultura linguística, das práticas sociais elaboradas e do processo de obtenção ou construção do conhecimento”.

**Reforço (p. 65, par.2):** “Na Psicologia skinneriana, as consequências relevantes do comportamento são aquelas conhecidas como *reforços*, ou seja, mudanças ambientais que retroagem sobre o indivíduo que as produziu no sentido de aumentar (reforçar) a probabilidade de que ele se comporte da mesma maneira em situações futuras semelhantes. É mais o que se chama popularmente de recompensa, embora o conceito de reforço seja mais abrangente e refinado que isso. No caso verbal, as consequências do comportamento de um *falante* são mediadas pela ação de outra pessoa, um *ouvinte*”.

**Elementos básicos da análise comportamental (contingência) (p.65, par.3):** “A partir da consideração de elementos básicos de uma análise comportamental – um estímulo antecedente, uma resposta operante (que, emitida espontaneamente, produz consequências,

*opera sobre o meio físico e social) e uma consequência reforçadora – e suas relações, Skinner estabeleceu, após exaustivos registros de atos verbais cotidianos e inúmeras passagens literárias, seguidos de codificações tentativas, combinações e reformulações, algumas notas categorias de operantes, especificamente verbais”.*

**Mando (p.66, par.1):** “Uma de tais categorias, o *mando*, é determinada por alguma forma de privação ou estimulação aversiva que pode vir a ser satisfeita/eliminada pelo ouvinte, desde que este tenha sido assim condicionado a fazê-lo”.

**Operante verbal (p.66, par.1):** “A propósito, a condição de que o ouvinte esteja respondendo de uma forma já condicionada precisamente com o fim de reforçar o comportamento do falante é válida também para as demais categorias, pois é o que as caracteriza como verbais dentro do campo mais inclusivo do comportamento social. É preciso apenas acrescentar-se a isso a possibilidade de que um falante se torne seu próprio ouvinte, para explicar uma ampla gama de sutilezas inerentes ao comportamento verbal, como, por exemplo, os comportamentos do escritor e do leitor de literatura. ... Certamente, o esquema de análise skinneriana não se esgota no estabelecimento dessas categorias, mas envolve, além da sua diversificação em subcategorias, a consideração de variáveis controladoras especiais, como o *auditório*, e de processos de manipulação do comportamento verbal pelo próprio falante, como o chamado *autocrítico*, a composição e a correção”.

**Causação múltipla (p.66, par.2):** “... ao enfatizar a *causação múltipla* característica do comportamento verbal, o que incluiria, entre outros fatores, as experiências de reforço do falante (ou escritor) e do ouvinte (ou leitor), privações e condições aversivas presentes, estimulação verbal e não-verbal momentâneas, natureza do auditório e competição entre diferentes auditórios, etc.”.

**Literatura (p.67, par.2):** “Nesse sentido, a literatura constitui o produto de uma prática verbal especial, em que os efeitos que a estabeleceram e a mantêm simplesmente diferem

daqueles responsáveis por outras práticas verbais, como, por exemplo, o comportamento verbal científico. Na caracterização da prática literária, cabe distinguir entre dois tipos de comunidades verbais – a especializada e a leiga – cujas respectivas retroações dos diferentes efeitos sobre elas produzidos pela literatura contribuem para a *modelagem* (evolução, diversificação temática e estilística, etc.) dessa mesma prática”.

**(p.67, par.3):** Assim, um relevante benefício social proporcionado por tal ofício é ressaltado por Skinner, ao afirmar que ‘a literatura de uma prática verbal especial que faz surgir um comportamento que, de outra forma, permaneceria latente no repertório de muitos falantes’.

## Apêndice X - Título: Memória e comportamento

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1987**

### Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições

**Memória (p.1, par.1):** “... entendida como fenômeno humano mais abrangente, passível mesmo de se confundir com a história – tanto a já contada quanto a perdida – dos homens, da construção de sua humanidade e de sua atualidade cotidiana”.

**(p.2, par.1):** “A memória, no âmbito estrito da Psicologia, tem sido conceituada, em sua positividade, como retenção das experiências ou dos fatos aprendidos”.

**(p.2, par.2):** “Igualmente, na Psicologia cognitiva, que hoje adota amplamente o modelo do computador, a memória vem a ser positivamente considerada”.

**(p.2, par.4):** “Provavelmente, a memória e o esquecimento não teriam o estatuto supostamente autônomo de que desfrutam na Psicologia, se as coisas que se diz perder fossem de outra natureza. Quer dizer, se os chamados fatos psicológicos não fossem conceptualizados em termos de ideias, sentimentos e desejos, mas de comportamentos”.

**(p.5, par.1):** “A dita ‘memorial pessoal’ torna-se absolutamente incapaz de opor qualquer resistência eficaz ao processo, na medida mesmo em que não encontra condições sociais – e, em última instância, comportamentais – que a suportem”.

**(p.5, par.2):** “A memória histórica que assim se faz preservar através da memória pessoal, de modo a se coloca-la além do alcance da destruição material dos registros, configura-se ainda, nitidamente, como um produto social. Produzem-na os homens, não por uma inerente faculdade psicológica de se lembrarem dos textos/registros lidos, mas sim – e isto se mostra didaticamente flagrante nesta situação fictícia – pelo esforço de seu comportamento verbal manifesto de constante recitação, para diferentes ‘auditórios’ e para eles próprios”.

**(p.5, par.3):** “Sem comportamentos sociais que as suportem, as memórias pessoal e histórica

não parecem realmente poder prosperar”.

**Passado (p.3, par.1):** “... ‘Não é, então, por nossa memória propriamente pessoal que o nosso passado tem a consistência, a continuidade, em uma palavra, a objetividade que o caracteriza a nossos próprios olhos; ... (ele) deve tudo isso à intervenção de fatores sociais, à perpétua referência de nossa experiência individual à experiência comum a todos os membros do grupo, à sua inserção em quadros coletivos aos quais se referem os acontecimentos à medida que são vividos’”.

**(p.4, par.2):** “Argui-se que os acontecimentos passados não têm existência objetiva, porém só sobrevivem em registros escritos e na memória humana. O passado é o que dizem os registros e as memórias”.

**Fato histórico (p.1, par.2):** “De fato, tornou-se já bastante familiar e aceitável a tese de Marc Bloch, dentre outros – segundo a qual ‘os fatos históricos são em essência fatos psicológicos’. Permanece, entretanto, discutível, e mesmo polêmico, que tais fatos, dada sua mais evidente configuração social (ou sociológica, se se preferir), comportem efetivamente uma explicação psicológica, nos termos providos por algum dos sistemas teóricos disponíveis nesta última área do conhecimento”.

**Tempo (p.3, par.3):** “De fato, como uma primeira aproximação a propósito da afinidade aqui defendida, observa-se, do mesmo modo que Blondel diz que ‘todos os sistemas cronológicos utilizados em um momento qualquer da evolução humana para medir o tempo homogêneo são instituições sociais’, Skinner, ao investir contra as pretensões da Psicologia cognitiva, argumenta que ‘a história do desenvolvimento de um senso de tempo no homem ao longo dos séculos não é uma questão de crescimento cognitivo, mas da invenção de relógios, calendários e formas de guardar registros – em outras palavras, de um ambiente que guarda o tempo’. Em síntese, para ambos, os homens constroem culturalmente as condições – dentre as quais, a instituição da percepção socialmente compartilhada do tempo – para o funcionamento eficaz

de sua memória pessoal”.

**Behaviorismo Radical (p.1, par.2/3):** “A abordagem psicológica comportamental é praticamente ignorada em tal empresa, apesar de não lhe faltarem conviventes defesas. B. F. Skinner um dos mais destacados representantes contemporâneos dessa corrente – o behaviorismo radical, especificamente – bem sintetiza e explica a desigualdade de tratamento, ao denunciar que ‘o mundo da mente rouba o espetáculo’”.

**(p.3, par.2):** “Por outro lado, o behaviorismo não só não chega a ser atingido por essas restrições à Psicologia individual, como ainda se mostra capaz de complementar tais proposições quanto aos condicionantes sociológicos do fenômeno da memória histórica.”

**(p.4, par.1):** “Considerando que o behaviorismo é frequentemente criticado – não de todo injustamente, admita-se por lidar de preferência com questões psicológicas extremamente simplificadas, não se atrevendo, por exemplo, a maiores especulações junto à dimensão imaginária da cultura humana, talvez caiba aqui, sob o encorajamento da anterior metáfora do teatro, ousar um pouco. Trata-se de ilustrar a tese psicossociológica de base comportamental sobre a memória através do suscinto exame das questões pertinentes em duas obras literárias...”.

**Comportamento (p.1, par.3):** “... o interesse pelos chamados processos mentais sobrepõe-se ao suscitado pelo comportamento; e isto apesar dos primeiros só poderem ser de alguma forma inferidos a partir do estudo do segundo”.

**(p.2, par.4):** “É da natureza do comportamento passar, ocorrer simplesmente, deixando apenas como marcas as modificações que produz no ambiente físico e/ou social”.

**Controle social (p.4, par.2):** “Na fictícia Oceania, de ‘1984’, a subordinação da memória humana aos fatores sociais é dramaticamente ilustrada através do processo de controle social total exercido por suas ‘agências governamentais’ (um termo ao gosto de Skinner), em especial, pelo chamado ‘Ministério da Verdade’. Nessa instância institucionalizada do

controle, além de se falsificar as notícias sobre os fatos atuais, manipula-se, segundo os interesses emergentes a qualquer momento, os acontecimentos passados – modificando-os inteiramente, anulando-os ou até mesmo criando fatos novos – por mais longuamente situados que estejam (ou que se queira situá-los)”.

**Apêndice XI - Título: Socialização do saber acadêmico: A constituição de um novo senso comum**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1989**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Pensamento socialmente constituído (p.101, par.1):** “É como se o pensamento socialmente constituído, ao demorar-se a pensar as condições de sua própria constituição e diversificação, viesse a se cristalizar momentaneamente e, percebendo-se apenas como possibilidades históricas já realizadas, perdesse de vista as alternativas de desenvolvimentos e recombinações futuras, bem como aqueles que estariam já ocorrendo, em função da instabilidade social mesma do saber”.

**Saber erudito/saber popular (p.101, par.1):** “A substantivação e a paralela dicotomização entre um saber erudito e um saber popular é talvez a principal dessas armadilhas...”.

**(p.101, par.2):** “A dicotomia entre saber erudito e saber popular costuma ter sua emergência postulada a partir do antagonismo de classe. É comum ainda – e aí funciona a armadilha – que de tal constatação objetiva de um processo histórico-social se parta também para um julgamento de valor acerca desses saberes”.

**(p.104, par.3):** “Finalmente, para a gradativa superação da armadilha do antagonismo valorativo entre os saberes científico e do senso comum caberia ainda, além do já mencionado acompanhamento sistemático do processo de construção de representações sociais a partir da ciência, uma tentativa série de desmistificação desta aos olhos das classes populares”.

**Saber acadêmico (p.101, par. 3):** “Do seu engajamento no estudo do chamado saber popular, da descoberta da riqueza intrínseca deste, de seu valor em termos de estratégias de sobrevivência e resistência, alguns intelectuais parecem resvalar para algo como uma autodesqualificação do saber acadêmico, a negação de sua relevância e até mesmo de sua

eficácia. A rigor, o chamado saber erudito, termo original da dicotomia sob exame, e o saber acadêmico não são plenamente coincidentes”.

**Saber popular (p.102, par.3):** “Por um lado, saber popular e cultura popular são termos que, mais do que qualquer outra realidade, designam um campo de estudos acadêmicos. Talvez não constituam mesmo outra coisa senão uma categoria abstrata, formulada ao estilo do saber acadêmico, para dar conta de funcionamentos sociais cotidianos bastante díspares ou não-imediatamente unificáveis”.

**Senso comum (p.102, par.3):** “Mais do que de saber popular, que parece implicar um certo grau de isolamento para possibilitar sua identificação em ‘estado puro’, dever-se-ia falar nesse caso de um saber do moderno senso comum. Esse conhecimento do senso comum, que as classes populares urbanas parecem compartilhar em boa parte com as classes médias, é cada vez mais impregnado pelo mesmo saber que se veicula na universidade”.

**(p.102, par.4):** “Segundo Moscovici e Hewstone (1984), o conhecimento do senso comum ou os saberes sociais apresentam-se, nos dias de hoje, sob duas formas. A primeira corresponde à perspectiva clássica, que o define como um corpo de conhecimentos produzido espontaneamente pelos membros de um grupo e fundado sobre a tradição e o consenso; um conhecimento de primeira mão, sobre cujo terreno a própria ciência teria nascido e prosperado. Nessa perspectiva, a ciência não seria outra coisa senão o senso comum sistematizado. Tal relação, porém, não é a única possível ou vigente; não corresponde sozinha à inteira realidade contemporânea”.

**(p.103, par.1):** “Surge assim um novo tipo de senso comum, novos saberes sociais ou populares, conhecimentos de segunda mão cuja operação básica consiste na contínua apropriação das imagens, das noções e das linguagens que a ciência não cessa de inventar. Recicla-se, desse modo, a ciência para servir à vida cotidiana”. (sic)

**(p.103, par.2):** “Não há porque opor definitivamente saber acadêmico e senso comum, visto

que, a rigor, eles se engendram reciprocamente.”

**Universidade (p.103, par.2/3):** “E se, dessa forma, o saber popular perde a identidade que já se lhe quis universalmente atribuir, algo semelhante vem a ocorrer também com a universidade. Não é por simples opção, moda, charme ou cumprimento de preceito constitucional, que a universidade se dispõe hoje a intervir mais efetivamente, através das chamadas atividades de extensão, no processo de socialização do conhecimento e democratização da cultura. Ela é levada a assim proceder em obediência a desenvolvimentos sócio-históricos que englobam a própria universidade, sua ‘clientela’ popular e a instâncias pedagógicas e comunicacionais de intermediação”.

**Pedagogia da socialização do conhecimento acadêmico (p.103, par.4):** “Argumenta ainda Roqueplo que, dada a ligação tão essencial, íntima, rigorosa, entre um saber e o poder que lhe corresponde, é evidente que não se pode controlar um poder sem se apropriar do saber que o funda. Assume, assim, uma importância capital para a constituição de um novo tipo de senso comum, embebido do espírito científico, aquilo que se poderia chamar de pedagogia da socialização do conhecimento acadêmico. ... Incumbir-se também dessa função é algo que hoje se impõe à universidade”.

**(p.104, par.2):** “A pedagogia da socialização da cultura acadêmica é mais, portanto, do que uma atividade técnica de ensino; envolve esforços continuados de pesquisa-ação, que só poderão ser bem-sucedidos se contarem com a real participação dos segmentos populacionais que devam-se apropriar do saber em questão. É, sem dúvida, uma atividade político-social, que a universidade é chamada hoje a assumir, não de todo estranha ao imperativo gramsciano de elevação intelectual das massas populares (Gramsci, 1978)”.

**Socialização do saber acadêmico (p.103, par.5):** “A socialização do saber acadêmico, como entendida aqui, não implica uma atitude paternalista da universidade para com as classes populares. Não se tem a pretensão, ou a ingenuidade, de transferir o quanto se possa de

ciência, direta e integralmente, da academia para a população; mesmo porque a efetiva apropriação popular não se pode fazer de forma automática, mas sim através da transformação das produções científicas originais em representações sociais desses conhecimentos”.

**Ciência socializada (p.104, par.2):** “A ciência socializada vem a constituir um outro tipo de saber que não o da própria ciência. E não apenas o processo de divulgação do novo conhecimento, mas também a natureza e configuração das representações sociais preexistentes, determinam como esse conhecimento terminará por ser representado enquanto senso comum”.

**Apêndice XII - Título: Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do RJ**

**Gênero: Artigo científico**

**Ano: 1990**

**Etapa 1 – levantamento dos conceitos e suas definições**

**Sistema social (p.1, par. 2):** “Os seus agentes – direção, professores, pessoal administrativo etc. – e a população atendida (ou controlada) formam, juntos, um sistema social.”.

**Poder (p.2, par.1): S.D.**

**Práticas controladoras (p.2, par.1): S.D.**

**Comportamento verbal (p.2, par. 4):** “...Em nosso caso, aquilo que professores, alunos, pais de alunos e outras pessoas envolvidas dizem sobre a escola e sobre a educação. O que as pessoas dizem sobre alguma coisa do seu ambiente é comumente considerado como expressando a representação que elas têm dessa coisa, seja uma instituição, um grupo social, um processo etc.”.

**Representações sociais (p.4, par.2):** “São formas específicas de conhecimento, o chamado saber do senso comum, geradas através das múltiplas interações verbais cotidianas e, enfim, amplamente compartilhadas no âmbito de uma comunidade ou um dado grupo social. Trata-se, ainda, de um conhecimento prático, para uso na orientação dos comportamentos e das comunicações do dia-a-dia.”.

**Pesquisa-ação (p.4, par. 3): S.D.**

**Controle e contracontrole do comportamento social (p.4, par. 3):** “Caberá, então, a reinterpretação teórica dessas representações sociais como repertórios verbais típicos socialmente fixados, produzidos por relações objetivas de controle e contracontrole social e que funcionam como fatores de perpetuação dessas relações.”.